

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA - PPGTE**

LUIZ FELIPPE DE CASTRO HENNING

**REPRESENTAÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ANARQUISMO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO E A AÇÃO DIRETA**

DISSERTAÇÃO

**CURITIBA
2017**

LUIZ FELIPPE DE CASTRO HENNING

**REPRESENTAÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ANARQUISMO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO E A AÇÃO DIRETA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz.

CURITIBA

2017

H517r
2017 Henning, Luiz Felipe de Castro
Representações de ciência e tecnologia no anarquismo
brasileiro contemporâneo e a ação direta / Luiz Felipe de
Castro Henning.-- 2017.
113 f. : il. ; 30 cm.

Texto em português com resumo em inglês
Disponível também via World Wide Web
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal
do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e
Sociedade, Curitiba, 2017
Bibliografia: f. 107-112

1. Anarquismo e anarquistas – Brasil – Séc. XXI. 2.
Resistência ao governo – Brasil – Séc. XXI. 3. Direita e esquerda
(Ciência política). 4. Movimentos de protesto – Aspectos políticos
– Brasil – Séc. XXI. 5. Tecnologia – Dissertações. I. Queluz,
Gilson Leandro. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. III.
Título.

CDD: Ed. 22 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 492

A Dissertação de Mestrado intitulada **As representações de ciência e tecnologia no Universo Anarquista Brasileiro Contemporâneo e a Ação Direta** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Luiz Felipe de Castro Henning** no dia **24 de abril de 2017**, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Francis Kanashiro Meneghetti - (UTFPR)
Prof. Dr. Ângelo José da Silva - (UFPR)
Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner - (UFPR)
Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz - (UTFPR)
Orientador

Curitiba, **24 de abril de 2017**.

Prof^a. Dr^a. Nanci Stancki da Luz
Coordenadora do PPGTE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, faço recordar aqueles que mais próximos estão de minha pessoa nos conflitos, problemas, sofrimentos e, é claro, alegrias, realizações e satisfações, ou seja. Minha companheira Ana Paula Cigerza; minha tia, Rosilene Gusmão dos Anjos Castro, que considero como uma mãe; meu tio Leandro de Castro, um segundo pai; a memória de meu avô Wilson de Castro, talvez o maior responsável por mais esta realização. A meu tio e amigo de muitos momentos Eduvaldo Gusmão dos Anjos. Não deixo de recordar meus pais Alvaro Israel Hening e Mariza de Castro que, dentro de suas limitações, apoiam-me nos passos que decidi seguir. Recordo aqui aqueles que a pouco se inseriram em minha vida, mas que também assumem papel de novos pais, a saber, meus sogros Anair e Valdecir Cigerza, cujo apoio me tem sido fundamental desde que adentrei nesta maravilhosa família. Os amigos, que mais que amigos, foram coautores deste trabalho, reservo espaço neste: Lucas Carvalho, Alison Aquino, Guiosepphe Sandri e Igor Assoni. Corrigiram, debateram e, com toda paciência, auxiliaram-me também. Este trabalho é bastante destas pessoas também. Aqueles que anônimos doaram muito de com as entrevistas, e a Felipe Corrêa pelas contribuições empíricas e teóricas.

Agradeço ao maior cúmplice deste trabalho, que mais que um orientador um verdadeiro parceiro de trabalho e escrita: Gilson Leandro Queluz. Este deve ser lembrado também por sua paciência e dedicação a tão errantes linhas. Aproveito para agradecer aos Professores Doutores Francis Kanashiro e Angelo José da Silva, suas contribuições na qualificação como na defesa. Agradeço a Clovis Gruner por sua disponibilidade, de prontamente aceitar nosso convite para a defesa. Agradeço também a todos e todas as e os trabalhadores e trabalhadoras do PPGTE como da UTFPR, sem estes nada disso seria possível. A CAPES e seu fomento a pesquisa, sem esta instituição seria inviável este trabalho, espero que essa não tenha nada a Temer em um futuro próximo.

odos os membros da Lokomotiva Makhnovista Futebol Clube, nossa trincheira encravada em meio à “República de Curitiba”, onde erigimos sonhos, alegrias, esperanças e solidariedade, construindo a “Curitiba Oriental”.

Aos que esqueci, sintam-se tocados por tais agradecimentos.

RESUMO

HENNING, Luiz Felipe de Castro. **As Representações de Ciência e Tecnologia no Anarquismo Brasileiro Contemporâneo e a Ação Direta**. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

O ano de 2013 é marcado pelo ascenso de manifestações de rua massivas no Brasil, bem como do reaparecimento da ideologia anarquista em meio aos movimentos sociais, junto da ação direta. Diferentes modalidades de ação direta foram vistas nas ruas. Este trabalho tem por finalidade a compreensão das relações existentes entre as representações de mundo dos anarquistas e seu modelo de prática política: a ação direta. Partimos da hipótese de que as diferentes formas de ação direta, que se encontram dispostas nas distintas correntes do anarquismo, refletem diferentes representações de ciência e tecnologia presentes nesse movimento político, variando de noções deterministas a noções sociotécnicas. Para verificação de tais elementos, realizaram-se pesquisas de campo e entrevistas durante o ano de 2016, na cidade de São Paulo, visando contemplar as distintas correntes do anarquismo. Como resultado deste esforço de pesquisa, defrontamo-nos com um anarquismo que possui dissensos internos, porém, estes são menores que sua confluência, visto que há um padrão de representação de ciência e tecnologia anarquista. Nesse sentido, tal pesquisa reforça o anarquismo como uma corrente que possui noções e perspectivas claras, alinhavadas com seus princípios, teoria e práticas.

Palavras-chave: Ciência. Tecnologia. Anarquismo. Ação Direta. Representações.

ABSTRACT

HENNING, Luiz Felipe de Castro. **The Representations of Science and Technology in the Contemporary Brazilian Anarchist and the Direct Action**. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

The year of 2013 is marked by the rise of massive street demonstrations in Brazil, as well as the reappearance of anarchist ideology within the social movements, along with direct action. Different modalities of direct action were seen in the streets. This work aims to understand the relationships between the anarchist world representations and their mode of political practice and direct action. Our hypothesis is that the different forms of direct action, that are arranged in the different currents of the anarchism, reflect different representations of science and technology, present in this political movement, that range from deterministic to sociotechnical notions. To verify these elements, field surveys and interviews were conducted during the year of 2016 in the city of São Paulo, aiming to contemplate the different currents of anarchism. As a result of this research effort, we face an anarchism that has internal dissensions, but these are less important than its confluence points, thus, a standard of anarchist science and technology representation underlies the movement. In this sense, therefore, such research reinforces anarchism as a current that its own notions and perspectives, which are aligned with its principles, theory and practices.

Keywords: Science. Technology. Anarchism. Direction Action. Representations.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	8
CONCEITUANDO O ANARQUISMO	24
2.1 O “ANARQUISMO”	24
2.2 AÇÃO DIRETA: DEFININDO O CONCEITO	28
2.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA.....	29
2.4 CORRENTES DO ANARQUISMO	32
2.5 ANARQUISMO E CIÊNCIA: SEGUINDO A TRILHA DAS REPRESENTAÇÕES DE CIÊNCIA NA BIBLIOGRAFIA ANARQUISTA.....	34
2.6 O ANARQUISMO E A CIÊNCIA NAS DIFERENTES CORRENTES.....	39
O CAMPO ANARQUISTA	41
3.1 CIÊNCIA, ANARQUISMO E AÇÃO DIRETA	41
3.2 O(S) “CAMPO(S)”	44
3.3 O CAMPO	44
3.4 O “CAMPO”	46
3.6 E OS PRIMITIVISTAS, ONDE SE ENCONTRA O PENSAMENTO ANTICIVILIZAÇÃO NO “CAMPO” ANARQUISTA?.....	56
3.7 E OS ANARQUISTAS INDIVIDUALISTAS, ONDE OS ENCONTRAR?	58
3.8 O CAMPO ANARQUISTA: QUEM SÃO? ONDE SE ENCONTRAM?.....	59
ANARQUISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	61
4.1 UNIVERSO SIMBÓLICO EM RELAÇÃO À TECNOLOGIA NO ANARQUISMO DE SP CONTEMPORÂNEO	61
4.2 A TABELA	64
4.3 AS “REPRESENTAÇÕES”	65
4.4 UM MAPEAMENTO DO “CAMPO” SIMBÓLICO DO ANARQUISMO DE SÃO PAULO	65
4.4.1 TECNOLOGIA E LUTA DE CLASSES: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CAPITAL X EMANCIPAÇÃO DOS EXPLORADOS	66
4.4.2 CRÍTICA AO DETERMINISMO, AO PENSAMENTO ANTI-TECNOLOGIA E À TECNOLOGIA COMO FUNDAMENTO HUMANO	69
4.4.3 CONTROLE E “USOS”: APROPRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PELAS CLASSES E PELOS ANARQUISTAS	71
4.4.4 TECNOLOGIA E GÊNERO	74
4.4.5 TECNOLOGIA, ECOLOGIA E CRÍTICA AO DOMÍNIO DA NATUREZA	76
4.4.6 TECNOLOGIA E COLONIZAÇÃO: RACISMO X ANTICOLONIALISMO, ANTI-IMPERIALISMO E RELATIVISMO	78
4.4.7 A CRÍTICA À VISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS MARXISTAS	80
ANARQUISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	83
5.1 ANARQUISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	83
5.2 O ANARQUISMO E AS CORRENTES NO ESTUDO DE CAMPO.....	86
5.3 ANARQUISMO DE MASSAS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	87
5.4 ANARQUISMO, ESTRATÉGIA, VIOLÊNCIA E TECNOLOGIA.....	87
5.5 O INSURRECIONALISMO E SEU ESPÍRITO	90
5.6 A VIOLÊNCIA POLICIAL E TERRORISMO DE ESTADO.....	92
5.7 A IMPRENSA COMO COMBUSTÍVEL DO CAOS	94
5.8 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ANARQUISMO, QUE LUGAR OCUPAM AS DIVERGÊNCIAS ENTÃO?	96
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO A	113

I - INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada teve seu início no ano de 2014, por meio de um projeto destinado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O tema inicial deste projeto era estudar a presença de diferentes táticas anarquistas nas manifestações de junho de 2013, momento em que ressurgem de forma contundente as manifestações de massa e as práticas de ação direta, que guardam significativa afinidade com o movimento anarquista. No momento saltava aos olhos da população em geral, assim como dos meios de comunicação, a crescente presença de *Black Blocs* nas manifestações.

Os *Black Blocs* caracterizam-se pelas práticas de ação direta, que oscilam entre a autodefesa de manifestações de rua e a destruição de patrimônio (DUPUIS-DÉRI, 2014). Nesse sentido, surgiu a ideia de buscar explicar tal fenômeno, escapando dos estereótipos já formulados, pois os *Black Blocs* eram alvo do senso comum da população, assim como do sensacionalismo¹ da imprensa, o que por sinal, continuam a ser uma constante até 2017, momento em que começa a ganhar contornos finais essa pesquisa. Deste modo, o objetivo deste trabalho era inicialmente buscar o significado e a compreensão dos elementos que se encontram relacionados às ações diretas. Assim sendo, determinamos como objetivo a compreensão das “representações”, ou “leituras de mundo” que significavam tais práticas (CHARTIER, 1995; 2002). Em meio ao desenvolvimento do projeto, o trabalho acabou por ganhar um escopo maior, pois apontou para a possibilidade de pesquisar as diferentes “representações” dos anarquistas e sua relação com as práticas da ação direta.

Desta forma, passamos a objetivar também o “campo simbólico” (BOURDIEU, 2009; 2010) e as disputas que figuram nele. Entendemos aqui que as “representações” de

¹ O Sensacionalismo, de acordo com a estudiosa Ana Lucia S. Enne (2007) “(...)apresenta-se como um objeto rico para análise sobre o fluxo narrativo do sensacional e a construção do imaginário na modernidade ocidental”. A autora busca suas raízes entre o século XVII e XIX, em aspectos da literatura pornográfica, gótica (terror) e nos folhetins. Em seu ponto de vista os aspectos escatológicos, sensacionais, aterrorizantes e pornográficos são absorvidos de forma não passiva para construir notícias, que na sociedade moderna são mercadorias. O “sensacional” possibilita maior capacidade de venda e consumo (ENNE, 2007). A violência, e o fascínio que gera, são produtos altamente rentáveis, nesse sentido, tratar a violência de forma sensacional, parece como uma constante nos veículos de comunicação em geral. Observa-se, que as mídias mais do que apresentar a realidade, a “representa”. Para boa parte da população, nesse sentido, acabam por incidir sobre as noções de violência e segurança pública (PORTO, 2008). As mídias tradicionais, que tem seus vínculos mais claros com o mercado, e com os interesses dominantes, no Brasil tem o monopólio do “tornar as coisas públicas” (LIMA, 2013), e assim o fazem pelo seu ponto de vista, tornando sensacional a violência de manifestantes, e, em regra legitimando a violência do Estado.

tecnologia² são fundamentais para a definição de tal “campo”, na medida em que aparecem no plano teórico e intelectual com grande dissenso entre as diferentes correntes do anarquismo. Renovamos assim o objetivo desta pesquisa, apontando agora para o seguinte tema: problematizar a relação entre as “representações” de ciência e tecnologia, os possíveis conflitos “simbólicos” decorrentes destas e o reflexo de tais conflitos nas práticas das ações diretas anarquistas.

Pois bem, este trabalho se circunscreve no contexto das manifestações ocorridas no Brasil, no ano de 2013. Mais exatamente, tais manifestações iniciaram-se no mês de junho de 2013, e por isso ficaram conhecidas como as “jornadas de junho”, e seguiram até a Copa do Mundo, em meados do ano de 2014. Essas manifestações foram as maiores vistas até aquele momento no Brasil, pelo menos desde o início dos anos 1990, ano em que muitos populares foram às ruas para protestar em prol do *impeachment* de Fernando Affonso Collor de Melo, ou Fernando Collor, presidente da República entre os anos de 1990 e 1992, que renunciou a 29 de dezembro de 1992, horas antes de sua condenação ao impeachment pelo Senado. Segundo informações veiculadas pela mídia, foram ao menos dois milhões de brasileiros às ruas em certo período das jornadas de junho (G1 *apud* IBOPE, 2013).

Apesar de o governo federal da época (Partido dos Trabalhadores) possuir indicadores relativamente positivos, demandas como transporte, educação e saúde não encontraram mudanças estruturais. Desta forma, gerou-se bastante descontentamento na população, o que acabou por culminar nas massivas manifestações de junho de 2013. Segundo Albuquerque (2014), entre os anos de 2002 e 2012, encontram-se os seguintes indicativos, que para o autor são exemplares deste período: expectativa de vida dos brasileiros passou de 70-72 anos para 74,6 anos; a mortalidade infantil caiu de 25,3 a cada 1000 nascidos vivos para 12,9; o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social, caiu de 0,59 para 0,52; os índices de desemprego caíram de 12,9% para 4,9%. Mas mesmo contando com esses ganhos promovidos nas áreas sociais do Brasil, é fato que as condições precárias de vida ainda permaneceram para grande parte da população.

² O conceito de tecnologia que manusearemos neste, refere-se não as noções de tecnologia, como saber técnico específico, proveniente de conhecimentos científicos, mas uma noção de que “A ciência e a tecnologia são, portanto, construções sociais complexas, forças intelectuais e materiais do processo de produção e reprodução social” (LIMA FILHO & QUELUZ, 2005). Nesse sentido a tecnologia está integrada ao cotidiano de todos os entes da sociedade, assim é formada e forma práticas sociais, fazendo parte também das construções simbólicas, como sendo influenciada pelas mesmas. Deste modo, em suma, assumimos a noção de uma tecnologia “relacional”, isto é uma tecnologia que comporta a complexidade das relações sociais e que se encontra imersa nessas, e não que se constitui como artefato que evolui ao longo do tempo, e assim atua deterministicamente nos rumos do todo social (LIMA FILHO & QUELUZ, 2005).

Assim, em contraste com os indicativos positivos apresentados por Albuquerque (2014), podemos encontrar, por meio de breves levantamentos, outros indicativos sociais não tão positivos, eis: cerca de 37 milhões de brasileiros deixam de utilizar o transporte público por não poder pagá-lo (GLOBO, 2008) e segundo pesquisa recente, 93% dos brasileiros se encontram insatisfeitos com o SUS (CFM, 2014). De acordo com pesquisa da APM (Associação Paulista de Medicina) e do CFM (Conselho Federal de Medicina), 50% dos brasileiros esperam entre 1 a 6 meses para uma consulta. A Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro apresentam, no campo da educação, em pesquisa de 2011, dados de que somente 62% e 35% respectivamente dos formados no ensino superior e médio são plenamente alfabetizados. Tais dados, reflexos de uma situação estrutural no que tange os direitos sociais no Brasil, geraram em grande parte a insatisfação de junho de 2013. Segundo o IBOPE (apud G1, 2013), saíram às ruas em junho de 2013, em percentual de manifestantes mobilizados, manifestantes que buscavam a melhora nos seguintes serviços sociais: 53,7% por transporte; 36,7% por saúde; 29,8% pela educação.

As “jornadas de junho” de 2013, como apontamos se desenvolveram no mês de junho de 2013, e se desenrolaram até os protestos contra a Copa do Mundo de futebol, ocorridos junto a Copa das Confederações. Ainda em 2014 persistiram manifestações de protesto contra os gastos com o evento da FIFA. Nestas manifestações que se iniciaram no famoso “junho”, encontramos a formação de uma pauta popular organizada de baixo, que é a contestação da tarifa do transporte público, induzida pelo MPL. Outro elemento que começa a ganhar seus contornos no “junho”, e vai levar a construção de um campo reacionário que aporta desde posições em prol de um golpe militar às liberais radicais. Este campo se forma por meio de uma pauta construída de cima para baixo, a partir dos monopólios midiáticos, que estimularam o sentimento de aversão à política profissional, generalizando-se como uma crítica aos políticos, sem exercitarem uma reflexão própria da forma como é feita a política, os “meios de produção” da política, sendo o setor que reivindicou posteriormente o impeachment de Dilma. O MPL não se vale dos velhos meios de política, se pautando em assembleias horizontais, jograis em vez de carros de som e figuras públicas (políticos). Ao mesmo tempo a “pauta de cima” também se vale desta crítica aos modelos tradicionais de manifestações, mas de forma “farsante”, onde as redes televisivas suprem a demanda da presença de lideranças. Tal fenômeno, de formação de uma direita atuante nas ruas, estabeleceu uma disputa das ruas com esta esquerda libertária. Os grandes meios de comunicação, que agora assumem papel ativo em manifestações, onde inclusive passam a exigir a depuração dos “vândalos” e manifestações pacíficas, afirmando estas como legítimas, e os primeiros como

inaceitáveis. Por um lado, os arregimentados inicialmente pelas manifestações do MPL, ou em solidariedade ao mesmo, conquistam a queda da tarifa em ao menos 100 cidades, por outro as mídias impõem a pauta anticorrupção e estabelecem a aceitação da violência policial como legítima se contra os “vândalos”. (SECCO, 2013)

O mesmo Lincoln Secco observa que tal dinâmica e tensão se apresentaram nos movimentos similares que se desenrolaram por todo o globo, tendo a “Primavera Árabe” como seu marco. A “Primavera Árabe” tem como mote a democratização de países de origem árabe, sobretudo países que se encontravam sobre a égide de ditaduras. A esquerda tradicional, e os partidos, não demonstram capacidade de canalizar a insatisfação das ruas, isso por sua própria estrutura burocrática vinculada ao Estado, sendo que outras forças oportunistas à direita acabam por aproveitar-se destes processos (SECCO, 2013). Nos idos de 2011, analistas deste movimento mundial que começa com a “Primavera Árabe”, mas se expressa também por meio dos movimentos “occupy” nos E.U.A. e Europa, e que no Brasil se desenvolve a partir das “jornadas de junho”, já destacavam que estas movimentações de teor libertário, e mesmo anarquista, se não encontrassem um canal de organização programática e desenvolvessem a capacidade política de influir sobre os rumos da política em prol dos setores precários, tenderiam a gerar “ausência de expectativas”, a qual seria o “esteio” do “fascismo social” (SANTOS apud. ALVES, 2011). Nesse sentido, se por um lado a “primavera dos povos” que se desenrola desde o ano de 2011, poderia desembocar tanto em uma reorganização da esquerda por fora dos velhos aparatos, por outro poderia liberar forças sociais reacionárias a exigirem por mais “ordem” (ALVES, 2011) (CARNEIRO, 2011) (DAVIS, 2011). No Brasil, ao que tudo indica as “jornadas de junho” se encontram atravessadas por estas disputas, pois se por um lado galvanizaram no seio da massa uma tradição reivindicativa, por outro colocaram em marcha setores reacionários que contribuíram para o impeachment da Presidenta Dilma, e serviram de base para a chegada de Michel Temer a presidência, e todo seu regime regressivo de direitos. O “junho” quando encarnado pelos “libertários”, também deixa seu legado, sendo que, por exemplo, as “ocupações de escola” tanto em São Paulo em 2015, contramedidas do Governo Alckmin, como as ocupações no Paraná, contra a reforma do Ensino Médio, seguem o modelo de organização horizontal desenvolvido nos idos do “junho” de 2013. Como se nota, o “junho”, como uma das representações da “primavera dos povos”, se encontra em disputa tanto a esquerda como a direita, demonstrando uma radicalização das posições, que colocam o seu legado ainda em questão.

Temos aí o ano de 2013 como marcante para a realidade brasileira, já que houve, dentre outros fatores, o retorno das mobilizações de massa. É possível afirmarmos, sobremaneira, que tais manifestações conhecidas como as “jornadas de junho” têm suas raízes – em grande parte – no descontentamento com a precariedade de direitos sociais, aliás, tal precariedade ainda é uma realidade brasileira, a despeito da relativa melhora promovida pelos governos destas duas primeiras décadas dos anos 2000. Neste contexto, também vemos o reaparecimento do anarquismo na cena pública da política, em especial por suas “ações diretas”, que são os modelos preferenciais de ação anarquista (GUIMARÃES, 2009) (GRAEBER, 2009). As “ações diretas” chamaram a atenção especialmente pela presença daquilo que mundialmente ficou conhecido como *Black Bloc* (Bloco Negro), cujas práticas são facilmente identificadas, na medida em que se trajam todos os partícipes de preto e suas “ações diretas” variam do enfrentamento às forças policiais, visando à autodefesa, à atuação como linha mais avançada de um conflito, e também a eventual destruição de patrimônio privado. Por estas características, o *Black Bloc* foi a manifestação do anarquismo que mais a atenção chamou, tanto dos meios de comunicação, como da população em geral. Tal fenômeno foi comum em outros contextos, como observam os estudiosos do tema Graeber (2009) e Dupuis-Déri (2014).

Este não é o único grupo anarquista ou com tendências libertárias que aparece no junho de 2013. O próprio MPL – Movimento Passe Livre – (2007) apresenta princípios e práticas muito próximos do anarquismo, tendo ênfase na “ação direta”. As “ações diretas” do MPL também despertaram interesse da imprensa. Esse grupo também ganhou destaque, especialmente pelos trancamentos das vias com mais fluxos nos grandes centros, bem como com os “catracasos”: prática de liberar as catracas do transporte coletivo para que seus usuários o usufruam gratuitamente.

Estes grupos foram responsáveis por trazer o anarquismo à tona novamente, em especial por suas “ações diretas”, que despertam furor na mídia. Em meio a este clamor, que destacou apenas a face que é tida pela imprensa como “violenta”, acabou-se por estereotipar o anarquismo, enfatizando apenas as manifestações que se enquadram em tal estereótipo (GRAEBER, 2009) (DUPUIS-DÉRI, 2014). Neste bojo, destacamos uma terceira expressão do anarquismo, que ganha espaço junto com as manifestações já citadas, que é o anarquismo de matriz “especifista”: uma corrente defensora da organização política anarquista, que busca criar uma leitura e propostas adequadas à realidade latina americana (FARJ, 2009) (FARJ & OASL, 2012).

Tais manifestações remetem a um mesmo “campo”, que é o “campo” do anarquismo contemporâneo. Em tal “campo”, encontramos confluências e “lutas

simbólicas” em torno da concepção de “ação direta”. Esse “campo” foi constituído por um processo histórico, que se vem desenrolando desde meados dos anos 1990, mais exatamente no início do ano de 1994, por meio do levante zapatista. O movimento zapatista busca por meio de uma articulação de grupos mundiais – conhecida por Ação Global dos Povos – criar um campo de luta de oposição ao neoliberalismo. A AGP e os grupos que se articulam em torno de si pelo globo acabam por popularizar a prática da “ação direta” nas manifestações de rua, promovendo assim um espaço fértil para o ressurgimento do anarquismo. Em meio aos grupos que formam a AGP, passam a se rearticular grupos de orientação anarquista. No Brasil não foi diferente! As três manifestações distintas do anarquismo têm como raiz este processo de reorganização do anarquismo, seja por possuírem articulações diretas da AGP, por serem desdobramentos da mesma, ou por serem compostas de sujeitos que promoveram tal articulação (CORRÊA, 2011) (LIBERATO, 2006) (ORTELAO, 2016). Deste modo, podemos afirmar que existe um “campo” comum, em que diferentes perspectivas de “ação direta” disputam espaço, ou seja, enfrentam-se mutuamente, estabelecendo uma “luta simbólica” em torno de distintos modelos de “ação direta”.

Tais padrões de “ação direta” referem-se a concepções políticas do anarquismo em suas diferentes manifestações. O fato é que encontramos dois modelos de certa maneira antagônicos. O primeiro é “ação direta” ligada à perspectiva “especifista” (FARJ, 2009), basicamente compreendida como uma forma dos movimentos sociais em geral agirem, no sentido de que entendem que não devem mediar suas ações buscando resultados eleitorais, mas sim para que os movimentos obtenham conquistas sociais por meio de sua própria ação, sem a mediação de políticos profissionais. O segundo modelo – que tem um sentido muito parecido com o primeiro – vincula-se às ações do MPL, que tem como causas primordiais o transporte e o direito à cidade. Tais grupos se circunscrevem naquilo que se compreende por “anarquismo de massas³” (CORRÊA, 2013).

Por outro lado, aparece o *Black Bloc*, que tem como fito o enfrentamento com as autoridades legítimas, bem como a destruição de patrimônio. Em uma pesquisa preliminar, relacionamos tal padrão como sendo muito próximo das perspectivas “insurrecional” (CORRÊA, 2013), do “primitivismo” e da “ecologia radical”, todas estas

³ “Massas”, no sentido do anarquismo de “anarquismo de massas”, ressaltamos, a partir da leitura do autor Felipe Corrêa (2013; 2014), refere-se ao tipo de estratégia e modelo de movimento que busca construir, ou, estar inserido. Nesse sentido vincula-se a noção de movimentos de grande envergadura, ou que objetivam tal envergadura, de sujeitos relacionados as classes exploradas. Porém, ressaltamos, que não é desconhecido a este trabalho, a crítica a generalização que se incute ao termo “massas”. O pensador Nildo Viana (2007) discorre acerca da fragilidade do tema, que pouco reflete a realidade social na medida que é demasiado homogeneizante, da complexidade das classes exploradas, sendo assim pouco explicativo da realidade.

perspectivas em alguma escala “anti-tecnológicas” (GANDINI, 2016) (GRAEBER, 2009) (DUPUIS-DÉRI, 2014). Como podemos notar, as representações de ciência e tecnologia encontram-se correlacionadas com diferentes práticas da “ação direta” preconizadas pelos anarquistas. Por um lado, há o ponto de vista que sustenta a ideia de que a tecnologia está correlacionada com o modelo de sociedade capitalista, logo, deve ser compreendida nessas relações. Por outro lado, existe o rechaço à “civilização” e mesmo à “tecnologia industrial”. Nesse sentido, considera-se que há uma tensão no “campo” anarquista muito próxima da tensão que se encontra na base de constituição do campo CTS (Ciência Tecnologia e Sociedade). Há posições que se assemelham mais à perspectiva “sociotécnica” (LIMA FILHO & QUELUZ, 2005), e que ensejam compreender a tecnologia no bojo das relações sociais. Temos também posições aproximáveis daquilo que é interpretado como um certo “pessimismo” (BAZZO, 2003), ou até mesmo como “essencialismo” (CABRAL, 2006), isto é, um ponto de vista que compreende a tecnologia como perversa em si.

Diante de tal fenômeno, aparece a seguinte questão: em que medida as práticas anarquistas, especialmente as diversas formas de “ação direta”, relacionam-se com as “representações” de ciência e tecnologia? Tal pergunta dialoga com a hipótese de que de as representações “anti-tecnologia” e as representações denominadas como “sociotécnicas” acabam por derivar de distintos modelos de “ação direta” no “campo” do anarquismo brasileiro. As anti-tecnologias são voltadas ao rechaço e destruição da tecnologia ou de seus principais resultados – as mercadorias; e as sociotécnicas são voltadas à socialização, à apropriação da tecnologia e à sua disputa política.

Inicialmente, devemos deixar claro que essa hipótese não se revelou pertinente, uma vez que avançamos na pesquisa de campo, isto é, no trabalho de pesquisa empírico. As práticas de “ação direta” não se revelaram conectadas com a oposição entre pensamento “determinista” e noções “sociotécnicas”. As divergências relacionadas às correntes anarquistas no “campo científico”, mostraram possuir outras relações. Já a presença *Black Bloc* mostrou-se como parte de um contexto próprio, que se refere a aspectos da sociedade brasileira, em especial à violência estatal e institucional, bem como a aspectos que se relacionam com os direitos sociais e com a situação política e econômica do País.

Justificamos tal esforço de pesquisa na medida em que existem poucos trabalhos acadêmicos que se relacionam com o tema, isto é, que pesquisem as “jornadas de junho”, e ainda menos trabalhos voltados à compreensão do anarquismo quando relacionado à tecnologia. Encontramos, mediante uma breve pesquisa, poucos trabalhos relacionando

ciência ao anarquismo. A título de exemplos, destacamos os seguintes trabalhos que relacionaram ciência e anarquismo: “Anarquismo, ciência e educação”: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)”, (ROSA, 2013) e “A influência de Élisée Reclus na Educação Operária no Brasil: das Ciências Naturais a Educação Integral”, (SILVA, 2010). Relacionados à tecnologia, há uma diversidade maior de trabalhos, eis: “Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea”, (LEMOS, 1997); “Ouvidos novos para o novo: a tecnologia e o anarquismo de John Cage”, SIMÕES (2015); há três trabalhos de Queluz, “Representations of science and technology in Brazilian anarchism: José Oiticica and Maria Lacerda de Moura” (2011), “O que se poderá fazer contra as máquinas?: Tecnologia no Pensamento Anarquista Brasileiro (1900-1935)” (2013) e “História da tecnologia e narrativas tecnológicas: narrativas da resistência anarquista” (2011).

Em língua inglesa, encontramos uma gama de trabalhos que vinculam o estudo do anarquismo com a ciência e tecnologia: “Review: Green Anarchism: Peter Marshall's 'Nature's Web'”, de Peter Marshaw (1995); “New Remedies or New Evils? Anarchism and the Scientific Revolution”, de Thomas Martin (2007); “Red, Black, and Objective Science, Sociology and Anarchism”, de Sal Restivo (2011); “Anarchism and Politics of Technology”, de Uri Gordon de (2009); “An Archaeology of the Future: Ursula Le Guin and Anarcho-Primitivism de Jhon Morre” (2011); “Anarcho-Syndicalism, Technology and Ecology”, de Graham Purchase (1995); “Whose street? Anarchism, Technology and the Petromodern State”, de Uri Gordon e Michael Truscello (2013). Em língua inglesa são proeminentes os estudos que relacionam a crítica dos primitivistas à ciência e à tecnologia com o pensamento anarquista, bem como autores que criticam o pensamento primitivista por meio de outras tendências do pensamento anarquista; há também autores que buscam comparar tais visões.

Em língua espanhola, há um número relevante de obras, porém, grande parte delas é de autoria de um só autor: Cristian Ferrer, ensaísta que aponta para diversos problemas relacionados à ciência e à tecnologia partindo do pensamento anarquista. São obras de Ferrer: “La curva pornográfica: El sufrimiento sin sentido y la tecnología” (2013); Animals!: “Los derechos humanos del animal, o vice-versa” (1991); “Artes de Guerra de la Imaginación técnica argentina” (1992); “Tecnología y afectividad Tres episodios” (2012) e “El entramado: El apuntalamiento técnico del mundo” (2013). Em geral, suas reflexões se encontram em torno de aspectos relacionados a efeitos perversos e questões éticas que correspondem ao tema da ciência e tecnologia. Encontramos ainda um trabalho que é “La Ciencia y el Movimiento Obrero em España” (1875-1939), de Josep Lluís Barona (2002),

em que o autor busca apontar para a importância da ciência nos movimentos políticos da Espanha, em especial para os anarco-sindicalistas.

Nesse sentido, a singularidade do tema aparece como uma das suas justificativas, pois como enfatizamos por meio do breve levantamento acima, existem poucos trabalhos que relacionam anarquismo, ciência e tecnologia. Também figura como justificativa a importância de pesquisas que rompam com o senso comum e tragam pontos de vista que compreendam a complexidade do fenômeno anarquista e sua importância para a sociedade. Este trabalho ainda traz à tona a inter-relação entre a tecnologia e os demais campos, em especial o da política, bem como a forma com a qual a política se insere em meio a grupos anarquistas. Em suma, a nossa pesquisa colabora para a explicação de um fenômeno recente, as “jornadas de junho”, por trazer à tona visões contra hegemônicas, no caso as “representações” anarquistas; e mais, faz por elucidar as relações entre ciência e tecnologia, sua relação política com a cosmovisão do campo militante, bem como seus desdobramentos nas práticas sociais de tais grupos.

Aparece como objetivo deste trabalho a relação entre as “representações”, as “leituras de mundo” relacionadas à tecnologia e sociedade, na formação das práticas, isto é, do “habitus” anarquista e seu respectivo “campo”, que conta com as práticas anarquistas movidas pela “ação direta”. Em suma, buscamos compreender a relação entre as “representações” de mundo relacionadas à ciência e tecnologia dos anarquistas brasileiros com suas práticas políticas.

Metodologicamente, neste trabalho partimos de uma base conceitual específica para a apreensão dos fenômenos sociais. Deste modo, valemo-nos das teorias de Pierre Bourdieu (2009; 2010) e Chartier (1995; 2002) para o desenvolvimento de um arcabouço conceitual. Para o trabalho de campo propriamente dito, a pesquisa empírica partiu das contribuições de Clifford Geertz (2008) e Holanda & Meihy (2014).

Antes de mais nada, para compreender este trabalho e seus objetivos, devemos levar em conta a seguinte afirmação: “de fato nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção” (BOURDIEU, 2009, p. 17). Neste sentido, ressaltamos que esta pesquisa tem como seus pressupostos as noções de que as ações são dotadas de simbolismo, e de que o simbolismo dota as ações de sentido. Desta maneira, afastamo-nos dos “determinismos” econômico e tecnológico, contudo, sem negarmos seus imperativos estruturais, ressaltando também que o político e o cultural não são subjugados aos mesmos.

Partimos aqui da teoria dos “campos” para compreensão de nosso objeto. Um “campo” como espaço “relativamente autônomo” de “lutas simbólicas”. No caso desta pesquisa, a investigação se dá em torno do “campo simbólico”, bem como das “lutas simbólicas” que se estabelecem nos meios anarquistas, sobretudo no que se refere às suas “representações” de tecnologia. Desta maneira, o objeto propriamente de nossa pesquisa são as “representações” de ciência e tecnologia dos anarquistas e os diferentes conflitos que se desenrolam em torno de tais categorias.

Buscamos compreender que relações de força e que “lutas simbólicas” se estabelecem nesse “campo”, assim como que estratégias e “habitus” se desenvolvem por meio das “representações” de ciência e tecnologia. O “habitus”, por sua vez, refere-se às práticas sociais, que levam em conta determinadas “representações” de mundo e estratégias de ação desenvolvidas pelos indivíduos, de acordo com suas leituras de realidade. Claro que tal leitura de mundo (“representação”) não se encontra dissociada das “estruturas” objetivas que compõem a realidade, porém, tais “estruturas” não determinam de forma unívoca tais ações.

A fim de que haja um aprofundamento das questões inerentes à pesquisa, utilizamos a noção de representação, de Chartier (1995; 2002). Esta noção, como destacada na obra de Bourdieu também, não se refere apenas a definições subjetivas, mas também a determinadas “leituras” e “interpretações” da realidade, enfim, ao complexo mundo social, cujas diferentes “interpretações” resultam em distintos “habitus”. As “interpretações” de mundo anarquista levam ao ponto de vista da necessidade premente de transformar este mundo social. Essa transformação do mundo social se dá em termos anarquistas, por meio da “ação direta”, elemento constitutivo de sua prática.

De acordo com a hipótese apresentada por nós, a formação de tal “habitus” anarquista se relaciona diretamente com as suas “representações” de ciência e tecnologia. No “campo” do anarquismo concorrem distintas e conflitantes “posições”, ainda que alinhadas às “classes exploradas”, formando “habitus”, isto é, padrões de “ação direta” diferentes. Esse trabalho visa justamente o entendimento de relações de força entre “representações” de tecnologia e desenvolvimento de “habitus” conflitantes no anarquismo brasileiro. Para o desenvolvimento do trabalho em torno da hipótese proposta, articulamos arcabouço conceitual com práticas etnográficas e da história oral. Tal esforço empírico se devota ao objetivo de acessar tais “representações” anarquistas, procurando elaborar, de certa maneira, um “mapa” do universo “simbólico” do “campo” anarquista, a fim de que possamos problematizar suas “lutas simbólicas” e seus respectivos “habitus”.

Outras contribuições, como as de Geertz (2008) e Holanda & Meihy (2014), fundamentam essa pesquisa. Devido à especificidade histórica do episódio, a possibilidade de acompanhar ações de massa – voltadas para “ação direta”, influenciadas pelos anarquistas – não se reproduziram com a frequência esperada. Deste modo, o conhecimento prévio do autor deste trabalho e sua experiência em meio a este “campo” são aproveitadas, pois são capazes de desenvolver certa memória histórica, e mesmo “interpretações” de tal “campo”. As contribuições de Geertz em “Interpretação das Culturas” (2008), obra da qual se parte da compreensão que, de certa maneira, as etnografias são “ficções” criadas pelos etnógrafos, ou seja, o sentido dado ao complexo mundo social é atribuído pelo pesquisador, que também dota suas experiências em campo de sentido, dando unidade a realidade explorada. Cabe ressaltarmos que tal ponto de vista considera a não neutralidade do pesquisador no campo. Todavia, isto não implica uma falta de objetividade ou subestimar a possibilidade e a capacidade da ciência de chegar a conclusões verossímeis; o que está em questão é a necessidade de controlar os aspectos subjetivos na pesquisa.

Deste modo, a posição do autor neste “campo” é explícita, e mesmo a forma de inserção política no desenvolvimento da hipótese – na pesquisa, na coleta de dados e nas conclusões – é claramente evidenciada, pois o autor deste trabalho é participante do campo anarquista de longa data, fazendo parte de grupos de estudo desde 2007, bem como formou organizações políticas de caráter anarquista estrito senso. O autor da pesquisa contribuiu também para a formação do CALC (Coletivo Anarquista Luta de Classe), organização esta que se circunscreve no anarquismo em sua tradição clássica, por remeter sua formação teórica como prática ao anarquismo que reivindica aquilo que Corrêa (2015) denominou como o “dualismo organizacional”: proposta que se origina em meio a I Internacional, por meio da Aliança da Democracia Socialista, cuja proposta é ter organizações políticas anarquistas, ou como sugere Malatesta, partidos anarquistas, que se inserem em movimentos de massa para influenciá-las a tomar um ponto de vista revolucionário no sentido do socialismo libertário. Formou também o Coletivo Quebrando Muros, organização que visa articular e organizar libertários de diversos matizes. Participou do MPL em Curitiba, entre os anos de 2007 e 2008, e rearticulou o mesmo movimento ainda no ano de 2014.

Como podemos ver, o autor desta dissertação é um sujeito engajado em tal “campo”, mantendo simpatia e identidade anarquista, apesar de atualmente estar fora de coletividades propriamente anarquistas. Nesse sentido, é perceptível a divergência que guarda com a perspectiva “insurrecionalista” (CORRÊA, 2015). A escolha do autor desta

pesquisa é pelo engajamento junto ao anarquismo de “massas”. Tal posição política no “campo” atravessa o presente trabalho, nutrindo o mesmo de conhecimento prévio, bem como trazendo facilidades para acessar os sujeitos pertencentes a tal história: informantes privilegiados. Ao mesmo tempo facilita o diálogo com os mesmos sujeitos, na medida em que por pertencer a esse “campo” guardas relações de identidade e confiança. A posição e inserção políticas do autor apresenta limites também, uma vez que a inserção no “campo” traz as divergências e proximidades do campo para dentro do trabalho. Nesse sentido, evocamos novamente Geertz (2008), afinal, todo trabalho de pesquisa é atravessado por uma subjetividade que dará um sentido e contará tal realidade ao leitor. É importante esclarecermos a posição política do autor pesquisador para que se confira a objetividade possível às ciências sociais e à transparência de métodos e formas de angariar dados para a pesquisa. Nesse sentido, enfatizamos que a subjetividade que descreve esta realidade localiza-se também em um determinado lugar (instituição acadêmica e seu *ethos*), onde a busca – ainda que muito mais como esforço imaginativo – pelo distanciamento de seus pontos de vista pessoais é um dos elementos que compõem este esforço de pesquisa.

Na medida em que a autoria deste trabalho é pertencente ao “campo” libertário, estabelece-se um laço de confiança, que facilita o trânsito entre sujeito da pesquisa e objeto investigativo. Cabe esclarecermos que parte dos entrevistados é de conhecimento do autor do trabalho, mais que isso, são também colegas e amigos feitos na militância. Outros entrevistados foram possíveis de acessá-los justamente pela intimidade que o autor do presente trabalho tem com o “campo” anarquista, afinal, o principal informante é parte do rol de amizades formadas ao longo dos anos de militância do autor. Por outro lado, algumas das personalidades do movimento libertário, motivadas justamente pelas lutas políticas e “simbólicas” que operam neste “campo”, afastaram o autor de parte dos potenciais sujeitos de pesquisa.

Mas no geral, a trajetória do autor deste trabalho facilitou o acesso e inserção no campo de pesquisa, e também facilitou a formulação de uma hipótese, que foi possível pelos anos de militância e vivência nos meios libertários. Assim, um dos sujeitos da pesquisa é justamente o autor do trabalho, pois busca-se transformar parte de suas vivências em conhecimento formalizado. Ressaltamos que na antropologia contemporânea (GEERTZ, 2008) tal participação da subjetividade que realiza a pesquisa tem aceitação, na medida em que se relativiza a noção de objetividade. Debates diversos e posicionamentos localizados inclusive na academia vão no sentido de criticar o afastamento absoluto do sujeito da pesquisa para com os seus objetos analisados. Em

última instância e com a devida responsabilidade que esperamos do pesquisador, podemos dizer que os resultados da pesquisa são uma “interpretação” do pesquisador envolvido em um determinado “campo”.

Nos anos de militância do autor, mais exatamente nos anos que envolvem a segunda metade dos anos 2000 aos dias atuais, um debate recorrente nos meios libertários girava em torno das percepções da sociedade moderna. Geralmente, o debate se dava em torno da polêmica – que certos setores sustentavam – de que existia/existe a necessidade do anarquismo se voltar não somente contra à sociedade de classes, mas também contra à sociedade civilizada. Tal debate foi encarnado por aqueles que ficaram conhecidos no “campo” como “anarco primitivistas” (TORPH & WELSH, 2008) (BOOKCHIN, 2010). Vemos aí que no “campo” do anarquismo encontram-se divergentes posições sobre a tecnologia que passam a se enfrentar simbolicamente, constituindo uma visão ora pertencente ao “anarquismo social” (MINTZ, 2006), ora pertencente ao “anarquismo de massa”.

O anarquismo de massa, por mais que comporte diversos matizes, compreende que a tecnologia pode e deve ser apropriada pelos explorados, como deveria fazer parte de uma sociedade futura anarquista. O setor que se denominou como “anarco primitivista” compreende a alienação humana como derivada da tecnologia e, nesse sentido, esse setor defende que os anarquistas se voltem para o passado histórico (no caso, o pré-histórico), pois nele os seres humanos eram livres da civilização e de seu principal elemento alienante: a tecnologia. É como se no passado houvesse um período pré-tecnológico próximo às concepções de “sociedade anárquica”. Tal embate foi uma dura polêmica travada nos meios libertários; foi de certo modo um embate “simbólico” também, porque não se limitava a discussões e confronto de ideias, mas também acabava se expressando nas práticas destes distintos grupos, essencialmente na prática da “ação direta” (GUIMARÃES, 2009) (GRAEBER, 2009).

Com base nesse conhecimento empírico, somado ao levantamento bibliográfico, dialogamos neste trabalho também com a tradição “insurrecional” (CORRÊA, 2013), que por meio de seus documentos apresenta rechaço à tecnologia, pois encara a tecnologia “industrial” como principal elemento de alienação dos operários e responsável por desastres ambientais (BONANO, 2007). Por mais que tais narrativas e pontos de vista não tenham se traduzido como fato em meio à realidade pesquisada, tal hipótese mobilizou nossa pesquisa, e se não foi confirmada da maneira que imaginamos, ao menos nos encaminhou a outras análises e conclusões de pertinência igual à hipótese aventada, ou mesmo de maior relevância.

Formamos a hipótese de que a ação *Black Bloc* poderia ser animada pelo pensamento anti-tecnologia dentro do anarquismo, afinal, este fenômeno é mundialmente conectado com as correntes insurrecionais e primitivistas. O presente trabalho se desenvolve e amplia seus horizontes para a perspectiva de buscar a compreensão da “ação direta” e das “representações sociais” de tecnologia, enfim, compreender em que medida as diferentes perspectivas de tecnologia estariam conectadas com as práticas anarquistas. Tal ideia se relaciona com o campo CTS, visto que este também se encontra cindido por noções “sociotécnicas” e “deterministas” que se assemelham às “representações” de tecnologia no interior do “campo” anarquista, pois a polarização também se dá entre as noções de tecnologia que visam dar respostas à exploração e à alienação inerentes ao contexto social atual.

Já em relação aos instrumentos desta pesquisa, contamos aqui com as contribuições de Holanda & Meihy (2014) relacionadas à obtenção de dados por meio da história oral. Seus procedimentos de pesquisa, especialmente aqueles propostos em seu livro “Manual de História Oral” (2014), foram os que viabilizaram o desenvolvimento de material capaz de nos permitir o acesso às “representações” dos anarquistas. Holanda & Meihy (2014) propõem o uso das novas tecnologias para gravação e a devida transcrição como método para obtenção de documentos. Nesse sentido, desenvolvemos uma série de entrevistas com sujeitos partícipes do “campo” em questão, posteriormente transcrevemos tais entrevistas, transformando-as em documentos, substrato desta pesquisa. A história oral apareceu como instrumento empírico metodológico capaz de suprir a lacuna deixada pela impossibilidade de realizar uma etnografia estrito senso, já que as experiências prévias do pesquisador não foram realizadas com o devido controle para atender aos pré-requisitos de uma etnografia. Dentro desta lógica, desenvolvemos um questionário para aplicação de entrevistas semiestruturadas temáticas. As entrevistas se desenrolaram em torno de um tema: as representações de anarquismo, de ciência e tecnologia e o lugar da tecnologia no pensamento anarquista. Com estas entrevistas obtivemos os resultados desta pesquisa.

Optamos pela cidade de São Paulo como *locus* da pesquisa. Tal escolha se justifica pela magnitude do movimento anarquista e sua representatividade nesta cidade, onde se encontram bem definidos os sujeitos elencados para buscarmos conhecer as suas representações. Esclarecido como chegamos à proposta de campo para este trabalho, devemos evidenciar o processo em si. A incursão foi feita por meio de contatos pessoais do autor e por meio do informante do mesmo, bem como por meio de

informações preliminares a respeito de coletivos anarquistas, que possibilitaram ir ao encontro dos sujeitos da pesquisa.

A definição pelas entrevistas nos moldes da “história oral”, como destacado anteriormente, se deu pela impossibilidade de desenvolvimento de um trabalho etnográfico, na medida em que não há como prever o aparecimento de movimentos similares aos de 2013 para observar em *loco* as práticas de “ação direta” e logo buscar diálogo com tais atores sociais. Sendo assim, acionamos o instrumento da “história oral”, visando estabelecer “fontes” documentais acerca das “representações sociais” motivadoras das “ações diretas”, e por meio destas buscamos estabelecer vínculos entre as “representações sociais” da tecnologia e as práticas anarquistas.

Para o desenvolvimento da pesquisa em “história oral”, definimos primeiramente os marcos metodológicos encontrados na obra de Holanda & Meihy (2014), devidamente explicitados, a partir dos quais desenvolvemos o questionário semiestruturado e os devidos procedimentos éticos, políticos e legais para segurança da pesquisa e dos pesquisados. Em decorrência dos aspectos éticos e políticos, optamos pelo anonimato dos sujeitos da pesquisa, que assim desejaram, e também pelo controle dessas informações, conforme definimos junto aos sujeitos. São resguardadas as entrevistas exclusivamente para a pesquisa acadêmica. O questionário aplicado se encontra nos anexos deste trabalho.

Em nosso campo empírico, realizamos duas viagens à cidade de São Paulo, no ano de 2016, e uma terceira viagem no ano de 2017, na qual visitamos os entrevistados e fizemos também um “rolê” em eventos próprios dos anarquistas. Destacamos que o campo acabou por transformar a perspectiva desenvolvida inicialmente na hipótese em relação ao “campo” anarquista. A lógica de enfrentamento entre “posições” não se apresentou à pesquisa da maneira pela qual sugerimos na hipótese inicial. O ponto de vista “sociotécnico” apareceu claramente relacionado ao anarquismo de “massas”; contudo, os pontos de vista “primitivistas” e “insurrecionalistas” não se demonstraram no “campo” anarquista.

Por outro lado, encontramos uma tensão entre representações distintas que se desenrola no seio do próprio anarquismo: tensão entre as visões “clássica” e “autonomista”. Estas duas rivalizam e disputam o “campo”, travando “lutas simbólicas” em torno das “representações” de ciência e tecnologia anarquistas. Desta maneira, o trabalho de pesquisa que aqui desenvolvemos acabou por encontrar resultados outros. Não apareceram oposições radicais no “campo simbólico” que culminassem em “ações diretas”; contudo, surgiram distintas representações que se encontram relacionadas ao

que seria o anarquismo “especifista” e o anarquismo “autonomista”. Deste modo, a noção de que “representações” de ciência e tecnologia são relevantes para compreender o desenvolvimento político das estratégias de certo “habitus” anarquista se confirma.

Explicitados os objetivos, métodos e introduzidos os pressupostos teórico-metodológicos, passamos ao desenvolvimento do trabalho em si. Neste, temos três capítulos e a subsequente conclusão. No capítulo dois, há a conceituação de anarquismo, bem como uma breve descrição das correntes presentes no “campo” anarquista, a nível histórico e no presente, assim como os desdobramentos destas correntes naquilo que é o pensamento anarquista referente à ciência e tecnologia. No capítulo três, há as diferenças estabelecidas entre as noções de campo de pesquisa e o “campo” conceitualmente definido a partir de Bourdieu. Também fizemos evidente a forma pela qual chegamos aos sujeitos do campo, bem como o modo pelo qual desenhamos um perfil dos mesmos, conforme as suas próprias narrativas. No quarto capítulo, há os elementos específicos deste trabalho, apontando para os temas que formam o “campo” anarquista por meio da organização e exposição das “representações” (CHARTIER, 1995; 2002) dos sujeitos da pesquisa. Por fim, na conclusão, há explicações sobre que aproximações foram possíveis realizar em relação à nossa hipótese inicial – quais aspectos desta não se confirmaram? – , apontando também para os elementos que formam o “campo” anarquista e as relações destas “representações” formadoras de tal “habitus”, que é a “ação direta”.

CAPÍTULO II

CONCEITUANDO O ANARQUISMO

2.1 O “ANARQUISMO”

Como observado na obra de Corrêa (2015), “Bandeira Negra Rediscutindo o Anarquismo”, existem diversos estudos sobre o anarquismo, sendo alguns produzidos pelo próprio “campo”, outros por acadêmicos. Já no primeiro estudo conhecido na história sobre o anarquismo, a obra do jurista Paul Eltzbacher, de 1900, “Der Anarchismus”, o autor já havia encontrado problemas para definir conceitualmente o anarquismo, acabando por aceitar a frágil definição de “ausência de Estado futuro” (CORRÊA, 2015). Até o presente, encontram-se poucas obras que desenvolvam estudos de rigor histórico em torno do anarquismo, bem como uma precisa definição conceitual, o que leva a uma série de imprecisões e equívocos analíticos na sua definição. Corrêa (2015) se debruça sobre todo um arco de obras referenciais, que têm como fito definir o anarquismo tanto historicamente como sociologicamente, buscando evidenciar seus equívocos, e apontando um novo caminho para a análise histórico-social do anarquismo.

Os principais elementos equívocos arrolados por Corrêa (2015) são: assumir conceitualmente que o anarquismo seja sinônimo de anti-estatismo, ou seja, tomar o anarquismo como negação do Estado; assumir o anarquismo como fenômeno a-histórico; partir da etimologia da palavra anarquista, e mesmo da gênese do termo na literatura política; aceitar a auto identificação dos pretensos anarquistas ou as primeiras aparições positivas em relação ao termo; considerar o anarquismo como uma mera antítese do pensamento marxista. Tais elementos em sua integralidade são refutados pelo autor. As obras que incorrem nessas imprecisões são sete na perspectiva de Corrêa (2015), sendo algumas próprias do “campo” e outras próprias dos estudos acadêmicos ou de pesquisas independentes.

Em seu estudo, Corrêa (2015) leva em conta os seguintes textos: “Der Anarchismus” (1900), de Paul Eltzbacher; “La anarquia através dos tempos” (1935), do militante anarquista Max Nettlau; “História das Idéias e Movimentos Anarquistas” (1962), do poeta e simpático ao movimento, George Woodcock; “Anarquistas e Anarquismo” (1964), do historiador acadêmico James Holl; “Anarquismo: da Doutrina à Ação” (1965),

do militante da esquerda francesa Daniel Guérin; “Demanding the Impossible: a history of anarchism” (1992), de Peter Marshall, acadêmico e simpático as ideias anarquistas; “An Anarchist FAQ” (2007), de Lain Mckay, fruto de um esforço militante de pesquisa via *web*.

Essas obras acabam por incorrer em uma série de equívocos teóricos e metodológicos, por exemplo, assumir o anarquismo como anti-estatismo. Assim, tal perspectiva, que tem equívocos como fundamentos, acaba por confundir a definição do anarquismo, pois antes de ser anti-estatista, são mais caros ao anarquismo princípios como o socialismo e o classismo. Uma das consequências deste equívoco – anarquismo como sinônimo de anti-estatismo – é a de trazer para dentro do anarquismo autores e teorias de outras tradições, tornando-o a-histórico, já que qualquer rebelião contra o Estado e a centralização do poder pode ser um elemento a ser arrolado à história do anarquismo. Outro problema diz respeito aos pontos de vista a-históricos presentes nas obras de referência, que visam identificar o anarquismo com qualquer rebelião libertária, esfumando o anarquismo como filosofia, teoria e movimento político localizado na segunda metade do século XIX, em meio ao surgimento do movimento operário, como uma das escolas de pensamento socialista que concorriam pela direção do movimento operário.

Outro equívoco comum na busca da compreensão do anarquismo como movimento político é tomá-lo pela etimologia da palavra, que segundo estudos deriva do grego e traduz-se como ausência de governo. Erro similar é assumir como gênese histórica do movimento o aparecimento dos usos das palavras anarquia e anarquista, na medida em que o próprio termo existia muito antes do movimento, com a palavra ganhando novo sentido para nomear o movimento político e ideológico anarquista. No mesmo sentido, outra falha comum nos estudos de referência é que o aparecimento dos usos positivos das palavras anarquia e anarquista ou seu aparecimento na literatura política também não explica o surgimento do movimento, pois o uso corrente do termo anarquia e anarquista apareceu muito antes do movimento. Mesmo em momentos históricos como o renascentista e o iluminista a palavra já aparecia no vocabulário político, porém, isto não significa que existissem propriamente anarquistas, nos termos do movimento surgido no século XIX. O anarquismo também não deve ser entendido como uma antítese ao marxismo, na medida em que apesar das diferenças teóricas de origem entre anarquismo e marxismo, que acabam por colocá-los em confronto, ambos surgiram em um mesmo contexto histórico. Portanto, a crítica ao marxismo não é o que forma o anarquismo, pelo contrário, existem mesmo confluências maiores entre estas correntes do que divergências.

Todos estes pontos de vista aparecem nas obras de referência, em maior ou menor grau, o que tem dificultado a compreensão deste fenômeno histórico e político. Para fins deste trabalho, são consultadas as obras de maior profusão no Brasil; não raro, erros teóricos metodológicos apareceram também.

Escolhemos os textos que há mais tempo se encontram publicados no Brasil e que têm maior circulação no “campo” anarquista. Tomamos para análise as obras de George Woodcock (2007) e Max Nettlau⁴.

Temos na obra de Nettlau (2008) uma proposta de história do anarquismo. Nettlau compreende que o anarquismo é parte de “(...) todas as evoluções progressivas e das aspirações a liberdade” (NETTLAU, 2008, p. 27). Como vemos, tal visão aporta uma noção do anarquismo como fruto da evolução da “anarquia”. Assim, o movimento anarquista aparece de forma a-histórica, como se fosse um “espírito” da liberdade que paira sobre a história e que na modernidade finalmente ganha seus contornos finais.

Outro que propôs a construção de uma “História das idéias e movimentos anarquistas” é George Woodcock (2007), grande poeta canadense, mas que também dedicou parte de sua vida à propaganda e difusão do pensamento anarquista. Seu pensamento acaba por confrontar Nettlau, pois Woodcock nega a ideia de que o anarquismo é parte de uma “evolução” da “anarquia”. Woodcock acaba por assumir outro ponto de vista comum nas tentativas de historiar o anarquismo: parte da biografia dos grandes “cânones” do pensamento anarquista, como Godwin, Stiner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Tolstoi, para compreensão da formação das ideias anarquistas. De certo modo, as obras de Nettlau e Woodcock são representativas do modelo de história que se desenvolveu por um grande período em relação ao anarquismo. Geralmente, parte-se ou de uma noção de evolução do pensamento libertário, que pode se tornar o anarquismo, ou se arrolam grandes personalidades que fundaram o pensamento anarquista.

Por compreendermos que as visões mais comuns em relação ao anarquismo acabam por se deslocar das condições históricas e sociais que dão origem ao anarquismo, partimos de um outro ponto de vista. Estas concepções equívocas que encontramos nas obras históricas, que alcançam maior destaque editorial no “campo”, motivaram-nos a busca por outras perspectivas. Deste modo, partimos das definições do anarquismo presentes na obra de Corrêa (2013), na qual o anarquismo é definido como uma ideologia política voltada para a prática; tal ideologia surge das contradições e lutas dos trabalhadores, sendo formalizada por intelectualidades imersas no movimento. Essa

⁴Foi intelectual e militante ativo do movimento anarquista, e grande documentarista, deve-se destacar ainda que este foi contemporâneo de Bakunin, dividindo espaços políticos e militando junto ao mesmo.

visão está baseada na crítica à dominação estatal e exploração capitalista, propondo a supressão de ambos via ação revolucionária, isto é, pela derrocada violenta do Estado e tomada dos meios de produção, implementando práticas socialistas libertárias por meio do federalismo político e autogestão econômica. Nessa visão, o anarquismo surge em meio a um contexto histórico definido, de formação do capitalismo, ou seja, de ampliação da força de trabalho assalariada, das relações de exploração do trabalho mediadas pela propriedade privada, urbanização da sociedade, emergência do racionalismo, bem como da formação dos Estados Nacionais. Segundo o mesmo autor, tais elementos da então modernidade que se formava foram fundamentais para o desenvolvimento do movimento anarquista, que surge justamente em meados do século XIX e início do século XX, por meio das práticas organizacionais de um setor da I Associação Internacional dos Trabalhadores (CORRÊA, 2013; 2015).

Corrêa ainda destaca certo reducionismo nas tentativas de construir historiografias do anarquismo, que quando não focam em grandes personalidades, acabam por focar em episódios históricos muito específicos, reduzindo em muito a história do anarquismo, e mesmo fazendo que ele pareça um fenômeno pontual, abrindo margem a várias interpretações equívocas que circulam sobre o anarquismo e sua história. Neste sentido, o autor sugere a adesão ao estudo do anarquismo por meio de “ondas”, isto é, compreender o anarquismo por meio de recortes históricos em suas diferentes manifestações. Assim, desde o seu surgimento, inspirado nas obras dos estudiosos sul-africanos do anarquismo Lucien Van der Walt e Michael Schmidt, seriam ao menos cinco ondas do anarquismo (CORRÊA, 2013)⁵. O período estudado por nós remete a quinta onda, localizada justamente entre a década de 1990 e início dos anos 2000.

Assumimos, deste modo, as propostas metodológicas de Corrêa (2013; 2015) para definição do anarquismo, compreendido aqui como uma corrente do socialismo: o socialismo revolucionário formado em meio a I Internacional, ainda no século XIX, em que o anarquismo aparece como uma das estratégias de transformação social ensejadas pelas classes exploradas, sendo caracterizado pela crítica ao sistema de exploração

⁵As ondas do anarquismo se referem a obra de Corrêa (2013), que divide o anarquismo em ao menos cinco ondas do anarquismo, buscando deste modo catalogar o anarquismo e suas experiências para além daquelas que são notoriamente conhecidas pelo público. As cinco ondas são: primeira onda, de 1868- 1894, pouco conhecida; segunda onda, de 1825-1923, bem mais estudada, que cobre as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia; terceira onda, de 1924-1949, igualmente famosa, que abarca as revoluções na Manchúria e na Espanha, e que, juntamente com a segunda onda, constitui o “período glorioso” do anarquismo; quarta onda, de 1950- 1989, cujo ápice se deu na Revolução Cubana, em 1952-1959 e novamente com a Nova Esquerda de 1968; quinta onda, atual, gerada em 1989 pela queda do Muro de Berlim e pelo surgimento de mobilizações “horizontalistas” contrapondo-se ao antigo e velho “comunismo” marxista (na realidade, um capitalismo de Estado autoritário), às ditaduras de direita e ao neoliberalismo por meio de novos movimentos das classes populares globalizadas. (Corrêa, *apud* Schmidt, 2012a, p. 43-44).

propiciado pelo capitalismo e pela propriedade privada e também contra à dominação política/jurídica/militar promovida pelo Estado. O anarquismo pretende por meio da acumulação de forças das classes exploradas por tal sistema, por meio de instituições próprias destas classes, suplantar a propriedade privada e a centralização política pela propriedade direta dos meios de produção por parte de instituições de trabalhadores, bem como por um autogoverno de uma federação destas instituições de produtores.

2.2 AÇÃO DIRETA: DEFININDO O CONCEITO

Definida que matriz teórica e bibliográfica utilizamos para definir conceitualmente o anarquismo, partimos agora para a definição de outro objeto relevante para este trabalho: a “ação direta”. Neste trabalho, tal elemento joga especial papel, na medida em que nossas análises se referem à relação entre “representações” (CHARTIER, 1995; 2002) de mundo dos anarquistas e suas práticas. As práticas anarquistas são essencialmente norteadas pela noção de ação direta, por isso definir precisamente o que é a “ação direta” é parte relevante deste trabalho. Para tanto, acionamos duas obras dedicadas ao tema, o texto “Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)” de Adoline A. Guimarães (2009), e “Direct Action: An Ethnography”, de David Graeber (2009).

Guimarães (2009) dedica sua dissertação ao estudo da ação direta como forma de ação política, que tem na proposta anarquista seu fundamento. A ação direta é uma característica transversal ao pensamento anarquista, referindo-se à ação política, à proposta educativa e de propaganda e a uma determinada ética que propõe a equalização das relações de poder em todas as esferas. Politicamente, o anarquismo representa a recusa da política parlamentar, isto é, representa uma proposta de transformação social que tem seu projeto de poder amparado nas instituições operárias e na noção de que estas devem se tornar as gestoras da sociedade. O anarquismo não busca a conquista de espaço representativo no Estado burguês, ou mesmo a tomada de tal Estado. O que ele apresenta como objetivo é o fim da separação entre governados e governadores.

Estes elementos balizam a grosso modo a ideia de “ação direta” e a perspectiva de que as próprias organizações da classe trabalhadora devem tomar para si o dever de organizar a sociedade diretamente, tanto nas esferas econômicas, como nas políticas, jurídicas, culturais, etc. Guimarães (2009). A mesma autora aponta também que tal

conteúdo anarquista se encontra implícito nas obras de Proudhon e Bakunin e explícito na obra de Malatesta. Encontramos a seguinte definição em um texto de Malatesta (2008): “para nós, não é muito importante que os trabalhadores queiram mais ou menos: o importante é que aqueles que queiram, procurem conquistar, com sua força, sua ação direta, em oposição aos capitalistas e ao governo”.

Graeber (2009), em sua obra ainda sem tradução para o português, “Etnografia da Ação Direta”, aponta para a “ação direta” como a negação do Estado, pois na medida em que os anarquistas recusam o poder do Estado, quando possível, não somente deixam de reivindicar as mudanças que desejam ao Estado, mas, quando o fazem, buscam tais mudanças pela ação política de movimentos sociais, assim como buscam promover por sua própria ação as transformações que acreditam necessárias, sintetizadas na ideia de criar um mundo novo na “concha” deste. Assim, a proposta de poder anarquista não perpassa pelas atuais instituições sociais; o poder anarquista demanda a criação de instituições próprias dos trabalhadores, explorados e oprimidos em geral do sistema, que em um momento determinado devem medir força com as instituições do Estado e dar cabo das mesmas, substituindo-as pela força revolucionária.

2.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA

A “ação direta” e o anarquismo ganham nova relevância social no bojo das manifestações no início do século XXI pela aparição dos chamados *Black Blocs* (Blocos Negros), assim denominados em decorrência de sua caracterização marcada pelas vestimentas pretas. Apesar de ganharem maior relevância na atual conjuntura, justamente por aparecerem aliados a manifestações de massas que eclodiram em diversas localidades do país, os *Black Blocs* não são um novo sujeito da transformação. É possível documentar aparecimentos esporádicos, com menos impacto social, da prática *Black Bloc* no Brasil em outros momentos recentes de nossa História (CORRÊA, 2016). Porém, é importante destacarmos que o *Black Bloc* não é a única manifestação de “ação direta” que ganha as ruas novamente. Todavia, como destaca Dupuis-Déri (2014) e Graeber (2009), estes ganham mais destaque via imprensa por serem mais facilmente enquadrados no estereótipo de anarquista antissocial e violento. O MPL (Movimento Passe Livre) também suscitou polêmicas, isto porque seu modelo de ação direta, que se caracteriza pelo trancamento de vias e liberação de catracas do transporte público, também acaba por gerar polêmicas e comoção social em virtude da criminalização exercida pela mídia.

Assim, tanto a ação do MPL, em especial as discussões em torno do direito à apropriação política da cidade (ORTELLADO, 2016), como as do *Black Bloc* – que, por sua vez, suscitaram intermináveis polêmicas devido a suas práticas de defesa de manifestações e de ataque a propriedades privadas – podem ser consideradas práticas de “ação direta” (GUIMARÃES, 2009) (GRAEBER, 2009). A relevância deste tema é tamanha que podemos mesmo afirmar que novos dispositivos legais, como a lei que aproxima manifestações públicas de práticas terroristas, tenham relação com o advento do *Black Bloc* no Brasil e também com os trancamentos de via, por meio da “ação direta” do MPL. Como observam Graeber (2009) e Dupuis-Déri (2014), a “ação direta” acaba por gerar juízos enviesados pelo senso comum, em muito motivados pela mídia corporativa. Assim, simplifica-se a ação direta, reduzindo-a a mero “vandalismo” impensado, quando não, como destacado acima, se compara a mesma ao terrorismo.

Destacam-se neste processo, que culminou nas “jornadas de junho”, grupos que sustentam a prática da “ação direta”, em especial as ações organizadas e coordenadas pelo MPL, movimento que contesta não somente o transporte privado, bem como a apropriação privada da cidade e a própria forma de política tradicional da esquerda dos anos 1980 e 1990. O MPL combinou suas práticas de ação direta, como os “catracaços” – ocupações de terminais para uso de transporte sem pagamento de tarifa –, com a crítica ao transporte como serviço privado, com a crítica à cidade privada e com práticas de democracia direta: assembleias horizontais que determinam os rumos do movimento. O MPL ainda aparece influenciado pelo federalismo em seu sentido libertário, pois é uma federação nacional de coletivos, que atua de forma autônoma, baseada em princípios comuns. Vemos aí uma vinculação manifesta do MPL com os princípios e práticas anarquistas, todavia, no sentido trazido por Mintz (2006) ao termo “libertário”, compreendendo este como expressões do anarquismo em meio a espaços que não têm propriamente a identidade anarquista, pois participam destes movimentos pessoas desvinculadas da ideologia em seu sentido doutrinário.

Destacamos ainda um terceiro grupo de anarquistas, ligados à noção política da ação direta, que se colocam dentro da tradição, por assim dizer, “clássica” do anarquismo, pois buscam suas referências nas obras de Bakunin, Malatesta e do Grupo Dielo Trouda, ou seja, nas obras que de alguma maneira acabam por sintetizar a proposta de organização política anarquista revolucionária. Tais obras compreendem também o arco de obras canônicas do anarquismo, por isso “clássicos”. Estes sustentam a ideia de organizações anarquistas, ou seja, que possuam recorte ideológico e métodos de formação e seleção de militantes, assim como programa e estratégia definidos. Essas

organizações compreendem que devem estar inseridas em movimentos sociais (de massa) para que por meio de sua influência sobre as classes exploradas possa haver o início de um processo de revolução social, isto é, uma ruptura com o atual modelo organizativo da sociedade. Essa representação do anarquismo, a qual chamamos de terceiro grupo, encontra-se em grande medida, mas não somente, encarnada naquilo que se auto define como CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). A CAB agrupa algumas coletividades de anarquistas espalhadas pelo Brasil. É importante ressaltarmos que, de acordo com esta estratégia, podemos compreender que existam militantes deste segmento anarquista dentro do MPL ou em outros movimentos.

MPL, *Black Blocs* e CAB são parte de um mesmo “campo” ideológico: o anarquismo. O *Black Bloc* vincula-se ao anarquismo, visto que suas práticas se sustentam ideologicamente pelo anticapitalismo, antiestatismo e pela ação direta. Os poucos documentos produzidos por *Black Blocs* confirmam tal adesão (LUDD, 2002). O MPL, de certo modo, enquadra-se naquilo que Mintz (2006) denomina como movimento “libertário”, isto é, um movimento que não é propriamente anarquista, por não ter como princípio ideológico para adesão ao movimento o pertencimento ao anarquismo, mas por suas práticas serem claramente atravessadas pelos valores e ideias do anarquismo. A CAB vincula-se a algo que aqui denominamos por anarquismo “clássico”, ligado à tradição organizativa no sentido político do anarquismo. Destacado que os três modelos são partes daquilo que seria um amplo “campo” do anarquismo, notamos ainda que são parte de um mesmo processo histórico.

A despeito do *Black Bloc* ter sua origem na Alemanha da década de 1980, aparecendo em meio à contracultura e ao movimento ecologista, sua popularização se dá já nos anos 1990, por meio da difusão midiática, tendo como episódio emblemático o conjunto de manifestações em Seattle, no ano de 1999, no qual os *Black Blocs* “ganham o mundo”, por meio da comunicação de massa. Anteriormente, seus ideais eram difundidos por meio de publicações anarquistas contra culturais e ecologistas (DUPUIS-DÉRI, 2014).

As manifestações da década de 1990, referidas acima, eram, em larga medida, coordenadas pela Ação Global dos Povos (AGP), que passou a existir nos idos de 1997 e 1998. A AGP tem seu impulso por meio da convocação de um encontro mundial contra o neoliberalismo, encabeçado pelo EZLN (Exército Zapatista de Liberação Nacional), que simbolicamente se apresenta para o mundo no ano de 1994, por meio de um levante armado, que libera parte do território mexicano no mesmo dia que se ratifica o acordo que inaugura o NAFTA: “North American Free Trade Agreement”. O NAFTA, por sua vez, permitia/permite a comercialização de terras sobre a posse de comunidades indígenas

denominadas “ejidales”. Tal evento deu início a um novo ciclo de lutas contra a “globalização” e o “neoliberalismo”. Movimentos do mundo inteiro (no Brasil, por exemplo, temos o MST) se articularam na AGP a fim de conter o processo de “neoliberalização”. A AGP organiza manifestações junto às cúpulas econômicas (ex.: A20, G7, entre tantas outras) para se opor aos tratados que nestes espaços se realizam. O *Black Bloc*, como observado em suas manifestações, caracteriza-se pelo tipo de “ação direta” que oscila entre a destruição de “símbolos” do capital e a “autodefesa” da manifestação. O MPL, por sua vez, aparece como um desdobramento regional da AGP, que no Brasil se articulou muito em torno da luta contra a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas –, na medida em que alguns militantes passaram a refletir acerca da necessidade de organizar lutas em torno de temas locais, já que a AGP se organizava mais em torno de cúpulas econômicas que ocorriam em diversos pontos do globo (LIBERATO, 2006) (ORTELLADO, 2016) (GENNARI, 2005) (LUDD, 2002) (DUPPUIS-DÉRI, 2014). A CAB (antigo FAO – Fórum do Anarquismo Organizado) também tem forte vínculo com a AGP, contando com militantes advindos tanto da luta pelo transporte (MPL), como de históricos militantes que se formaram em meio à organização da AGP e que acabaram entendendo a necessidade de uma organização política anarquista que forme e coordene militantes para atuar em meio aos movimentos sociais. Relevante para este processo de reorganização e disseminação do anarquismo pelo globo, e no Brasil, foram também os Fóruns Sociais Mundiais, espaços de encontro e troca de experiências de movimentos sociais e da esquerda (TORPH & WELSH, 2016), onde pode-se observar, ao longo de suas edições, a presença dos anarquistas. Deste modo, podemos definir que tanto *Black Blocs*, como o MPL e CAB, são parte do amplo “campo” do movimento anarquista e também de um mesmo processo histórico de reaparecimento, expansão e articulação de práticas de “ação direta”.

2.4 CORRENTES DO ANARQUISMO

Para a definição de correntes existentes no anarquismo, tomamos mais uma vez emprestadas as contribuições de Corrêa (2013; 2015). O autor propõe uma nova maneira de compreender as correntes anarquistas ao observar que existe um sem números de correntes no interior das divisões anarquistas mais difundidas; tal fato, em vez de facilitar a compreensão da realidade, dificulta-a ainda mais. As divisões catalogadas por Corrêa baseiam-se em divergências denominadas como “menores”, isto é, debates que têm

pouca, muito pouca ou nenhuma relação com as divisões que ocorrem em torno das práticas no contexto concreto do “campo” anarquista. Menores porque se baseiam em querelas teóricas de menor relevância no mundo concreto, ou trazidas para o “campo” por meio de teorias e perspectivas que sequer fazem parte do anarquismo: um exemplo seria a inserção de autores tidos como “individualistas” e “pacifistas” (Gandhi e Stirner), que podem ser vistos como personalidades libertárias, mas não anarquistas, e muito menos definidores de correntes particulares do anarquismo. Ainda dentro destas divergências tidas como menores, Corrêa (2015) apresenta como exemplo a tentativa de diferenciar anarquistas em “coletivistas” e “comunistas”. Segundo o autor, as divergências teóricas acerca da forma de distribuição dos produtos do trabalho – se por meio de bonificação individual por serviço prestado ou por divisão igualitária via planificação – não corresponderiam a distintas correntes, uma vez que não gerariam táticas, tampouco estratégias distintas.

Mesmo a busca por definir o anarquismo através da base social que tenta mobilizar (vide por exemplo a definição anarco-sindicalista) não define as correntes do anarquismo, visto que esta é uma divergência tática, e não de fundo teórico, muito menos de princípios. O que Corrêa destaca é que o anarquismo, quando definido historicamente e assumido com maior precisão conceitual como um movimento político-ideológico, não apresenta em seu bojo um grande número de divergências de análise teóricas e de princípios, mas sim bastante afinidade e homogeneidade.

Nesse sentido, o autor propõe uma divisão no anarquismo em correntes, por meio daquilo que ele encontra como elemento definidor das diferenças entre os anarquistas a “estratégia” política conduzida para levar ao mundo socialista, auto gestor e federalista. Nisso, Corrêa divide o anarquismo em anarquismo de “massas” e “insurrecional”. O anarquismo de “massas” visa mobilizar as massas exploradas por meio de organizações de massas – sindicatos e movimentos sociais, por exemplo – para que nelas sejam travadas lutas por melhorias salariais, redução de jornada laboral etc. O acúmulo de forças e experiências políticas vai ganhando espaço e se complexificando até um ponto em que algumas das organizações de massas obtenham, por meio de sua organicidade e capacidade de luta, condições para uma ruptura radical. A corrente “insurrecionalista” parte do ponto de vista que tais entidades de classe são reformistas, logo, conservadoras em essência, comprometidas com o *status quo*.

O papel dos anarquistas é o de promover a radicalização das manifestações espontâneas das classes exploradas. Partindo geralmente de pequenos grupos de ação direta, os anarquistas põem a nu os conflitos sociais, tendo por consequência, em seu

ponto de vista, o confronto que é também capaz de aumentar a consciência de classe, gerando com isso condições para uma ruptura revolucionária. Deste modo, a estratégia do anarquismo de “massas” parte da organização das massas em entidades de classe, que dirigidas pelas propostas anarquistas acumulam forças e levam a sociedade a uma ruptura. Já o anarquismo “insurrecionalista” não circunscreve as organizações de massa em sua proposta. Cabe assinalarmos que existem outras divergências denominadas “menores” no bojo destas correntes, como, por exemplo, a divergência presente dentro do anarquismo de “massas” relacionada à necessidade ou não de uma organização (partido) anarquista.

Vemos aí que tipos de manifestação política do anarquismo geram diferentes padrões de “ação direta”. O *Black Bloc*, devido a seus modos organizativos, baseados em grupos de afinidade e de formação espontânea, tem suas práticas facilmente identificadas com o insurrecionalismo, já que enfatiza a oposição de força (“real” ou simbólica) ao sistema capitalista e suas instituições como central em sua estratégia de ruptura, movendo pouco esforço para a construção de organizações de massa.

O MPL aparece dentro de uma tradição de “massa” do anarquismo, sendo muito mais parte daquilo que denominamos movimento “libertário”. O MPL visa acumular forças sociais via lutas de curto prazo, para que em algum momento possa opor-se a essas forças sociais de forma definitiva, por meio do processo que se compreende como revolução social (CORRÊA, 2015). Cabe destacarmos que o próprio MPL se coloca como um movimento revolucionário (MPL, 2016).

A CAB também pode ser vinculada à tradição de massas, com a diferença de que se caracteriza como uma organização política de recorte anarquista, que busca por meio de sua influência em movimentos sociais coordenar um processo de transformação da sociedade no sentido do socialismo libertário. Todavia, esta organização tem como estratégia principal a mobilização das massas em movimentos sociais, nos quais estabelece disputas políticas para que sigam suas propostas políticas.

2.5 ANARQUISMO E CIÊNCIA: SEGUINDO A TRILHA DAS REPRESENTAÇÕES DE CIÊNCIA NA BIBLIOGRAFIA ANARQUISTA

Nesta sessão, passamos por um breve levantamento bibliográfico, visando destacar as grandes narrativas sobre ciência e tecnologia na bibliografia anarquista. Como pensamento representativo da ciência e tecnologia com relação à corrente de “massas” do anarquismo, elegemos Bakunin, mais exatamente as contribuições

localizadas em seu texto “A Instrução Integral” (2003). Bakunin aparece justamente por ser, na interpretação de Corrêa (2013; 2015), o primeiro formalizador do anarquismo. Para representar o pensamento sobre tecnologia relacionado à corrente de “massas” do anarquismo, trouxemos também o pensamento de Murray Boockchin, que atuou no “campo” anarquista entre os anos 1960 e a primeira década dos anos 2000.

Como representantes teóricos da corrente “insurrecional”, selecionamos aquele que talvez seja o autor com maior proeminência naquilo que se tornou o pensamento anticivilização: o anarco primitivismo John Zerzan (2006)⁶. Acionamos Zerzan (2006), justamente por ser o ícone do pensamento anti-tecnologia em meio aos anarquistas, e por ser apontado frequentemente como importante influenciador dos *Black Blocs* (GANDINI, 2016). Para trazer um ponto de vista conectado com o insurrecionalismo, evocamos o pensamento de Bonnano, militante e intelectual do anarquismo “insurrecional”.

Já em Bakunin, encontramos uma perspectiva crítica da tecnologia, porém, sua crítica não é puramente à tecnologia, mas ao contexto em que ela se insere no capitalismo:

Na atual organização da sociedade, os progressos da ciência têm sido a causa da ignorância relativa do proletariado, assim como os progressos da indústria e do comércio têm sido a causa de sua miséria relativa. Os progressos intelectuais e materiais têm contribuído, pois, para aumentar sua escravidão. Qual é o resultado. Que devemos repelir e combater esta ciência burguesa, assim como devemos repelir e combater a riqueza burguesa. Combatê-las e repeli-las no sentido que se destroem a ordem social que é patrimônio de uma de várias classes, devendo reivindicá-las como um bem comum a todos (BAKUNIN, 2003, p. 68- 69).

As recomendações de Bakunin não se referem à ciência e à tecnologia em si, mas a um determinado tipo de ciência e tecnologia, a burguesa, que tem como propósito aumentar a exploração do trabalho e, logo, as desigualdades sociais também. Porém, em seu projeto o que aparece como objetivo estratégico é a socialização da ciência e tecnologia e não sua eliminação, pois na concepção do autor estas são resultados de um contexto específico:

Demonstramos que, enquanto houver dois ou vários graus de instrução para as diferentes camadas da sociedade, haverá necessariamente classes, quer dizer privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de afortunados, e a escravidão e a miséria para a maioria. Como membros da Associação Internacional de Trabalhadores, queremos a igualdade, e porque a queremos

⁶Cabe apontarmos que existem polêmicas outras polêmicas (certos primitivismos) no interior do campo anarquista as quais não iremos nos ater. Apesar de o primitivismo pertencer ao campo anarquista, ele traz para o anarquismo um modelo de análise e teoria que tem pouco a ver com o anarquismo, e que se relaciona muito mais com a ecologia radical e com a antropologia.

devemos querer também a instrução integral, igual para todos. (BAKUNIN, 2003, p. 69)

Como podemos ver nesta passagem, o ponto de vista clássico do anarquismo não refuta a tecnologia, mas entende que ela se encontra inscrita em seu projeto, estando co-determinada pelas relações econômicas e políticas, e logo que acionada para outros fins, deverá levar em conta tais imperativos.

Escolhemos trazer a voz de Bookchin, pois ele atualiza para a contemporaneidade a discussão sobre ciência e tecnologia. Bookchin, a despeito de compreender as questões ambientais e ecológicas, consegue observar que a tecnologia moderna ampliou ainda mais as possibilidades de transformação da sociedade:

Permítaseme buscar respuesta a estas preguntas señalando un rasgo fundamental de la tecnología moderna: por primera vez en la historia, la tecnología tiene ante sí un horizonte indefinido. Con esto quiero decir que ha adquirido desarrollo tal, que su posibilidad de crear máquinas capaces de desempeñar los trabajos tradicionalmente ejecutados por el hombre no conoce límites ahora. La tecnología ha pasado finalmente del campo de la invención al de la construcción, del descubrimiento casual a la innovación sistemática (BOOKCHIN, 2016, p.18).

Bookchin observa neste texto que a tecnologia contemporânea abre um novo leque de possibilidades – por conta da inteligência artificial –, podendo até mesmo libertar a espécie humana de todo trabalho penoso. O autor comenta que essa possibilidade é limitada pelo próprio capitalismo que, na busca por acumulação, acaba por gerar a manutenção do trabalho humano em atividades que este já poderia ter sido extinto. O autor acaba por confirmar a tradição anarquista clássica, apontando para as potencialidades da ciência e tecnologia, porém, ao mesmo tempo, entendendo que a ciência e a tecnologia se encontram imersas em relações sociais que as impossibilitam de exercer tais potencialidades. É importante destacarmos também suas preocupações ambientais, elemento atualizador da obra de Bookchin. Nesse sentido, ele aponta para os seguintes elementos:

En cuanto a nuestra época el desarrollo de la técnica y el crecimiento de las ciudades han alienado al hombre de la naturaleza, provocando su total separación de ella. El hombre occidental está encerrado en un medio urbano esencialmente artificial, se encuentra físicamente alejado de la tierra y la máquina se interpone en su relación con el mundo natural. Alén de desconocer de dónde proviene y cómo se producen la mayoría de los bienes que consume, le presentan su alimento de manera tal que conserva poco o nada de la forma del animal o la planta con que ha sido preparado. Encajonado en un medio urbano aséptico (casi institucional en forma y apariencia), el hombre moderno se ve privado incluso de actuar como espectador de la actividad agrícola e industrial que satisface sus necesidades materiales. Es pura y exclusivamente un consumidor, un receptáculo insensible.

Sería injusto afirmar que no respeta su medio natural; lo trágico es que no tiene casi idea de qué es la ecología o de lo que se requiere para mantener el equilibrio del mundo que lo circunda. (BOOKCHIN, 2016, p. 37).

Apesar de Bookchin perceber os problemas relacionados à ecologia e meio ambiente, que são ocasionados fundamentalmente pela forma de exploração ambiental, ele não aponta para a ciência e tecnologia como elementos de devastação ambiental, mas sim para a alienação que as sociedades modernas têm deste problema, tornando-os assim um problema econômico e político. Uma sociedade ecológica dependeria da transformação do sistema econômico, assim como da integração do meio natural às sociedades modernas. Longe de ser seduzido pelo pensamento anticivilização, Bookchin foi um ativo crítico deste ponto de vista no anarquismo, dedicando inclusive uma de suas obras a isso, que foi traduzida como “Anarquismo: Crítica e Autocrítica” (2010), para rechaçar este ponto de vista.

Por outro lado, encontramos no “campo” anarquista autores como Alfredo Maria Bonanno, um dos principais representantes daquilo que se compreende como “insurreccionalismo” anarquista. Em um de seus principais textos, encontramos a seguinte passagem:

La revolución tecnológica contemporánea, fundada esencialmente sobre la instalación informática generalizada a todos los aspectos de la vida, sobre el láser, el átomo y la ciencia de las partículas subatómicas, sobre nuevos materiales que permiten el transporte y la utilización de energía antes impensable, sobre las modificaciones genéticas aplicadas no sólo a la agricultura y los animales sino también al hombre, no se ha limitado a cambiar el mundo. Ha hecho más. Ha producido condiciones de imprevisibilidad tales que no es posible hacer previsiones o programas atendibles, no sólo por parte de todos aquellos que intentan mantener el estado de cosas presente todo el tiempo posible, sino también por parte de todos aquellos que intentan destruirlo.

El motivo esencial es debido al hecho de que las nuevas tecnologías, interactuando entre nosotros e insertándose en un contexto tecnológico que tiene una historia y un desarrollo de al menos dos mil años de antigüedad, puede producir consecuencias inimaginables, algunas totalmente destructivas, bien al margen de los absurdamente pensables efectos de cualquier explosión atómica. De aquí la necesidad de un proyecto destructivo de la tecnología en su conjunto, de un proyecto de lucha que piensa como fase primera y esencial la destrucción, que funde todo su acercamiento programático, de naturaleza política y social, sobre la indispensabilidad de parar el actual proceso, de otro modo irreversible, de la tecnología. (BONANNO, 2007, p. 90).

Como podemos notar, em sua obra é levado em conta o uso da tecnologia para exploração dos trabalhadores, bem como a devastação ecológica que tem resultado a partir de seus usos capitalistas. Porém, tais elementos são vistos como imanentes à tecnologia, sendo inviável entender esta tecnologia como parte do projeto anarquista.

Assim, Bonanno sugere sua destruição como sendo de ordem emergencial por parte dos anarquistas.

Outro autor que aponta para leituras similares, mas com um teor de radicalidade ainda maior, é John Zerzan. Em seu livro “O Futuro Primitivo” (2006), ele aponta para sociedades pertencentes ao tempo paleolítico, como supostamente livres da linguagem e “simbolismo”, bem como da agricultura, sendo, no ponto de vista do autor, exemplos de sociedades anarquistas que deveriam inspirar os anarquistas de hoje:

Z: Eu penso que você esteja certo ao sugerir que nós devíamos evitar a idealização da pré-história, de recusar sugerir-la como um estado de perfeição. De outro ponto de vista, a vida de caçador-coletor parece ter sido marcada, em geral, pela mais longa e mais bem-sucedida adaptação à natureza jamais alcançada pelos seres humanos, um alto grau de semelhança entre gênero, a abstenção da violência organizada, tempo livre significativo, direitos iguais na divisão dos princípios, e uma saúde livre de doenças. Desta maneira me parece instrutivo e inspirador, mesmo se imperfeito e talvez nunca totalmente conhecido para nós. (ZERZAN, 1999, p. 36)

Nesta mesma entrevista, que foi inserida junto a tradução de 1999 de “O Futuro Primitivo”, Zerzan aponta para a técnica e para a tecnologia como elementos da alienação e exploração humana, pois elas têm sido as possibilitadoras da divisão do trabalho social:

Z: A constatação é muitas vezes feita de maneira que haja uma suave mudança gradual entre o uso de simples instrumentos e o mundo atual de alta-tecnologia, de que não há distinção qualitativa que possa ser feita em qualquer momento ao longo dessa linha de desenvolvimento, sem um lugar para “desenhar uma linha” separando o positivo do negativo. Mas minha hipótese sobre o trabalho é a que a divisão do processo produtivo marca o momento dessa separação, com consequências terríveis que desdobram-se de maneira acelerada ou cumulativa. A especialização divide e estreita o indivíduo, instaura a hierarquia, e cria a dependência e trabalha contra a autonomia. Especialização que também impulsiona o industrialismo e desde já conduz diretamente para a crise ecológica. Ferramentas ou papéis que envolvem a divisão do trabalho engendram pessoas divididas e dividem a sociedade. (ZERZAN,1999, p. 35)

Zerzan (1999) aponta para a necessidade de o anarquismo romper com esta tecnologia e ciência devastadoras do planeta e alienantes das relações humanas. Mais que a tecnologia, o anarquismo deve combater a linguagem, a base de qualquer racionalismo, e buscar o retorno a uma época pré-simbolismos, na qual as relações sociais eram livres de mediação, logo, não alienadas. Ressaltamos que estes pontos de vista de Bonanno e Zerzan são relativamente recentes no “campo” anarquista, na medida em que foram desenvolvidos na segunda metade do século XX, tendo exercido força e disputa neste “campo” de maneira recente.

2.6 O ANARQUISMO E A CIÊNCIA NAS DIFERENTES CORRENTES

Mostramos, por meio da sessão anterior, que existem dois pontos de vista distintos no anarquismo contemporâneo acerca da ciência e tecnologia. Por um lado, temos um anarquismo “clássico”, vinculado à tradição anarquista de “massas”, que vê na tecnologia um elemento imerso nas relações sociais, capaz de ser transformado em instrumento de emancipação em outro contexto. Por outro lado, encontramos, em leituras anarquistas recentes, críticas a própria ciência e tecnologia, e mesmo à linguagem e à abstração, como sendo os elementos da exploração e alienação humana.

Outro aspecto importante a ser destacado por nós é que diante dos problemas ecológicos, que passam a ser percebidos pela humanidade com mais força no século XX e encontram diferentes percepções do problema no anarquismo, um setor apontará para o capitalismo e para a intensificação da exploração dos recursos como um problema, enquanto os pontos de vista “insurrecional” e “primitivista” enfatizarão sua crítica à tecnologia em si. É notório que o “campo” anarquista também encontra em seu seio disputas relacionadas ao papel da ciência e da tecnologia; nesse campo rivalizam e disputam espaço “simbólico” correntes que se filiam a posições “deterministas” em relação à tecnologia e, por outro lado, certos setores que se mantêm fiéis a ideias que podem ser correlacionadas à noção de “sociotécnica”, ou seja, correlacionadas à compreensão da tecnologia como parte das relações sociais vigentes, determinada e determinante das relações sociais.

Essa tensão que se encontra disposta no anarquismo é bastante presente no “campo” CTS também, e vem animando os debates na área desde a década de 1970 (BAZZO, 2003), por exemplo, na oposição que se faz a certo “pessimismo” e mesmo “essencialismo” (CABRAL, 2006) da tecnologia, que consiste no pensamento que a interpreta como essencialmente negativa, ou seja, insalubre ao meio ambiente e alienante ao ser humano. Essa perspectiva surge em oposição a certo “triumfalismo” (BAZZO, 2003), que é o ponto de vista que encarava de forma positiva todo progresso tecnológico, assumindo uma visão evolucionista e linear da técnica. A estas visões “essencialistas” encontramos uma outra visão oposta, denominada por Lima Filho & Queluz (2005) como “sociotécnica”, isto é, a noção de que a tecnologia é constituída historicamente, conectada a um contexto social, e logo não deve ser dissociada do mesmo. Esta visão de Lima Filho & Queluz (2005) é, em certa medida, similar àquela sustentada em grande parte pelos autores do anarquismo localizados no campo de “massas”. Vemos aí que as correntes do campo “insurrecional” e do campo de “massa” se aproximam às visões

“pessimistas/essencialistas” e à visão “sociotécnica” também. Deste modo, podemos ver – e até mesmo colocar em diálogo crítico – as tensões do “campo” CTS fazendo-se presentes no “campo” de anarquismo.

CAPÍTULO III

O CAMPO ANARQUISTA

3.1 CIÊNCIA, ANARQUISMO E AÇÃO DIRETA

Para este trabalho, escolhemos o estudo do “campo” anarquista a fim de compreendermos o ressurgimento de manifestações com a presença da “ação direta” radical e violenta. Como discorrido anteriormente, partimos da hipótese de que nos meios anarquistas existem distintas concepções de ciência e tecnologia, e que estas se referem ao seu modelo de ação direta. Na medida em que as visões “deterministas” relacionam-se com um modelo de “ação direta” bastante próximo da “propaganda pelo fato”, dirigido especialmente a elementos próprios da tecnologia moderna, considerados nesta concepção como elementos essenciais para alienação e exploração humana – tal ponto de vista é sustentado pelo anarquismo “insurrecionalista”. Por outro lado, temos o anarquismo de “massas”, que se relaciona em larga medida com concepções “sociotécnicas”, pois parte da compreensão de que a ciência e a tecnologia estão permeadas das relações sociais, dando especial atenção para as relações de classe presentes no capitalismo, bem como ao papel da divisão social do trabalho, que faz por hierarquizar funções, gerando relações de poder em que o trabalho manual se encontra subordinado ao trabalho intelectual (BAKUNIN, 2003).

Deste modo, localizamos nosso trabalho como um esforço de compreender as “ações diretas” realizadas desde junho de 2013, e que relação elas têm com as “representações” de mundo que se encontram no “campo” anarquista. Cabe a este trabalho também gerar meios para que possamos observar e documentar o “campo” anarquista.

Sabendo que os episódios relacionados ao junho de 2013 – e mesmo os posteriores – foram acontecimentos de difícil previsão e inviáveis a observação direta por parte desta pesquisa, optamos por métodos que nos permitissem documentar os acontecimentos históricos de 2013, por exemplo, pesquisa bibliográfica e “história oral” (HOLANDA & MEIHY, 2014). Sendo assim, esta investigação acadêmica e política teve seu início na construção de um projeto – projeto este municiado por experiências subjetivas do autor que vos escreve – que apontou para um campo de pesquisa. Sobre o nosso campo de pesquisa, é fato que já falamos bastante dele até agora, e

continuaremos assim por longas páginas. Por ora, cabe destacarmos as bases metodológicas da “história oral” que ajudam a fundamentar nossa pesquisa.

O método da “história oral” parte da documentação de expressão oral de um determinado grupo ou comunidade. Nos moldes de pesquisa propostos por Holanda e Meihly (2014), a “história oral” desenvolve-se por meio de um projeto de pesquisa, que visa documentar um determinado fenômeno, uma metodologia que busca registrar nos termos dos próprios autores o “aqui e o agora”. Desta maneira, tal metodologia se adequa a um projeto de pesquisa que visa a um fenômeno contemporâneo, que sucedeu há pouco tempo, encontrando-se assim em parte presente, vivo em meio ao nosso atual contexto.

Sabemos, em larga medida, que as manifestações de junho de 2013 foram influenciadas tanto por práticas anarquistas, como pelo ideário anarquista. O anarquismo, entendido como manifestação sócio-histórica, é uma ideologia pertencente à tradição socialista, que tem como objetivo a destruição do mundo capitalista e de suas principais características: a existência da propriedade privada que permite a exploração do trabalho e o Estado enquanto organismo político-jurídico-militar que regula e promove a manutenção das relações de classe. O anarquismo propõe, por meio da ação de força das classes exploradas, a derrocada deste sistema e a substituição por um sistema de autogestão econômica, ou seja, o controle direto dos meios de produção pelas classes exploradas e federalismo libertário político entre as entidades das classes exploradas para gestão política da sociedade.

Para realização de tal objetivo, o anarquismo elenca distintas estratégias, que forjam distintas correntes, por exemplo, a corrente de “massas” e a corrente “insurrecionalista”. A primeira aposta na organização das classes exploradas em entidades como sindicatos, que acumulam força política até o momento estratégico para que as classes exploradas tomem o poder econômico e político. A segunda corrente citada parte de uma noção de que por meio de rebeliões espontâneas da classe e sua radicalização por força da “ação direta” dos anarquistas gerar-se-á uma insurreição capaz de suplantar o sistema capitalista (CORRÊA, 2015). Na primeira manifestação, a de “massas”, constatamos “representações” de ciência e tecnologia “relacionais” ou “sociotécnicas”. Na corrente “insurrecionalista” é recorrente um pensamento determinista, visto que ela enxerga a tecnologia como principal elemento da alienação, sendo, por consequência, alvo da “ação direta” anarquista também (BONANNO, 2007).

Conforme os moldes do método em “história oral”, partimos de um projeto que continha uma hipótese definida para procurar uma determinada comunidade identitária, e

assim pesquisá-la por meio de entrevistas, registrando suas experiências e narrativas. Como já dito anteriormente: almejamos problematizar e estudar as “representações” anarquistas a fim de que possamos melhor compreender os fatos do junho de 2013. Para tanto, os estudos de “representações” de Chartier (1995; 2002) são pertinentes ao nosso objeto de interesse, uma vez que buscamos compreender que componentes simbólicos estão a mediar a ação daqueles que povoaram as ruas em junho 2013. Todavia, como elencado aqui, não são homogêneas tais ações, muito menos as significações de mundo que envolvem as “representações” de mundo anarquistas.

Mas o que tornou o junho de 2013 tão singular? O junho de 2013 trouxe à cena política noções há tempos relegadas da história social da esquerda e dos movimentos sociais recentes, derivando também inúmeras controvérsias e mesmo lacunas acerca de tal momento de nossa história recente. Tal objeto que buscamos revela a pertinência do método da “história oral”, na medida em que este método proporciona um modelo de pesquisa voltado à pesquisa histórica do “aqui e agora” (HOLANDA & MEIHY, 2014).

Assertivamente, expusemos o objeto que consiste nas “representações” anarquistas – especialmente aquelas relacionadas à ciência e à tecnologia – e também um método, a “história oral”, por permitir metodologicamente a apreensão deste fato recente que são as jornadas de junho de 2013 e as ações diretas impulsionadas pelos anarquistas. Desta maneira, temos definida a “comunidade”, nos termos da “história oral”, que desejamos acessar, ou seja, o “território simbólico” a explorar, assim como suas “lutas simbólicas”. O “campo” é um espaço de construção de sentidos para as práticas, determinado pelas condições objetivas, porém, permeado pelos distintos significados e “representações” que o habitam, formando distintas práticas, ou “habitus”. Nos termos do autor francês, o habitus consiste nas disposições práticas forjadas nos determinados “campos simbólicos”, tanto pelas determinações estruturais, como pelas “representações” de mundo (BOURDIEU, 2009; 2010).

Nesse sentido, nosso trabalho parte de um projeto que visa documentar historicamente o anarquismo contemporâneo e suas “representações”, especialmente aquelas que se referem à ciência e à tecnologia, pois acreditamos inicialmente que estas representações podem revelar algo sobre as “ações diretas” que são tomadas nas práticas por um determinado “habitus” anarquista. O “habitus” é justamente a disposição prática, isto é, o modelo de ação desenvolvido em um determinado “campo” co-determinado tanto por fatores objetivos, como por significados e disputas próprias do “campo” em questão. Conhecer e compreender o “habitus” anarquista, seja em seus

aspectos simbólicos, como práticos, e que relações guarda com o mundo social – levando-se em conta as ações vistas no junho de 2013 – é o objetivo de tal trabalho.

3.2 O(S) “CAMPO(S)”

Antes de tudo, assumimos a clara ambiguidade deste subtítulo. Esta ambiguidade refere-se a dois significados que “campo” ganha neste trabalho. O campo é o trabalho de “história oral” realizado para obter os dados desta pesquisa. O “campo”, por sua vez, é o conceito que tomamos emprestado de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, o “campo” refere-se a um determinado espaço “simbólico”, isto é, um determinado território de convergências e compartilhamento de significados, assim como de conflitos e disputas em torno dos mesmos (BOURDIEU, 2009; 2010). Destacamos que neste capítulo trabalhamos no ponto 3.3 a forma como se realizou o campo no sentido do trabalho de “história oral”. Na sequência, no tópico 3.4, abordamos como definimos tal “campo” em seu sentido bourdieusiano.

3.3 O CAMPO

Entendemos como campo os procedimentos metodológicos baseados tanto na perspectiva etnográfica, que sustentamos na obra de Geertz (2008), bem como os procedimentos em “história oral”, que foram, grosso modo, os que embasaram o trabalho sistemático desta pesquisa. Deste modo, quando nos referimos a campo, estamos nos referindo aos momentos em que realizamos entrevistas ou imersões em espaços de vivência anarquistas.

Como já revelado e destacado por nós, as experiências subjetivas do autor, sejam elas formais ou informais, foram parte dos dados arrolados também. E não compreendemos ser esta carga de experiências subjetivas uma limitação, uma vez que todo trabalho científico é, como observado por Clifford Geertz (2008), atravessado pela subjetividade que grafa a realidade. Mesmo Weber (2007), um dos precursores da sociologia, aponta para esta característica peculiar das ciências sociais, que estão sempre atravessadas por interesses e valores do cientista. Todavia, o cientista deve distinguir as diferentes missões da ciência e da política, e logo controlá-las, pois uma deseja conhecer e a outra normatizar e governar o mundo.

A inserção desta pesquisa no campo foi possível graças ao seu conhecimento prévio por parte de um dos sujeitos desta pesquisa: o autor que discursa a vocês. Desta

maneira, iniciamos a pesquisa com a sistematização de experiências e retomada de contatos, que permitiram a imersão no campo. A escolha pela cidade de São Paulo se dá nos marcos dos conhecimentos prévios arrolados desta pesquisa. São Paulo é tanto lugar oportuno para compreender o junho de 2013 – em certa medida, por ter sido o epicentro das manifestações de massa que tomaram o Brasil –, como por contar com uma tradição anarquista vasta e que contempla o presente histórico do anarquismo. São Paulo viu nascer os movimentos antiglobalização, a formação do MPL e o reaparecimento de grupos de orientação anarquista em sua diversidade e que correspondem às “representações” de “massa” e “insurrecionalista”. Vale lembrarmos que boa parte das manifestações disparadas em outras capitais do País foi provocada em solidariedade ao movimento paulista.

Definidos os sujeitos e sua comunidade, tomamos a cidade de São Paulo como representativa a nível do “campo” anarquista brasileiro. Passadas as etapas de elaboração do projeto, da definição de sujeitos e da definição da comunidade de interesse, passamos ao trabalho de campo em si. Elegemos uma quantidade de entrevistados mínima para nossa pesquisa. Optamos por buscar ao menos dois anarquistas de “massas” (especifistas), dois membros do MPL, um primitivista e um anarquista participante dos *Blacks Blocs*. Para acessar tais subjetividades, contamos tanto com as referências pessoais do autor deste trabalho, como com um informante, que esteve em São Paulo durante os ocorridos de junho de 2013, participando diretamente em tais eventos, e que por relações pessoais desenvolvidas possui confiança no autor desta pesquisa. É nossa intenção (a partir dos sujeitos definidos da pesquisa) contemplar uma gama diversa de “representações” presentes no “campo”.

Dito isso, nossa pesquisa de campo foi realizada em quatro etapas: *i-*) a elaboração de um projeto e definição de comunidade e campo; *ii-*) a sistematização de conhecimentos prévios do autor junto ao informante, por meio de reunião e registo de memória via caderno de campo; *iii-*) entrevistas realizadas junto a sujeitos conhecidos do autor e do informante e possibilitadas por visitas de campo; *iv-*) uma nova reunião com o informante, a fim de sanar dúvidas acerca das informações obtidas.

A primeira etapa aconteceu em dois momentos: primeiro um contato informal, solicitando um momento de reunião para o convite a colaboração no projeto e prestação de informações; depois, a reunião foi realizada com sucesso, e permitiu o acesso a sujeitos membros do *Black Bloc*, MPL e anarquistas de “massas”. A segunda etapa aconteceu por meio de duas viagens, uma no primeiro semestre de 2016, outra no segundo semestre de 2016, contabilizando seis entrevistas; as entrevistas se realizaram

sobretudo por meio do informante, por contatos pessoais, e por imersões em campo oportunizadas pela viagem. Em suma, foram oportunizadas três entrevistas por meio do informante, duas por meio de contatos pessoais e duas por meio de imersões de campo. A terceira etapa, aquela de imersões no campo, foi em dois momentos, em eventos de orientação anarquista distintos. Um realizado na Casa da Lagartixa Preta, na festa de aniversário do centro cultural. O outro mediante uma visita de campo que se realizou na Feira Anarquista de São Paulo, ocorrida em 2017: esta visita resultou apenas em diálogos informais, devidamente registrados nas memórias de campo. A última etapa consistiu em nova reunião informal junto ao informante, porém, controlada por meio de anotações no caderno de campo. A equipe envolvida nesta pesquisa julgou útil a documentação por meio de entrevista das informações prestadas pelo informante, o que foi feito em uma nova reunião, da qual gravamos uma entrevista.

Sendo assim, nosso campo contou com sete entrevistas gravadas, três viagens de campo e três reuniões junto ao informante. Todo o processo de pesquisa foi documentado por meio de caderno de campo, que é parte fundamental para a metodologia da “história oral”, pois permite controlar os dados que não são obtidos por meio das narrativas, da oralidade, isto é, gestos, expressões, emoções e reações em geral (HOLANDA & MEIHY, 2014).

Podemos assegurar, por meio de tais entrevistas, que conseguimos acessar boa parte do “campo”, na medida em que contemplamos uma diversidade de sujeitos. Todavia, percebemos a ausência neste campo daqueles que são os anarquistas caracterizados como “insurrecionalistas”. Isso ocorreu devido ao desconhecimento destes sujeitos por parte do pesquisador e informante, do anonimato dos mesmos e ainda pela percepção de que algumas correntes “insurrecionalistas” não participam atualmente dos meios anarquistas estudados.

3.4 O “CAMPO”

O “campo”, tema deste subtítulo, refere-se ao conceito de Bourdieu (2009; 2010), logo, não se refere ao campo no sentido de nossas incursões e entrevistas. Tal conceito parece apropriado para este trabalho, pois buscamos compreender a relação entre aspectos simbólicos de uma determinada coletividade e sua respectiva relação com seu “habitus”, isto é, como se relacionam as “representações” dos sujeitos anarquistas com suas práticas e em que medida as representações de ciência e tecnologia formam tal

“habitus”. Sendo assim, procuramos observar e compreender tal “campo” com vistas a entender as dinâmicas que se desenvolvem na articulação entre “representação” do mundo (aspectos “simbólicos”) e práticas na formação de um “habitus”: no caso, distintos modelos de “ação direta”. Compreender tal “campo simbólico” na articulação entre as “representações” e o “habitus” dos anarquistas é o objetivo do nosso trabalho de campo, o que demonstramos nas próximas seções.

Em síntese, o campo como colocado na seção anterior se refere aos procedimentos desenvolvidos para coleta de dados, ou seja, o trabalho empírico. “Campo”, como destacado nesta seção, refere-se ao conceito de Bourdieu relacionado a espaços “relativamente autônomos”, onde operam “lutas simbólicas” e disputas pelas “representações” de mundo. Logicamente, em nosso trabalho, refletimos sobre um “campo” específico, o “campo” anarquista e suas “lutas simbólicas”. A ideia geral é de que neste “campo” as “representações” se conectam diretamente com as disposições práticas de tal “campo”, formando “habitus” distintos.

Destacamos assim a centralidade que as “representações” relacionadas à ciência e tecnologia ocupam neste trabalho. Para tanto, foi de fundamental contribuição a obra “Os Usos Sociais da Ciência” (BOURDIEU, 2004). Tal obra de Bourdieu busca trazer para o “campo” científico os conceitos que permeiam a obra do autor, como “campo”, “habitus”, etc. Na medida em que nosso estudo busca articular as “representações” de ciência e tecnologia com as práticas anarquistas, ou seja, de que forma as “representações” de mundo dos anarquistas relacionam-se com a “ação direta”, observamos que premissas das “representações” de ciência e tecnologia são relevantes para a compreensão das práticas anarquistas.

Bourdieu (2004) aponta que a ciência é um “microcosmo” “relativamente autônomo”, porque se é influenciada pelas pressões e determinações estruturais, isto é, elementos externos como os imperativos econômicos, políticos e culturais da sociedade do presente, também tem regras de funcionamento próprias, que não são meros reflexos mecânicos da estrutura social. Decorre que Bourdieu (2004) é bastante claro ao apontar que a ciência não deve ser vista fora da sociedade, uma ciência dotada de “patogênese”, isto é, capaz de gerar a si mesma por conta própria, como se fosse uma “ciência pura” separada dos contextos sociais. Bourdieu é crítico também da noção que ele denomina como “ciência escrava”, ou seja, como mero reflexo das relações sociais,

Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou um espaço religioso como

um mundo físico, comportando as relações de dominação. Os agentes – por exemplo as empresas no caso do campo econômico criam o espaço e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram. Uma grande empresa deforma todo o espaço econômico conferindo-lhe uma certa estrutura. No campo científico Einstein, tal como uma grande empresa, deformou todo o espaço em torno de si. Essa metáfora “einsteiniana” a propósito do próprio Einstein significa que não há físico pequeno ou grande, em Brioude ou em Haward que (independentemente de qualquer contrato direto, de qualquer interação) não tenha sido tocado perturbado, marginalizado pela intervenção de Einstein tanto quanto o grande estabelecimento que ao baixar seus preços, lança fora do espaço econômico toda uma população de pequenos empresários. (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Desta forma, podemos compreender que o mundo científico (o “campo”) é atravessado pelas relações “externas” de poder e de ordens econômica, política e cultural, porém, “internamente” a dinâmica é definida pelas relações de poder referentes ao dito “campo”. Assim, para compreendermos tal “campo” é necessário compreendermos também as relações de “força” internas, aquelas que se referem ao “capital científico” dos agentes envolvidos. A “posição” do sujeito em um determinado “campo” define que importância terá e o quanto o influenciará, ou mesmo o “deformará”. É perceptível que as relações de força no “campo” científico não são mera reprodução, por exemplo, do “campo” econômico, por mais que este exerça força no “campo” científico. Desta maneira, o “capital” científico, elemento preponderante para compreender o “campo” em questão, não se refere a elementos “financeiros”, mas sim ao reconhecimento de competência pelo próprio “campo”. Em suma, o “capital científico” é uma das formas específicas que toma o “capital simbólico” (BOURDIEU, 2004).

É importante ressaltarmos que neste trabalho focamos um agente marginal no “campo” científico. Corrêa (2015) aponta alguns aspectos para tal marginalidade: *i-*) ausência de prioridade de atuação intelectual no campo acadêmico; *ii-*) hegemonia do pensamento marxista nos setores críticos da ciência, isso a partir da revolução soviética (russa) e mesmo a própria correlação de força social, pois a esquerda socialista, por razões de força política e social, tem menor força nas instituições.

Por fim, destacamos que apesar de apontarmos a necessidade de trazer ao “campo” científico as contribuições anarquistas, a presente pesquisa aborda fundamentalmente as disputas e convergências formadoras do pensamento científico e tecnológico do anarquismo, isto é, as “representações” de ciência e tecnologia anarquistas provenientes deste “campo”, e não propriamente a relação do anarquismo com o “campo” científico em geral.

3.5 SUJEITOS DA PESQUISA

Em primeiro lugar, enfatizamos que a identidade da maioria dos participantes da pesquisa será mantida em sigilo, isso por causa de aspectos relacionados à metodologia definida para tal expediente, em que a garantia da segurança dos sujeitos foi prerrogativa da cessão das entrevistas, enfim, procedimento coerente com a metodologia da “história oral”, que desde suas origens tem a segurança como uma de suas principais preocupações. Dito isso, destacamos que o método acaba por salvaguardar os aspectos políticos, mesmo que em detrimento de aspectos relacionados à pesquisa. Ressaltamos que a “história oral”, surgiu em meio ao contexto americano, com o fito de documentar elementos de memória da II Guerra Mundial, por meio da oralidade gravada em meios eletrônicos, isto por volta do ano de 1948. No Brasil, tal disciplina demorou por ganhar espaço acadêmico, em grande medida pelo rechaço a história de figuras do cotidiano, e de fontes de tipo oral. É justamente no contexto da ditadura, isso por volta dos fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, que em meio a necessidade de (re)contar a história da época, em especial as relacionadas a repressão política, que registros de tipo oral ganham espaço em meio a academia brasileira. Contexto este que se não pode ser de longe igualado ao atual contexto político brasileiro, pode ao menos ser aproximado. Infelizmente, nossa pesquisa surgiu em meio a um momento no qual vários militantes, que obtiveram alguma proeminência durante as “jornadas de junho” de 2013 no Brasil acabaram por sofrer processos de criminalização e perseguição por parte do Estado. Tais aspectos de nossa conjuntura política encontram-se cristalizados na lei antiterrorismo 13.260/2016, a qual tipifica certas práticas de movimentos sociais como práticas terroristas. Algumas das consequências da lei antiterrorismo são processos de viés político na esfera criminal; tais processos levam ao encarceramento imediato, e se houver condenação, a pena mínima é de quinze anos, em regime fechado. Por acreditarmos que essa lei proporciona perseguições políticas a militantes de esquerda e demais ativistas, omitimos a identidade daqueles sujeitos que assim optaram.

Desta maneira, optamos por uma descrição generalizadora dos sujeitos desta pesquisa, destacando os elementos que formam o “campo” naquilo que são as “representações” referentes à ciência e tecnologia e também o imaginário anarquista no que se refere a sua “utopia”, isto é, que sociedade almejam e como desejam chegar a tal sociedade. Como aponta Corrêa (2015), o elemento que distingue as correntes anarquistas se dá por meio da estratégia eleita para chegar ao propósito, que é uma sociedade anarquista.

Os anarquistas entrevistados por meio de nossa pesquisa, que arrolou sete entrevistas, estão em uma faixa etária que se dá entre 20 e 40 anos. Eles têm uma

escolarização alta: são formados, e mesmo pós-graduandos ou pós-graduados, ou encontram-se em processo de graduação. Deduzimos pelos relatos que são oriundos de famílias classe média e classe média baixa. Possuem sua politização bastante relacionada aos movimentos estudantis e de juventude, reforçando esse padrão de jovens escolarizados que pertencem a estamentos médios. Apesar de não pertencerem, em regra, aos setores mais precarizados da realidade dos trabalhadores brasileiros, os anarquistas entrevistados têm, em suas respectivas trajetórias, trabalhos mais precários durante a formação universitária. Todos sobrevivem de seu trabalho ou de bolsas fornecidas pelas universidades.

Quanto às suas ideias, encontramos alguns “tipos ideais”⁷, conceito emprestado da obra do consagrado sociólogo Max Weber (1999). Os “tipos ideais” são construções dos próprios pesquisadores, em que se destaca da realidade certos aspectos, com vistas a fornecer uma ideia geral de um determinado fator social, facilitando com isso sua compreensão e estudo. Os “tipos ideais” que formulamos por meio de nossa pesquisa são três, todos localizados em meio ao anarquismo de “massas”: o anarquista “clássico”, o “autonomista” e o “experimental”, que serão detalhados neste tópico, por meio de trechos das entrevistas.

O anarquismo “clássico”, como designamos, remete-se a referências clássicas do anarquismo, especialmente ao anarquismo histórico, aquele formado em meio a I Associação Internacional dos Trabalhadores por militantes com identificação com o socialismo libertário; esses militantes eram em larga medida aglutinados em torno de Mikhail Bakunin e da organização da qual foi um dos fundadores: a Aliança da Democracia Socialista. Tais referenciais são ainda alocados na continuidade histórica de tal corrente, que passa por autores como Malatesta, anarquista italiano, também defensor da ideia de “partido anarquista” MALATESTA (2008). Tem ainda forte relação com Nestor Makhno e os demais membros do “Dielo Trouda”, revista anarquista que lança a ideia da “Plataforma Organizacional para os Comunistas Libertários” (TROUDA, 2016).

Já na América do Sul, joga no presente momento histórico especial influência os militantes anarquistas defensores daquilo que Corrêa denomina como “dualismo

⁷ Quando lançamos mão do conceitual de Weber (1997), os “tipos ideais”, destacamos que não temos por fito levar a crer que as definições e tipificações a que chegamos são reflexos reais da realidade, ou mesmo, que existem em tipo “puro”. Pelo contrário, como se afirma em nosso texto, tais elementos aparecem de forma difusa e mesmo em maior confluência uns com os outros, do que a própria tipificação dá a entender. Como Weber, lançamos mão de tal instrumento para melhor manejar os objetos e dados provenientes da complexa realidade social, nesse sentido são um mero recurso interpretativo, um instrumento metodológico para compreensão do campo por parte do pesquisador, ao mesmo tempo uma forma de tornar mais inteligíveis ao leitor as descontinuidades encontradas.

organizacional”: por exemplo, a Federação Anarquista Uruguaia e sua proposta do especificismo, que visa atualizar as ideias do plataformismo à realidade latino-americana, com atuação em níveis militantes e frentes específicas Corrêa (2015). Denominamos essa proposta de anarquismo de tipo “clássico” justamente por referenciar-se no anarquismo em sua formação histórica e buscar se manter nos marcos deste, atualizando tais contribuições à realidade. Tal proposta de anarquismo (especificismo) sustenta sua atuação naquilo que mais tarde passou a ser chamado de “dualismo organizacional” (CORRÊA, 2015), isto é, a atuação em meio a movimentos entendidos como de massa, sem necessidade de afiliação ideológica para a participação, mas sim por lugar social, como, por exemplo, sindicatos que visam agrupar uma determinada categoria de trabalhadores. Todavia, tal atuação em meio a movimentos de massa deve passar por uma instância organizadora dos anarquistas, um “partido anarquista”, que busca desenvolver uma linha estratégia e programática para influenciar tais movimentos.

Como já elucidado, na América Latina as contribuições teórico-práticas da Federação Anarquista Uruguaia têm sido relevantes para a organização dos anarquistas; no Brasil não é diferente, pois boa parte das organizações libertárias nele existentes segue a matriz do “dualismo organizacional”, na sua variante de “especificismo”. Esta corrente anarquista (o especificismo) se mostra presente em nossa pesquisa, seja por meio das entrevistas dos afiliados diretos de tal perspectiva, seja a partir daqueles que fazem parte do “campo” e reconhecem a sua atuação. Felipe Corrêa, que colaborou com uma das entrevistas neste trabalho, não decidiu pelo anonimato. Quando indagado sobre o que o anarquismo oferece à sociedade, ele responde da seguinte maneira:

Bom o anarquismo... ele oferece à sociedade, no meu ponto de vista, duas coisas em geral. Primeiro lugar, um arcabouço metodológico, teórico e ideológico, que pode subsidiar uma crítica das relações sociais, da sociedade contemporânea, da sociedade moderna e contemporânea. O anarquismo oferece um caldo para a gente olhar e interpretar o que é o capitalismo, o que é o Estado, o que é a cultura hegemônica, o que são as classes sociais, o que são os diferentes tipos de dominação que hoje existem e fazer uma crítica contundente, ou seja, ele oferece as condições para a gente compreender e criticar o mundo que a gente está inserido, isso em um primeiro lugar. Em segundo lugar, ele oferece algumas respostas acerca de como isso poderia melhorar, e alguns caminhos por meio dos quais se poderia chegar a essa nova sociedade, então, basicamente, eu costumo dizer que por meio de uma crítica a essa dominação generalizada, que implica a exploração econômica, a dominação político burocrática, coerção física, alienação cultural e etc. O anarquismo consegue propor um modelo de sociedade futura pautado na autogestão e determinadas linhas para que se possa chegar a essa sociedade. Então, em termos estratégicos, quem são os sujeitos que podem impulsionar uma transformação, quais são os caminhos de mudança e etc.? E eu acho que nisso é onde o anarquismo tem o seu maior potencial, que é em oferecer, a gente poderia chamar essa caixa de ferramentas do ponto de vista estratégico, para escolher o caminho de mudança e transformação social. (CORRÊA, 2016).

Em resumo, Corrêa é um representante do anarquismo em seu formato mais clássico, vinculado à perspectiva do anarquismo de “massas” e às compreensões de organização política e transformação social, que têm suas raízes no pensamento de Bakunin, perpassando por autores como Kropotkin, Malatesta e mesmo chegando a formulações como as do especificismo. Cabe ressaltarmos que Corrêa foi um dos principais articuladores do ressurgimento do anarquismo no país, por meio da rede de coletivos e movimentos antiglobalização. Não obstante, posteriormente cumpriu papel importante para a reorganização do anarquismo “organizado”, seja no espectro militante, ou mesmo como editor e escritor de textos que formaram gerações de militantes. As representações de Corrêa, nesse sentido, são relevantes conjuntamente com sua trajetória e obra para a compreensão deste “campo”, que é o anarquismo. Por ter participado de boa parte da retomada histórica do “campo” anarquista, Corrêa é chave para a compreensão da recomposição histórica do anarquismo no Brasil.

Ainda tivemos mais uma entrevista que se remete a tal perspectiva. Apesar de não fazer parte do espectro do “especificismo” – representante do anarquismo “clássico” na América Latina –, uma das entrevistadas aponta como forma de prática anarquista com a qual tem identidade

(...) mas o nosso centro acadêmico, a gente conseguiu fazer autogestão 2013, em setembro de 2013, e aí isso foi mano, muito massa, nossa primeira atuação foi um dos caras que tava construindo a autogestão era organizado na OASL, e tinha contato com a galera (...) Olha mano acho que já me considerei bem próxima do especificismo (...), depois esse ano 2012, acho que eu estava bem ligada ao especificismo, pensando assim em relação a organização, os níveis, mas isso só em um sentido mais, eu nunca vi de fato a atuação da galera especificista, mas lendo assim, lendo o livro da CAB, alguns jornais (...), então não sei em prática, mas sempre acreditei em militância organizada de base (ENTREVISTADA 2, 2016).

O trecho acima revela que a perspectiva “especificista” está estabelecida no “campo”, sendo um dos agentes relevantes na formação das representações que nele habitam. Podemos mesmo afirmar que esta perspectiva “especificista” é uma das mais bem estruturadas no que se refere à organização de seu discurso, na medida em que apresenta uma forte preocupação em fazê-lo claro e público. Mesmo Graeber (2009), em sua “Etnografia da Ação Direta”, destaca que os “plataformistas” – o especificismo pode ser compreendido como uma forma de plataformismo – são aqueles no “campo” anarquista que demonstram mais preocupação com a apresentação de uma proposta coerente com

suas referências, diferente de outros segmentos do anarquismo, que parecem mais despreocupados com a coerência entre teoria e prática.

O outro segmento do anarquismo, que se demonstrou presente por meio de nossas pesquisas, é o que se autodenomina como “autonomista”. O “autonomismo”, como corrente política, tem sua origem no “operaísmo” italiano dos anos 1960, passando por movimentos como o movimento neo-zapatista no México (CUNINGHAME, 2013), tendo como seus principais formalizadores os neomarxistas ou marxistas heterodoxos Hardt e Negri (2017), na primeira década dos anos 2000. Esses dois neomarxistas buscam sintetizar todas estas experiências a fim de formular um marxismo que seja capaz de responder a nova realidade, realidade essa – como o próprio Hardt e Negri (2017) revelam – melhor compreendida por Harvey (2001), em seu livro a “A Condição Pós-Moderna”. Deste modo, o pensamento “autonomista” não tem sua origem na tradição anarquista, e sim no marxismo; contudo, nossa pesquisa notavelmente aponta que este pensamento inspira segmentos do anarquismo – mesmo que indiretamente – a tal ponto deste anarquismo se identificar como “autonomista”.

A inspiração do “autonomismo” anarquista já revela um dos principais traços desta linhagem intelectual, que é sua crítica às “ortodoxias” e o apontamento para a necessidade de atualização da teoria crítica e engajada no presente. Isso demonstra uma das diferenças fundamentais entre o anarquismo de tipo “autonomista” e o anarquismo de tipo “clássico”, pois os autonomistas têm um distanciamento teórico e prático dos “clássicos”. O traço fundamental que é a ojeriza a “ortodoxias”, como destacado na entrevista 1 (2016), do “autonomismo”, é inspirado em diversas contribuições, como aparece neste trecho:

Bom na verdade é uma brincadeira que a gente fazia um tempo atrás, quando perguntavam o que era o MPL, a gente respondia que alguns eram anarco-leninistas e outros eram marxistas heterodoxos anarquizantes, que é para falar que a gente rompe um pouco com isso de ter uma escolinha doutrinária fechada. O MPL tem elementos de diversas correntes presentes nos nossos debates, o que a gente pode garantir é que a gente é autônomo, a gente é anticapitalista, e eu acabo entrando um pouco nesse bojo, mas eu acho que as correntes marxistas de maneira geral, sobretudo as que não são trotskistas, tem um pragmatismo que as vezes falta no movimento autônomo, mas também tem uma insensibilidade, uma miopia pro resto das coisas que cria uma tensão muito grande. Então para discussões de gênero, discussão de postura, não só de gênero, eu acho que o marxismo-leninismo deixa a desejar em tudo que não é luta econômica e luta política estrito senso. Então o que importa é pegar em arma, fazer revolução, derrubar o Estado e socializar meios de produção, feito isso não importa se as pessoas são racistas, não importa o etnocentrismo, não importa o patriarcado, não importa que os terreiros sejam fechados, não importa nada, só importa isso, e que em si já é uma visão eurocêntrica positivista de mundo, muito tosca, e aí tanto as ideologias marxistas quanto anarquistas quando chegam no Brasil, chegam com essa cara de Europa é insuportável, né, e acho que uma releitura que vá para além desses dois conceitos que foram desenvolvidos na Europa por uma série de

questões. É a gente pode tentar trabalhar uma superação e um avanço desses conceitos, enfim mas é bem complexo não dá para definir isso aqui agora, isso tudo pra dizer que a gente tem elementos de várias correntes políticas, mas a gente se mantém ainda em um espectro mais amplo, somos anticapitalistas, somos autonomistas, contra o patriarcado (ENTREVISTADA 1, 2016).

Vemos aí que o anarquismo de tipo “autonomista” busca demarcar suas diferenças com o segmento que denominamos “clássico”. É evidente que os “autonomistas” propõem uma flexibilização teórica, e que são pouco afeitos a uma aceitação integral daquilo que pode ser denominado o cânone anarquista. Ao mesmo tempo, realizam críticas àquilo que é visto como um reducionismo na teoria clássica do socialismo, que tem grande enfoque nas determinações econômicas. Um dos enfoques do “autonomismo” é a crítica ao modelo clássico de organização dos movimentos laborais, aos velhos modelos de organização dos trabalhadores, vistos atualmente como capturados pela burocracia dirigente e, por consequência, pelo *status quo* também. Nesse sentido, o “autonomismo” é cético para com o movimento operário em seus moldes “clássicos”. Isso facilita o entendimento das propostas “autonomistas”, que apontam para novos sujeitos da transformação e novos modelos de movimento. Neste trecho, a diferença com aquilo que denominamos anarquismo “clássico” é evidente:

Inclusive também assim por uma desilusão que muita gente teve com o movimento autônomo libertário, aconteceu que a essa preocupação mais, com a segurança, é com a organização, é com a estética, com o movimento de base, com o fazer as coisas, com as pessoas tomou uma dimensão bem menor do que a preocupação realmente em fazer coisas massivas. Para fazer coisas massivas hoje em dia a gente precisa infelizmente ter um aparato igual a CUT que vai colocar 50 mil sindicalizados lá. Então, os movimentos todos tenderam para uma burocratização, tanto o MPL, o Rizoma deixou de existir, o Rizoma hoje em dia ele se chama Enfrentamento, e é um grupo político que ainda leva as bandeiras do anarquismo, mas que abriu mão de uma perspectiva autonomista e libertária, ele hoje em dia, parte muito de uma perspectiva plataformista, que é a mesma que leva a OASL. Então é isso que aconteceu, os movimentos tenderam mais para um outro tipo de organização em que a legitimação e a segurança se dá muito mais por tá no sindicato, nos fóruns de base, nos aparelhos, do que para uma organização autônoma, ou seja, em que a nossa segurança dependa da gente mesmo, ou seja, dependa do nosso e-mail, depende da nossa rede de solidariedade. Desde então dessa burocratização, a nível individual, eu não estou mais em nenhum coletivo, ao mesmo tempo em que sabe eu entendo os caminhos que todos os coletivos tomaram, acho justo acho legítimo, eu tenho procurado acompanhar, as mobilizações e movimentações a partir de uma perspectiva autônoma, minha mesmo, nunca sectária. Então sabe, tô ainda lado a lado com esses movimentos, tô na rua, mas os programas deles não tem dado conta do que eu acredito do que é a leitura da sociedade atualmente, sabe, do que é a movimentação política (...) (ENTREVISTADO 6, 2016)

O “autonomismo”, desta maneira, aparece como “espírito” do que são os novos movimentos sociais. Não à toa que aqueles militantes vinculados ao MPL (Movimento Passe Livre) ou formado em meio à luta pelo transporte de 2013 têm como inspiração o “autonomismo”. Este “autonomismo” aparece então como uma crítica à burocratização

dos “velhos” movimentos sociais, que consideram como uma absorção da ordem vigente e opressora. Ao mesmo tempo, o “autonomismo” aparece como uma contraproposta baseada nas revoltas do presente, formada por multidões que se rebelam contra as atuais condições de vida por meio de movimentos que têm um perfil horizontal, distinto dos sindicatos cada vez mais hierarquizados e estratificados.

Assim, o tipo “autonomista” encontra-se vinculado à perspectiva anarquista de “massas”, na medida em que suas estratégias e organização voltam-se às massas. Porém, ao mesmo tempo o tipo autonomista se distancia do tipo “clássico” ao clamar por uma renovação teórica e prática, que, em seu modo de ver, deve atualizar-se ao presente, entendido como um momento histórico distinto do momento em que se formaram as linhas de pensamento e ação do anarquismo “clássico”. Em suma, são variáveis de uma mesma “estratégia”, partindo assim da mesma corrente; contudo, representam pontos de vista distintos na busca pela execução de tal estratégia. Esses sujeitos disputam o “campo simbólico” do anarquismo, com “representações” que se não são opostas, ao menos guardam similaridades e tensionamentos. A título de informação, enfatizamos que ambos os tipos de anarquismo em questão são solidários nas lutas e movimentações sociais. Não à toa, aparecem sujeitos dentro do espectro do “autonomismo” e do anarquismo “clássico” em um mesmo organismo, o Rizoma⁸, que se configurou como uma tentativa de aglutinar os mais diversos libertários e anarquistas em um agrupamento para atuar em conjunto nos movimentos sociais.

Em meio ao anarquismo, encontramos também um modelo de ação (o experimental) que não forma uma “estratégia” em si, ou seja, não compõe uma corrente específica. Temos em São Paulo exemplos disto, como a Casa da Lagartixa Preta, a Biblioteca Terra Livre e a já histórica experiência do Centro de Cultura Social de São Paulo. Conversamos com membros tanto da Biblioteca Terra Livre, como da Casa da Lagartixa Preta. Estas experiências podem estar vinculadas a um ponto de vista “clássico” do anarquismo, como a Biblioteca Terra Livre, existindo leituras bem particulares do anarquismo como esta,

⁸O Rizoma foi uma tendência libertária e autônoma do movimento estudantil que ainda existia nos idos de 2013. Atualmente o grupo denomina-se Enfrentamento. Este agrupamento não se propunha a ser uma organização anarquista propriamente, pois buscava aglutinar desde pessoas identificadas com o anarquismo às pessoas que defendam a organização horizontal dos movimentos simplesmente. Por meio de nossa pesquisa foi possível constatar que o Rizoma reunia no período das manifestações de 2013 diversas personalidades do anarquismo, sendo elas identificadas com o autonomismo, com o especificismo, ou mesmo sem uma identidade clara. Deste modo, tal coletivo de certo modo acabava por servir como espaço para reunião dos mais diversos libertários.

(...) e também a minha relação com anarquismo de certa forma mais séria assim mesmo, começou através de leitura do Pierre Clastres porque eu achava o anarquismo uma coisa mesmo ingênua, e a forma como o Pierre Clastres coloca a questão da liderança, por exemplo, eu acho importante, que não ignora, é uma coisa que existe, mas pensa como os outros povos, estão apresentando alternativas para isso (...) (ENTREVISTADO 5, 2016).

Como vemos, este é um tipo particular de “representação”. Tal leitura vincula o anarquismo ao pensamento antropológico e busca inspirar-se em outras civilizações, que têm exemplos de uma sociabilidade vista como horizontal e libertária. Essa tendência de hibridismo entre anarquismo e antropologia – inspirada por experiências documentadas pela antropologia – é denominada de “anarquismo experimental” (FALLEIROS, 2011). Apesar de uma leitura teórica bastante particular do anarquismo, suas práticas são comuns ao arcabouço do anarquismo de “massas”, pois buscam estabelecer centros de cultura para desenvolvimento de práticas “experimentais” libertárias, em outras palavras, desenvolvem espaços que possam ser de experiência prática relevante tanto aos anarquistas, bem como aos membros da comunidade. Nesse sentido, esta tendência busca mobilizar os trabalhadores por meio de práticas e experiências, focando seu engajamento no anarquismo. Por meio de uma observação breve, porém acurada, pudemos constatar o trânsito entre todos estes três “tipos ideais” de anarquistas (clássico, autonomista e experimental) e sua cooperação.

No campo, que é o espaço por onde buscamos mapear o “campo simbólico” de “representações”, encontramos estes três “tipos ideais” de anarquistas: “clássicos”, “autonomistas” e “experimentais”. Sabemos que para nossa pesquisa ser mais exitosa, seria importante acessarmos dois outros sujeitos, que são percebidos como parte da tradição “insurrecional”: os “primitivistas” e os “individualistas”. Contudo, decorre que em nossas imersões de campo os informantes, e mesmo entrevistados formalmente, não conseguiram dar indicações de “tipos” como estes dois, demonstrando assim minimamente um enfraquecimento destes posicionamentos no “campo”.

3.6 E OS PRIMITIVISTAS, ONDE SE ENCONTRA O PENSAMENTO ANTICIVILIZAÇÃO NO “CAMPO” ANARQUISTA?

Buscamos travar contato com uma personalidade que tinha relevante papel neste setor do anarquismo, afinal, parte da hipótese desta pesquisa se relacionava ao pensamento “primitivista” ou “anticivilização”. Inicialmente, tentamos conseguir o contato dessa personalidade com uma pessoa conhecida do próprio autor da pesquisa. Decorre que este sujeito, de certa forma, apresentou uma negativa em prestar depoimento, na

medida em que quando exposto o intento por parte do pesquisador, ele rompeu unilateralmente as conversas, até então realizadas por meio de rede social na *web*.

Quanto aos demais entrevistados e mesmo informantes, quando indagados sobre os primitivistas, responderam negativamente quanto à presença de primitivistas, seja no atual “campo” anarquista, como também em meio à tática *Black Bloc*. O Entrevistado 7 (2016), que é também o informante principal desta pesquisa, desconhece a presença de primitivistas nos meios anarquistas desde sua adesão a tal “campo”, lá por volta de 2011 e 2012.

Felipe Corrêa afirmou, em conversa informal, que os primitivistas, de certa maneira, “sumiram” dos meios anarquistas. O Entrevistado 6, em outra conversa informal, aponta que de acordo com suas lembranças, os primitivistas ou acabaram por redirecionar sua atuação para a agroecologia e permacultura ou se afastaram do anarquismo. Cita que pessoas próximas aos membros da Casa da Lagartixa Preta se relacionaram com os “primitivistas”.

Em meio a uma atividade na Casa da Lagartixa Preta, em rápido diálogo com um conhecido do “campo” anarquista de Curitiba – que agora reside em Santa Catarina e se encontrava à época em uma atividade na Casa da Lagartixa Preta – pudemos obter a afirmação de que os militantes desta corrente primitivista acabaram por se afastar do “campo” anarquista para investir em projetos próprios, como manutenção de comunidades autogestionárias em meio ao espaço rural ou de criação de comunidades alternativas. Esse conhecido e informante também afirmou que eles (primitivistas) têm demonstrado uma rearticulação na *web*, por meio de redes sociais e troca de informações, sem frequentarem espaços do movimento anarquista.

Em uma última incursão de campo, em meio à Feira Anarquista de São Paulo de 2017, pudemos visualizar uma bandeira tradicionalmente sustentada por “primitivistas”, ou “anarquistas verdes”. Porém, em diálogo com a pessoa que ostentava a bandeira, esta negou ser adepta de tal linha de pensamento, afirmando apenas que hasteou a bandeira para fins de decoração do ambiente da feira. A pessoa ainda disse que desconhece a presença de primitivistas no “campo” anarquista, afirmando como o Entrevistado 6 e o colega que encontramos em evento na Casa da Lagartixa Preta que os ditos “primitivistas” se voltaram às práticas ligadas ao mundo rural, abdicando assim da participação em meios anarquistas, digamos, convencionais.

Ao menos quatro dos sujeitos da pesquisa atestaram, portanto, que o pensamento “anticivilização” acabou por se afastar do “campo” anarquista, e por motivos variados. Deste modo, o contexto em que este pensamento rivalizava com as formações do

anarquismo de “massas”, tanto por meio da via teórica, como pela disputa por hegemonia no movimento, parece ter ficado para a história do anarquismo, sendo um fenômeno forte na segunda metade da década de 2000 a 2010.

3.7 E OS ANARQUISTAS INDIVIDUALISTAS, ONDE OS ENCONTRAR?

Como já mencionado por nós, as limitações conjunturais impedem um trabalho mais fortemente etnográfico. É nesse sentido que reforçamos a opção pela “história oral”. As limitações conjunturais impediram o nosso contato com aqueles que foram denominados pelo Entrevistado 7 (2016) como “individualistas”. A ausência de grandes movimentações que animam o “campo” libertário – maior repressão, “rachas” e “frustrações” no “campo” – parece ter colocado o movimento anarquista em um refluxo, que senão impede totalmente a nossa observação de campo, ao menos a dificulta bastante. Como mencionado na segunda entrevista com o Entrevistado 7, suas divergências com os denominados “individualistas” faziam com que ele não pudesse colaborar com contatos dos mesmos e também com a mediação do encontro. Respeitamos as decisões do entrevistado!

Assim, a fim de sanarmos tamanha lacuna, frequentamos espaços do movimento libertário, aqueles que oportunamente se apresentaram quando o autor desta pesquisa se encontrava na Cidade de São Paulo. Fizemos ao menos três tentativas: A primeira foi a ida à Casa da Lagartixa Preta, lugar de convívio entre diversos setores do “campo” do anarquismo. Depois tivemos a frustrada tentativa de acompanhar um “bloco antifa (antifascista)”, convocado por meio de redes sociais para desfilar em apoio à Parada LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros), porém, o bloco referido não se formou; o Entrevistado 6, pessoa que atestou a informação do bloco, indicou que nele provavelmente haveria anarquistas que não encontraríamos em outras ocasiões. Por último, na Feira Anarquista de 2017, em São Paulo, apesar de encontramos obras de cunho “insurrecionalista”, nem mesmo as pessoas que as vendiam se reconheciam amplamente com o pensamento “insurrecionalista”; logo após, por meio de conversas informais, notamos que essas pessoas vendiam aquelas obras apenas por serem parte da vasta tradição anarquista, e não por se relacionarem com as práticas sustentadas por tais publicações.

Mais uma vez Graeber (2009) se mostra eficiente em suas assertivas a respeito de das observações de campo que fez, pois, o autor enfatiza que a preocupação com a coerência entre as obras lidas e difundidas com as práticas é traço mais comum daqueles

que são os “plataformistas” ou anarquistas “clássicos”, isto é, as outras correntes não têm esse traço como questão. Já a ausência de entrevistas com anarco individualistas revela certas limitações que o nosso esforço de pesquisa encontrou, sejam as motivadas pela inserção deste autor no campo, seja a atual conjuntura política que não permitiu o testemunho do “campo” anarquista em ação.

3.8 O CAMPO ANARQUISTA: QUEM SÃO? ONDE SE ENCONTRAM?

Encontramos quatro sujeitos distintos e formadores deste “campo”. O primeiro sujeito coletivo é o “especificista”: defensor da organização política anarquista, para que esta atue em meio a movimentos sociais, acumulando forças para um projeto estratégico que tenha por finalidade suplantar o capitalismo e implementar o socialismo libertário. O segundo é o “autonomista”: encontra-se em movimentos sociais que apontam para modelos de ação mais próximos da “ação direta”, privilegiando espaços pouco institucionalizados, mais suscetíveis a organização “horizontal”, apresentando também uma crítica ao anarquismo clássico por entender que suas análises e pontos de vista se encontram ultrapassados. O terceiro é o “experimentalista”: seus adeptos caracterizam-se pela busca de diálogo com práticas de civilizações distintas às ocidentais – por exemplo, os povos ameríndios – com as práticas e pensamento anarquista, cujo objetivo maior é o de desenvolver espaços de cultura e práticas diversas para fomentar reflexões e vivências libertárias.⁹ O quarto sujeito, que ainda guarda certa imprecisão nesta pesquisa, é aquele que nossos entrevistados denominaram como “individualistas”. Estes podem ser definidos por uma identidade anarquista que não se encontra relacionada a uma militância organizada – seja em uma organização específica ou em um movimento social –, e sim pela construção de comportamentos entendidos como anarquistas e que podem ser relacionados a uma diversidade de elementos da vida do indivíduo: alimentação, trabalho, sexualidade, etc. Acabam, geralmente, sendo encontrados em meio a movimentos conjunturais, atuando de forma espontânea.

Levando-se em conta as afirmações de Graeber em sua obra “Direct Action, An Ethnography” (2009), fruto de uma pesquisa realizada em meio ao movimento antiglobalização e occupy nos EUA, os anarquistas não têm a preocupação em

⁹Existem centros de cultura que promovem práticas no mesmo sentido, porém, nos marcos daquilo que seria o anarquismo “clássico”. Conversamos com ao menos dois sujeitos participantes de dois centros de cultura anarquista: A Casa da Lagartixa Preta (experimentalista) e a Biblioteca Terra Livre, sendo esta vinculada ao anarquismo “clássico”. Nesse sentido, os centros de cultura não formam uma corrente em si, um modelo de estratégia, mas sim uma prática que busca mobilizar um espaço comunitário, comum as práticas do anarquismo de “massas”.

estabelecer uma coerência clara entre suas referências teóricas no “campo” anarquista e suas práticas, com exceção daquilo que se conhece como “plataformismo”, com o qual o especificismo guarda proximidades na América do Sul. Como representantes deste setor, encontramos Felipe Corrêa e a Entrevistada 2. O primeiro representando um militante e teórico da corrente especificista, enquanto a segunda é uma militante próxima de tal “campo”, que busca construir suas práticas nestes moldes.

Como representantes do “autonomismo”, encontramos claramente a Entrevistada 1 (2016) e os Entrevistados 6 e 7 (2016). Os três apontam para uma necessária atualização da leitura de realidade anarquista, bem como para o redimensionamento da prática anarquista, que não deve mais se balizar nas formulações clássicas, afinal, a realidade social se encontra modificada em relação ao que era a realidade na qual se produziu o pensamento canônico do anarquismo. Outra característica destes indivíduos que se identificam com o “autonomismo” é buscar aproximar as contribuições do marxismo e leninismo ao anarquismo, pois enxergam no marxismo e no leninismo contribuições úteis no que se refere às perspectivas analíticas e organizativas.

Quanto aos centros de cultura e o seu caráter “experimental”, tal tradição se refere à criação de espaços, tanto para difundir saberes, história e práticas libertárias, bem como para propiciar a vivência dos princípios libertários. Nesta tipificação, localizamos os Entrevistados 4 e 5 (2016), respectivamente relacionados à Biblioteca Terra Livre e à Casa da Lagartixa¹⁰. A Biblioteca Terra Livre e seus membros, segundo o relato, aproximam-se majoritariamente com a teoria do anarco-comunismo, que é um segmento derivado do tipificado “anarquismo clássico”, contudo, suas práticas se reservam a estudo, publicação, memória, divulgação, enfim, a atividades político-culturais diversas.

Quanto aos individualistas, o que se tem são os relatos sobre eles obtidos dos demais sujeitos da pesquisa, que aparecem descritos parcialmente pela Entrevistada 1 (2016) e pelo Entrevistado 7 (2016). É notório que tais descrições são parciais, e possivelmente refletem pouco as “representações” que tais sujeitos têm de si e de suas práticas.

¹⁰Biblioteca Terra Livre é um espaço que busca organizar a memória e produção histórica e teórica do anarquismo, bem como difundi-la por meio de eventos e grupos de estudo e publicações. A Casa da Lagartixa, que tem sua biblioteca e espaços de debates também, dedica-se sobretudo a aspectos vivências, organizando oficinas relacionadas à agroecologia, por exemplo.

CAPÍTULO IV

ANARQUISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Neste capítulo, tratamos mais especificamente do conteúdo das entrevistas que articulam a discussão de ciência e tecnologia com temas anarquistas e também os elementos que compõem o “campo” anarquista em torno dos debates sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Inicialmente, encontramos exposta uma tabela que expõe temas recorrentes no “campo”. Na sequência, uma breve explicação de da tabela e, na terceira parte, apresentarmos, nos termos das entrevistas, as “representações” dos próprios sujeitos sobre os temas encontrados no “campo”, relacionando-as, em alguma medida, com a bibliografia que é consagrada neste “campo”.

4.1 UNIVERSO SIMBÓLICO EM RELAÇÃO À TECNOLOGIA NO ANARQUISMO DE SP CONTEMPORÂNEO

Para maior facilidade de compreensão dos temas presentes no “campo simbólico”, começamos com uma breve explicação daquilo que denominamos temas do “campo” e também apresentamos uma tabela que facilita o entendimento de sua persistência e reiteração. A próxima seção é dedicada à apresentação dos temas, nos termos dos sujeitos da pesquisa. Buscamos traçar as características centrais dos temas e seus argumentos recorrentes, ressaltando suas divergências e tensões.

Encontramos no “campo” sete temas definidos por nós, como: Tecnologia e Luta de Classes: Instrumentalização do Capital x Emancipação dos trabalhadores; Crítica ao Determinismo: Pensamento Antitecnologia, a Tecnologia como Fundamento Humano; Controle: “Usos”, Apropriação e Desenvolvimento de Tecnologia pelas Classes e pelos Anarquistas; Tecnologia e Gênero; Tecnologia, Ecologia e Crítica ao Domínio da Natureza; Tecnologia e Colonização: Racismo x Anticolonialismo, Anti-imperialismo e Relativismo; Crítica à Visão de Tecnologia dos Marxistas. Na sequência, uma breve explicação do que tratam os respectivos temas.

O primeiro tema é: Tecnologia e Luta de Classes: Instrumentalização do Capital x Emancipação dos trabalhadores. Esse tema é um clássico no pensamento anarquista, remetendo a um debate que se encontra presente desde a gênese do anarquismo, em meados do século XIX. Deste modo, as discussões anarquistas acabam se situando em meio à noção de que as tecnologias desenvolvidas na modernidade podem abrir

possibilidades à humanidade, mas que a instrumentalização destas pela burguesia as impedem. Desta maneira, a tecnologia tem um lugar na sociedade proposta pelos anarquistas, desde que socializada e a serviço do conforto da classe trabalhadora. Portanto, a posição dos anarquistas não apresenta um encantamento com o progresso tecnológico, ou aquilo que Bazzo (2003) denomina noção “triumfalista”, porém, tampouco a posição anarquista assume posturas “pessimistas”, isto é, perspectivas “deterministas”. De modo geral, é entendido no anarquismo que os resultados negativos ou positivos referentes a possibilidades abertas pelas tecnologias se dão em meio ao contexto social, sendo a luta de classes fundamental para determinar os rumos da tecnologia.

O segundo tema é: Crítica ao Determinismo: Pensamento Antitecnologia e a Tecnologia como Fundamento Humano. Neste tema, abordamos as “posições” no “campo” que se remetem a um debate que se tornou caro ao anarquismo entre os anos 1970 e 2000, e no Brasil especificamente na primeira década dos anos 2000. Tal tema é especialmente relevante para o campo CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), sendo mesmo uma das principais tensões que atravessam o mencionado campo. A tensão em questão se desenvolve na medida em que existem posições “relacionais” e “deterministas”. As relacionais são aquelas que se referem à posição que vincula a tecnologia às demais variáveis sociais, compreendendo-a como determinada e determinante de tais relações. As “deterministas” colocam as tecnologias fora das relações sociais, identificando-as como boas ou más intrinsecamente. Essas discussões, como mencionamos anteriormente, protagonizaram disputas “simbólicas” no “campo” anarquista.

O terceiro tema é: Controle e “Usos”: Apropriação e Desenvolvimento de Tecnologia pelas Classes e pelos Anarquistas. Ele remete-nos à questão da apropriação da tecnologia pelos movimentos sociais e políticos e também à forma pela qual estes se apropriam da tecnologia. Vemos que, por um lado, movimentos políticos utilizam-se das tecnologias para dinamizar suas lutas e mesmo facilitá-las, por outro, estas mesmas tecnologias são, em larga medida, instrumentalizadas pelo sistema hegemônico para fins de repressão e contra insurgência. Esses diferentes usos que a tecnologia pode apresentar em meio ao contexto social e a abordagem que os sujeitos desta pesquisa apresentaram é a que se refere tal tema.

O quarto tema é: Tecnologia e Gênero. Ele refere-se a uma questão – vinculação dos fenômenos sociais à crítica da divisão social em gêneros – que ganha cada vez maior proeminência entre as ciências sociais. Essa questão aparece neste trabalho de forma bastante interessante, por exemplo, os sujeitos desta pesquisa que se remeteram a tal

tema aproximaram tecnologia, anarquismo e gênero. Alguns dos sujeitos da pesquisa apontaram – criticamente, isto é, discordando – para a visão de que certas posições “deterministas” apresentam a tecnologia como elemento que libertará a mulher do trabalho doméstico. E mais, esses sujeitos da pesquisa enfatizaram que a assimetria de gênero é arraigada nas relações sociais modernas e, assim sendo, não pode a tecnologia, de forma autônoma, transformar tais relações mecanicamente.

O quinto tema é: Tecnologia, Ecologia e Crítica ao Domínio da Natureza. Nele aparece um debate que é de origem recente nas ciências sociais, a saber, o mote ecológico. Aqui o debate também aparece relacionando tecnologia, anarquismo e sociedade, visto que os sujeitos que apresentaram tal discussão não remeteram os aspectos relacionados à preservação ambiental ao desenvolvimento tecnológico, o que seria um ponto de vista “determinista”, mas afirmaram a proeminência de aspectos sociológicos neste tema, apontando a forma de produção capitalista como responsável pelos desastres ambientais contemporâneos. Para eles, uma sociedade socialista e libertária deveria ter como uma de suas preocupações a conciliação entre produção e reprodução do bem-estar humano e sustentabilidade ecológica.

O sexto tema é: Tecnologia e Colonização: Racismo x Anticolonialismo, Anti-imperialismo e Relativismo. Ele remete a um debate bastante pertinente à antropologia, pois a traz para dentro do “campo”. Os sujeitos da pesquisa abordam nesse tema as questões éticas por detrás da ciência e tecnologia moderna, que acabam por dominar outras matrizes culturais. Em suas argumentações aparece a defesa de que é uma preocupação anarquista, sim, o respeito aos povos originários/nativos e às comunidades tradicionais.

O sétimo tema é: Crítica à Visão de Tecnologia dos Marxistas. Nele aparecem as divergências que os anarquistas têm com aquilo que entendem ser o ponto de vista marxista sobre ciência e tecnologia. São vários os sujeitos que percebem no pensamento marxista um determinismo econômico e um evolucionismo, principalmente em se tratando da ciência e tecnologia modernas como superiores a outras formas de pensamento presentes na sociedade.

Abaixo, encontra-se uma tabela com a qual representamos os temas e a incidência destes por entrevistado. Na primeira coluna horizontal, encontram-se os temas, respectivamente enumerados. Na primeira coluna vertical, encontram-se os sujeitos da pesquisa, de acordo com a sigla que se atribui a cada um. Na última sessão, apresentamos alguns dados quantitativos que permitem o entendimento da incidência de cada tema.

	1	2	3	4	5	6	7
E1	X	X	X	X	X	X	X
FC	X	X			X	X	X
E3	X	X	X	X	X	X	X
E4	X	X	X	X			
E5	X	X			X	X	
E6	X	X	X	X			X
E7	X		X				

1-Tecnologia e Luta de Classes: Instrumentalização do Capital x Emancipação dos trabalhadores;

2-Critica ao Determinismo: Pensamento Antitecnologia e a Tecnologia como Fundamento Humano;

3-Controle e “Usos”: Apropriação e Desenvolvimento de Tecnologia pelas Classes e pelos Anarquistas;

4-Tecnologia e Gênero;

5-Tecnologia, Ecologia e Crítica ao Domínio da Natureza;

6-Tecnologia e Colonização: Racismo x Anticolonialismo, Anti-imperialismo e Relativismo;

7-A Crítica à Visão de Tecnologia dos Marxistas;

Coluna 1 Vertical:

E1: Entrevistada 1

E2: Entrevistada 2

FC: Felipe Corrêa

E3: Entrevistado 3

E4: Entrevistado 4

E5: Entrevistado 5

E6: Entrevistado 6

E7: Entrevistado 7

4.2 A TABELA

Buscamos, por meio da tabela, ilustrar tanto as convergências, como os aspectos que afastam os sujeitos da pesquisa, facilitando com isso a visualização do “campo”

através da listagem de temas e “representações” mais frequentes e relevantes. Deste modo, a tabela visa uma facilitação da exposição daquilo que é o “campo” anarquista em São Paulo, compreendido como representativo do “campo” anarquista no Brasil.

Por fim, hierarquizamos os temas com os seguintes dados: 100% das entrevistas abordam questões relacionadas ao tema “Crítica ao Determinismo: Pensamento Antitecnologia e a Tecnologia como Fundamento Humano”. Aparece, com exceção de um dos entrevistados, isto é, cerca de 86% das entrevistas, o tema que se intitulou: “Tecnologia e Luta de Classes: Instrumentalização do Capital x Emancipação dos Explorados”. Aparecem com igualdade de importância os seguintes temas: Controle e “Usos”: Apropriação e Desenvolvimento de Tecnologia pelas Classes e pelos Anarquistas; Tecnologia, Ecologia e Crítica ao Domínio da Natureza; Tecnologia e Colonização, Racismo x Anticolonialismo e Anti-imperialismo e Relativismo; A Crítica a Visão de Tecnologia dos Marxistas. Outros temas se demonstraram significativos para mais da metade dos entrevistados, por exemplo, Tecnologia e Gênero, o qual foi abordado por 57%. Percebemos que todos os temas chegaram ao menos próximos dos 60%, isto é, os assuntos que destacaram-se na entrevista apresentaram relevância e contingência entre os sujeitos da pesquisa. Obviamente, nosso trabalho não se enquadra rigidamente naquilo conhecido por “pesquisas quantitativas”; mas ainda assim, tais dados são indicativos de temas relacionados à tecnologia e ciência, que aparecem junto às “representações” anarquistas.

4.3 AS “REPRESENTAÇÕES”

No que diz respeito à tecnologia, buscamos sintetizar os grandes temas que habitam o universo simbólico anarquista de São Paulo. Foi de nosso interesse tentar compreender os seguintes fenômenos sociais: que “representações” de tecnologia se encontram no anarquismo; como estas representações se relacionam com as correntes dos sujeitos da pesquisa; em que medida as “representações” aproximam e afastam os anarquistas pertencentes a tal “campo”, ou seja, em que dimensão apresentam posições convergentes e divergentes.

4.4 UM MAPEAMENTO DO “CAMPO” SIMBÓLICO DO ANARQUISMO DE SÃO PAULO

Neste tópico, seguimos a ordem sugerida acima, na qual apresentamos as diferentes posições dos anarquistas em relação aos temas relacionados da ciência e da

tecnologia encontrados nesta pesquisa. Objetivamos apresentar os aspectos que, de certo modo, formam o “campo” simbólico do anarquismo, assim como explicitar aqueles aspectos que aparecem em conflito e divergência, ou em disputa dentro do “campo”.

Primeiramente, são apresentados topicamente aqueles temas que se sobressaíram nas entrevistas para depois apontarmos para os resultados e reflexões que permitem tais dados. Por motivos já elencados por nós, os sujeitos de nossa pesquisa são em geral denominados por numerais (ex.: Entrevistado 1).

4.4.1 TECNOLOGIA E LUTA DE CLASSES: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CAPITAL X EMANCIPAÇÃO DOS EXPLORADOS

Neste tópico, arrolamos os trechos das entrevistas que apresentam uma narrativa de classe em relação à tecnologia e às classes sociais. Uma grande tradição do “campo” anarquista argumenta que pelo fato da ciência e tecnologia estarem sendo desenvolvidas contextualmente no capitalismo, estas são instrumentalizadas para a exploração do trabalho pela classe dominante, que acabaria estruturalmente favorecida pelo desenvolvimento tecnológico proveniente das relações de exploração. Como demonstramos anteriormente, tal posição anarquista já se encontra exposta na obra de um dos iniciadores do pensamento anarquista, Mikhail Bakunin, em a “Instrução Integral” (2003), sendo um tema consagrado no “campo” anarquista.

Tal postura apresenta certa reciprocidade no “campo” CTS, especialmente quando relacionada ao pensamento crítico da área, como no exemplo comentado por Lima Filho & Queluz (2005) acerca do conceito de “sociotécnica”. Em geral, o campo anarquista da contemporaneidade, como percebido através das entrevistas, apresentou pouca afinidade com o pensamento “determinista”, “pessimista” e “essencialista”. Apenas o Entrevistado 5 (2016) não mencionou a relação entre exploração do trabalho e contexto histórico do capitalismo. Os demais entrevistados acabaram por remeter a tecnologia e sua relação com a exploração à uma determinação do atual sistema social, mas não como um elemento “essencial” deste. Destacamos que o Entrevistado 5 (2016) não aponta para uma visão “determinista” da tecnologia, nem a exclui da utopia anarquista, porém, chama a atenção para outras relações de poder da atual sociedade, sem realçar necessariamente os aspectos relacionados às classes sociais e seu antagonismo.

No geral, a tônica da maioria dos entrevistados segue a lógica abaixo

(...) porque o Kropotkin, assim, como o Bakunin, por exemplo, ele tava inserido em um determinado contexto, um contexto de segunda revolução industrial, um contexto de advento da grande indústria e etc. Esses autores começam a

perceber que a tecnologia vinha sendo amplamente desenvolvida, só que em função das razões das relações sociais daquele momento, elas estavam sendo colocadas em favor do modo capitalista de produção, ou seja, elas vinham não só sendo produzidas, mas principalmente sendo utilizadas com um determinado fim de manter a submissão dos trabalhadores e das trabalhadoras e o Kropotkin já começa, uma reflexão que vai ter toda uma linha de continuidade. Acho que talvez o Murray Bookchin seja o maior expoente contemporâneo nesse sentido, de pensar não que o advento da técnica e da tecnologia seja algo neutro, mas que esse advento com a mudança das relações sociais poderia ser posto para o funcionamento em prol da emancipação dos trabalhadores. Então o Kropotkin já vai trazer algumas discussões, mostrando como a tecnologia fosse devidamente aplicada a uma produção socialista, como essa tecnologia poderia significar, uma redução significativa do número de horas trabalhadas, ele vai até fazer cálculos, e chegar à conclusão de que o dia de trabalho do homem poderia ser reduzido mais, pelo menos pela metade, para que se trabalhasse menos e produzisse mais, e se usufrísse de uma abundância sem o gozo privado do patronato por meio do lucro. Então, acho que o anarquismo vem nesse viés clássico a partir dessa avaliação em certo sentido da tecnologia, e achar que essa tecnologia poderia contribuir com a emancipação dos trabalhadores, e isso quando a gente começa a entrar nos sindicalistas isso é colocado quase que como um elemento mandatário, ou seja, a sociedade futura deve ser uma sociedade que se baseie na alta tecnologia em vista de uma sociedade de abundância. Os anarquistas tiveram sempre essa preocupação de não viver um socialismo da miséria, mas um socialismo da abundância, e para isso a tecnologia, foi sempre vista como um elemento importante, e acho que, particularmente, é minha posição (...) (CORREIA, 2016).

Em uma sociedade mobilizada para outros aspectos que não o lucro privado, a tecnologia aparece, segundo o entrevistado, como possibilidade de emancipação já referendada tanto nas obras clássicas do anarquismo, quanto em seus cânones contemporâneos. Em outros termos, a tecnologia pode proporcionar, “(...) o lado prático que a gente trabalharia bem menos, trabalharia bem menos, porque o tanto de tecnologia que nos está disponível (...) Então a gente vai ter muito mais tempo para trabalhar com coisas que importam”. (Entrevistada 1, 2016). A tecnologia estaria à serviço do conforto e do coletivo, integrada à sociedade,

Porque na nossa sociedade, o saber, o produzir ciência está mediado, pela questão do mercado, então só se produz ciência para produzir dinheiro, tanto nas Universidades públicas, como nas particulares, mas aí nas particulares a barreira até é outra, que muitas não estão muito preocupadas com o produzir científico e produzir a tecnologia. (Entrevistada 2, 2016).

O Entrevistado 4 (2016) de nossa pesquisa menciona o problema relacionado ao “monopólio” da tecnologia por parte de “monopolistas”, que podem ser assimilados à noção de classe dominante. Tudo indica que quando ele se refere a estes elementos está a criticar o capital, que busca o monopólio da produção da técnica e coloca em favor de interesses privados tecnologias que poderiam servir a sociedade como um todo. Com sutileza parecida, o Entrevistado 6 (2016) também aponta para uma “contra tendência”, a apropriação coletiva da tecnologia, que pode ser assimilada sem os elementos que

representam a classe dominante. Em outro trecho, o mesmo entrevistado argumenta que as condições para uma sociedade anarquista se encontram dadas pela técnica, porém, esta não se realiza por aspectos políticos relacionados à instrumentalização da técnica, por parte das classes dirigentes,

(...) como já esboçava Proudhon, como esboçou Bakunin, é isso de baixo para cima, da rua, para o bairro para a cidade, do senso para o país, para uma federação, para o continente para o mundo, a gente pode decidir junto, e com tecnologia com um sistema assim, que pense a humanidade como um todo. A gente já tem tudo para viver, de uma forma socialista, e de uma forma autogestionada a gente já tem alimento para isso, a gente já tem alimento suficiente para alimentar 13 bilhões de pessoas. A gente tem casa suficiente para isso, em São Paulo tem mais prédio vazio do que gente morando em rua. Tem transporte para isso, tecnologia para isso, o que falta é a vontade, o que falta para isso então, falta o homem socialista, precisa de organização, de difundir a ideia (...) (Entrevistado 6, 2016).

O Entrevistado 7 aponta para a luta das classes exploradas para apropriação coletiva da tecnologia, especialmente pelos movimentos sociais em enfrentamento aos “tecnocratas”, que buscam o controle privado da tecnologia e da ciência.

Encontramos, assim, o pensamento anarquista localizado dentro do universo socialista, apresentando-se como uma proposta de gestão de um mundo pós capitalista, sendo a tecnologia um dos elementos desta agenda de transformação social, promovida em meio ao conflito de classes. Esse é ponto de vista clássico do anarquismo vinculado à tradição de “massas”, que, se de certo modo não apresenta “otimismo” em relação à técnica e à ciência quanto a uma capacidade intrínseca de trazer conforto, insere-a como parte do projeto anarquista, que visa socializar as riquezas e benefícios trazidos pela tecnologia.

A percepção aqui é de que a tecnologia é determinada pelas relações de classe, e mesmo aquelas tecnologias, que teriam de ser abolidas em uma sociedade socialista por não respeitarem a dignidade humana e imperativos ambientais, apresentam tal forma pelo contexto social que a forjou para propósitos de “mercado” em favor da “elite”, da “burguesia, a classe dominante. O capitalismo é quem produz certas tecnologias e conhecimentos que são voltados à ampliação e intensificação da exploração do trabalho e acumulação privada de riqueza, e não a tecnologia em si. Deste modo, notamos que o pensamento anarquista contemporâneo aponta, pela voz de seus militantes, para uma percepção não “determinista” de tecnologia, mas “relacional”. Em suma, vemos a ciência e a tecnologia fazendo parte do horizonte anarquista em um sentido construtivo, na medida em que tal corrente não assume uma crítica às mesmas, mas ao papel que tais elementos cumprem na atual sociedade de classes.

4.4.2 CRÍTICA AO DETERMINISMO, AO PENSAMENTO ANTI-TECNOLOGIA E À TECNOLOGIA COMO FUNDAMENTO HUMANO

Nesta sessão, o enfoque nosso consiste em localizar a existência das visões de tecnologia no “campo” anarquista, identificando em que medida essas visões se enquadram e operam dentro de categorias “deterministas”. Como já dito na introdução deste trabalho, a hipótese que vinculava as diferentes modalidades de “ação direta” às “representações” de tecnologia não se confirmou, demonstrando ser um ponto pacífico do “campo” anarquista a crítica ao “determinismo” tecnológico.

As posições dos entrevistados, em geral, relacionam a tecnologia às relações de força social, dando especial atenção para as relações de classe, seus conflitos, inclusive aquelas em torno da apropriação tecnológica. Como apontamos no tópico anterior, o Entrevistado 5 (2016) apresenta um ponto de vista ímpar em relação aos demais, pois aponta suas críticas centralmente a uma noção etnocêntrica de tecnologia:

É, porque tudo que a gente faz é tecnologia, nosso corpo¹¹ é tecnologia, a forma como a gente anda, cada um, não é natural, a gente apreende a andar de um jeito. A gente aprende a mastigar de um jeito. Tipo aprende a usar uma das mãos, que é a coisa mais óbvia, e tem várias formas diferentes, tem gente que não sabe usar a mão de um jeito, mas sabe usar de outro, então é isso já é tecnologia a todo momento. (ENTREVISTADO 5, 2016).

As reflexões do Entrevistado 5 (2016) vão ao encontro de um debate caro à antropologia: a crítica dos conceitos das sociedades de matriz ocidental como definidores universais das categorias sociológicas. Ele chama a atenção para a necessidade de relativização da noção de tecnologia, pois esta muitas vezes é compreendida apenas como elementos produzidos. Seu ponto de vista aponta para a noção de que a sociedade, e mesmo as diferentes sociedades, se valem da tecnologia em sua existência, compreendendo a tecnologia como intrínseca à condição humana.

A Entrevistada 2 (2016) aponta também para a necessidade de reconhecimento dos saberes e tecnologias de povos de matriz não ocidental, o que demonstra o

¹¹ A respeito de tecnologias corporais, pode-se afirmar que o próprio campo anarquista se preocupou em buscar compreender tais aspectos, e a forma como a modernidade e suas tecnologias influenciam tais “tecnologias corporais”. Cristian Ferrer (2003-4), aborda tal ponto de vista pela noção de “tecnologias da subjetividade”, que preparavam os sujeitos inclusive para suportar o desconforto e a dor. Segundo Ferrer, a modernidade traz uma noção de “conforto”, que busca aplacar o sofrimento e a dor, como preencher a ausência de emoções e experiências excitantes, por meio de mercadorias e da indústria, entram nesse nicho a exemplo os fármacos, cosméticos, pornografia, dentre tantos outros “confortos” existenciais presentes na modernidade. Ferrer observa, que o mercado tem desarticulado elementos que sequer percebemos como tecnologias, para substituir capacidades por produtos. (FERRER, 2003-4)

compromisso dos anarquistas com pontos de vista não evolucionistas, aportando uma compreensão abrangente de tecnologia como parte da humanidade, refutando assim posições “essencialistas”. A reflexão que traz o Entrevistado 6 é categórica nesse sentido,

(...) “a sociedade é tecnologia, e a tecnologia é sociedade, sabe essas coisas, elas coexistem e não tem como você ver de forma separada, primeiro porque a sociedade, ela se apropria da natureza para transformar e estabelecer o seu local de vida, essa natureza já transformada em tecnologia”. (ENTREVISTADO 6, 2016).

Pontos de vista interessantes ainda referentes a esta temática são explicitados pela Entrevistada 1 (2016), que aponta certo “determinismo” em relação à análise que alguns segmentos, periódicos, e mesmo intelectuais, apresentam ao movimento de massas ocorrido no ano de 2013. Segundo a entrevistada, esses segmentos atribuem a massificação do movimento ao uso de ferramentas da *web*, em especial aos aplicativos de redes sociais: Facebook e Twitter, por exemplo. Relevante também a reflexão de Corrêa (2016), em uma entrevista, que aponta o marxismo como “determinista” em seu modo de atribuir centralidade às forças produtivas. Corrêa (2016) ainda faz forte crítica àquilo conhecido por “anarquismo verde”, ou anarco primitivismo, destacando que estes movimentos e produções intelectuais não devem sequer ser considerados como parte do “campo” anarquista

(...) Kropotkin tem uma responsabilidade nisso também de começar a trazer uma série de pensadores, de filósofos e de traduções no intuito de legitimar o anarquismo, ele sofria um ataque naquela época, que dizia que o anarquismo era contra a natureza humana. O Kropotkin começa a coletar exemplos na sociedade de agrupamentos de indivíduos que se opuseram ao Estado a autoridade, a dominação de maneira geral, e essa construção, meta histórica a gente poderia chamar, que do ponto de vista da história eu acho muito pouco rigoroso, eu acho muito pouco defensável, ela tinha um interesse de autolegitimação. Só que isso teve uma implicação política, porque começaram a ser considerados anarquistas e fazer parte desse universo todo um conjunto de pensadores e de práticas que não tem razão de ser se a gente observar, não tem continuidade em relação a esse momento de constituição do anarquismo, que para mim está entre 1868 e 1886. Porque que eu estou dizendo isso, porque a partir de então uma série de autores e de experiência e de grupos, que vem defendendo essa posição que vão culminar no que se chama primitivismo, nessa oposição a tecnologia como algo que deriva do iluminismo e que faz parte da degeneração da sociedade natural, e sinceramente eu acho que a origem disso se a gente for buscar nos grandes clássicos está muito mais no Rosseau, do discurso da desigualdade, do que no anarquismo, que é um produto iluminista e racional, e desse cenário conjuntural, em que a tecnologia tinha uma contribuição significativa, uma série de outras tendências começam a se juntar e parte do que se chama anarquismo hoje em dia. Acho que é bom pontuar isso, eu não concordo que grande parte desses autores devam ser considerados anarquistas de um ponto de vista histórico, são autores que foram se chamando anarquista, mas que possuem muito pouca similaridade em relação a essa corrente histórica que se desenvolveu nos últimos 50 anos, e grande parte desses autores vão começar a ter uma posição crítica da tecnologia dizendo, como eu falei, que o desenvolvimento tecnológico ele vai contribuir dum ponto de vista que assimila quase mecanicamente tecnologia e

capitalismo, dizendo que a tecnologia, ela contribuiu para decadência da sociedade, em um raciocínio que para mim é bem rousseauniano, da sociedade que corrompe o homem natural etc. , e pregando de uma certa maneira uma volta ao passado. Pregando que o anarquismo deveria ter por objetivo o fim da tecnologia, o fim do capitalismo, do Estado, das relações como elas estão colocadas na sociedade moderna e etc. Então é só para deixar claro que a maioria desses autores que hoje defendem essas posições apesar de vários deles se definirem como anarquistas, anarquistas verdes, primitivistas, tudo isso, em uma análise histórica mais rigorosa não tendo a considerar grande parte deles anarquista, e acho que de um ponto de vista histórico os anarquistas sempre tiveram essa relação positiva com o desenvolvimento da tecnologia, evidentemente não de todas, mas uma posição pouco determinista, no sentido de que os anarquistas consideraram majoritariamente que as relações sociais eram muito mais capazes de determinar a finalidade da tecnologia do que o contrário. Então, não é porque você tem uma fábrica de produção industrial que aquilo vai determinar as relações sociais que vão ser feitas a partir daquela fábrica. São as relações sociais, por exemplo, estabelecendo um modo de produção socialista que vão ter condições de usufruir dessa tecnologia e dar a ela uma finalidade distinta do que tem hoje, essa é a posição que eu particularmente defendo, e que eu acho que de um ponto de vista histórico foi a posição majoritária entre os anarquistas. (CORRÊA, 2016).

Aparece assim, nas “representações” do “campo” anarquista, a crítica ao pensamento “determinista”. Em suas diferentes manifestações, o anarquismo, dentro de sua pluralidade de pontos de vista, apresenta críticas ao “determinismo” tecnológico. Deste modo, podemos afirmar que uma das características do pensamento anarquista é que ele se afina com as correntes de pensamento da área CTS, pois ambos criticam o pensamento “determinista” e buscam assumir posições “sociotécnicas”. Isso pode ser atestado porque todos os sujeitos da pesquisa rejeitam o “determinismo” e suas expressões.

4.4.3 CONTROLE E “USOS”: APROPRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PELAS CLASSES E PELOS ANARQUISTAS

Em meio a este esforço de pesquisa, mostramos a possibilidade também de arrolar que elementos e preocupações formam o “campo” anarquista de “representações” da tecnologia. As preocupações mapeadas por esta pesquisa, e aqui apresentadas, se relacionam com a hipótese maior deste trabalho, pois remetem a que tipo de relação os anarquistas buscam estabelecer com a tecnologia.

O entendimento de “ação direta” que atravessa todo o pensamento e a prática anarquista relaciona-se também com a ciência e com a tecnologia. Neste sentido, a apropriação direta de elementos da tecnologia para as práticas anarquistas, em prol de um processo de transformação social, é algo recorrente nas narrativas dos sujeitos da pesquisa. Esta preocupação em relação às tecnologias, por parte dos anarquistas, remete à interpretação de que a tecnologia é, em certa medida, instrumentalizada pelas classes

dominantes, geralmente burguesas. Todavia, a tecnologia pode ser potencialmente apropriada pelos trabalhadores, assim, logicamente, pelo movimento anarquista. Encontramos nos meios anarquistas – aqueles relacionados a sua tradição prática, que é a “ação direta” – a mobilização para apropriação das ferramentas tecnológicas, bem como para responder à tentativa de uso pelas classes dominantes destas tecnologias para controle e dominação.

Um grande mote de bastante repercussão em nossa pesquisa é a preocupação com as tecnologias informacionais e seu uso para controle e repressão de movimentos sociais. Os anarquistas demonstram uma preocupação grande em relação ao monitoramento de sua comunicação e, logo, à extração de informação para controle e repressão. A Entrevistada 1 observa com bastante preocupação esses aspectos:

É, primeiro que tem uma relação que a gente tem que entender e tem que correr atrás: a gente desenvolve as nossas tecnologias de atuação, e os caras desenvolvem as tecnologias de repressão e vice-versa. Hoje eu fui tomar o metro na estação Tiradentes e estava a polícia, expondo os novos caminhões do choque, parecem naves espaciais, e aí eu pensei tudo que eu apreendi nos últimos três anos de ação de rua, não dá conta desses caras, e a tecnologia aumenta principalmente para guerra, e quem detêm a guerra é o Estado e socializa isso com outros Estados, com empresas de segurança e afins, não socializa isso com a gente, óbvio. E aí tem a questão da tecnologia da informação e quanto é mais fácil, para os caras grampearem a gente, então por mais que a gente use várias coisas seguras, esse celular que a gente está usando mesmo ele desligado, ele funciona como um gravador, você tem que tirar a bateria e jogar ele longe lá naquela piscina, e mesmo assim não sei tudo tem câmera(...) É muito louco, as coisas estão muito loucas, mas o que me preocupa agora é mais o salto tecnológico repressivo, e que tecnologia que a gente tem para lidar com isso? Nada, e qualquer coisa que a gente tem é proibido, manja, então isso é uma das coisas que me preocupa. Eu vou fazer um comentário que eu sempre falo, em entrevista, em falas, em tudo mais, e que é tentando quebrar umas barreiras, 2011 teve a primavera árabe, e todo mundo veio falar que era o Facebook que tinha feito a primavera árabe. Aí aconteceu 2013, aconteceu Istambul e São Paulo, e todo mundo veio falar que era o, como fala, que era o Facebook que organizava as coisas, aí começou a ficar me incomodando, o papel do Facebook. Falei, gente o Facebook não fez nada, o Facebook, é que nem um aparelho celular, você tem um instrumento tecnológico que te ajuda a se organizar, você pode ter um celular, você pode ter um computador, antes tinha máquina de escrever, você pode escrever à mão, ou então enfim de outra forma. Antes você tinha que ir a pé fazer os deslocamentos a pé, agora você pode pegar avião, avanço tecnológico, a comunicação fica mais rápida para todo mundo, inclusive para a militância (...) (ENTREVISTADO 1, 2016).

Tal preocupação com o monitoramento do Estado e seus desdobramentos repressivos é eminente, e deixa claro algo que é de suma importância ao pensamento anarquista: sua crítica radical ao Estado. Mesmo que seja um Estado Republicano e Democrático, ou um Estado socialista, o Estado é sempre visto como adversário aos objetivos anarquistas. Deste modo, qualquer elemento que remeta ao controle do Estado sobre suas ações e movimentos será rechaçado; a busca por driblar e mesmo criar

tecnologias para tal escaramuça é uma prática confirmada pelos anarquistas. É de destaque a noção de que as mesmas tecnologias que beneficiam as classes dominantes, seu controle e seu domínio não aparecem de forma “determinista”, uma vez que a entrevistada 1 (2016) faz questão de ressaltar que as mesmas tecnologias que servem ao controle, facilitam também o movimento político, suas mobilizações e sua comunicação e amplificação. Longe de tornar a tecnologia elemento “determinante” dos processos de luta, como fazem entender amplos setores intelectuais, inclusive da esquerda, a entrevistada 1 aponta que o movimento e sua prática é que constroem as mobilizações, sendo a tecnologia parte deste e não o elemento determinante.

Soa-nos evidente que estes aspectos relacionados ao combate às tecnologias de controle não são meras preocupações de ordem teórica e filosófica, mas elementos que moldam as práticas e “ações diretas”, sendo marcante a busca por desenvolvimento de tecnologias alternativas de proteção aos membros do movimento “(...) desde o advento dos computadores, você tem sempre um grupo, grupos autônomos e anarquistas pensando o desenvolvimento de tecnologia de hardware e softwares, com o intuito tanto de você ter uma internet e meios de comunicação mais livres (...)” (ENTREVISTADO, 4).

Outra área de interesse, que relaciona a apropriação de ferramentas tecnológicas por parte de movimentos sociais, e logo anarquistas, se dá em meio à questão da comunicação, que em seu sentido midiático aparece como uma preocupação premente no movimento anarquista. O Entrevistado 7 (2016) faz referência à apropriação e disputa pela narrativa dos fatos protagonizados pelas mídias anarquistas e libertárias, ganhando destaque a Indymedia: iniciativa do fim da década de 1990 e início dos anos 2000 dotada de um certo pioneirismo em meio aos movimentos sociais, cujo foco foi o desenvolvimento de uma plataforma mundial na *web* para notícias relacionadas a mobilizações anticapitalistas (LUDD, 2002). Há um grande destaque para com as ferramentas informacionais da *web*, que, como traz a Entrevistada 1 (2016), possibilitam a circulação das próprias obras anarquistas na rede. A disponibilização de obras por meio da *internet*, e em formatos gratuitos, aparece como uma preocupação dos entrevistados, confirmando a ideia de que as tecnologias informacionais do mesmo modo que corroboram com o projeto de dominação por suas possibilidades de controle, apresentam também a possibilidade de maior divulgação e distribuição das ideias e teorias anarquistas.

Aparece também a preocupação com a autodefesa do movimento. Neste tema, circunscrevem-se os *Black Blocs*, objeto de profundo interesse deste trabalho, que ganham protagonismo na seguinte fala do Entrevistado 6,

(...) o *Black Bloc* é uma estratégia política, e uma tecnologia de batalha, o *Black Bloc* não é um coletivo, não é uma instituição política, *Black Bloc* não são pessoas é uma estratégia. Qualquer um pode fazer, não importa a vertente política, e infelizmente sabemos hoje que tem *Black Bloc* até à direita hoje em dia, mas é isso o *Black Bloc* é uma tecnologia e que na época a gente tinha essa dimensão e usava dessa forma e usava como uma estratégia, não foi proposital, mas acabou que convergiu. Nessa época, nessa manifestação acabou tendo uma convergência para uma estratégia e uma estética de ato. Então por um acaso o MPL tinha faixas negras que levava na frente do ato e falando contra o aumento da tarifa, o *Black Bloc* se vestia de preto. Tinha acabado de passar as manifestações da Turquia, que por ser uma região ali do Oriente Médio, muitas pessoas cobriam o rosto. Então meio que estava assim espalhado pelas pessoas essa cultura de ir para o ato de máscara. O engraçado é que ao mesmo tempo que existia um *Black Bloc* muito consolidado nos atos, todas as outras pessoas que iam para o ato cobriam o rosto, não importa se você era *Black Bloc* ou não, era realmente uma cultura de cobrir o rosto por segurança, e ao mesmo tempo era uma coisa que facilitava a atuação do *Black Bloc*. Essa foi a estratégia, o *Black Bloc* em 2013 servia simplesmente para uma estratégia de defesa nossa contra a violência policial, (...) (ENTREVISTADO 6, 2016).

Este aspecto da entrevista revela elemento fundamental para a compreensão do papel da violência dentro dos movimentos que contam com certa influência anarquista. As reflexões anarquistas, arraigadas no anti-estatismo, acabam por defender o não reconhecimento da legitimidade da violência do Estado, em especial a violência contra as classes exploradas. Nesse sentido, animado pela noção de “ação direta”, o anarquismo assume em suas diferentes expressões a possibilidade de auto-organizar forças de defesa de mobilizações sociais. O Entrevistado 6 (2016) apresenta o *Black Bloc* como um rol de técnicas e, porque não, como uma “tecnologia de batalha”, que mobiliza certos aspectos organizacionais, estéticos, técnicos e políticos para o combate às forças da repressão, e mesmo para ataque às instituições capitalistas. Nesse sentido, o próprio *Black Bloc* aparece como uma “tecnologia” anarquista de combate, uma das tantas manifestações da “ação direta”, que visa responder, de acordo com as possibilidades do movimento, às investidas repressivas do Estado.

Em síntese, constatamos que os usos da tecnologia, quando localizados no “campo” anarquista, devem ser compreendidos sobretudo pela noção de “ação direta”, claramente relacionada aos princípios classistas e à crítica ao Estado por parte dos anarquistas. Tais elementos do corpo teórico doutrinário do anarquismo produzem um rol de experiências e práticas de profunda importância, dentro daquilo que são as tecnologias sociais.

4.4.4 TECNOLOGIA E GÊNERO

Este tópico aponta para as temáticas que correlacionam pensamento anarquista, tecnologia e os debates de gênero. Deste modo, demonstramos a vital importância da audiência de anarquistas do gênero feminino. E esse ponto de vista em nosso trabalho é crucial, na medida em que as mulheres anarquistas entrevistadas trouxeram especial atenção para as questões de tecnologia e gênero. É importante destacarmos que o tema de gênero aparece nas representações conectadas ao pensamento ácrata, não como debate externo a tal “campo”.

As Entrevistadas 1 e 2 apontaram que um dos diferenciais do movimento anarquista é trazer para si o debate de gênero, algo que entendem não ocorrer ou ocorrer em menor grau nos movimentos de orientação marxista. Segundo as entrevistadas, tal negligência do pensamento marxista acontece devido a uma visão que privilegia apenas as transformações econômicas, ou seja, a supressão da propriedade privada, relegando a uma etapa futura da revolução a emancipação feminina. Nesse sentido, a crítica é apontada para um dos principais adversários históricos do movimento anarquista em meio ao movimento socialista, que é o marxismo, considerado pelo “campo” anarquista como sendo “etapista”. Outro elemento que as entrevistas 1 e 2 atribuem ao pensamento marxista é o “determinismo” econômico que existe na doutrina marxista, no qual afirma que a emancipação econômica das classes exploradas deve ter como uma das consequências a extinção das assimetrias de gênero também. O Entrevistado 6 (2016) aponta para críticas de igual envergadura ao relacionar o debate de gênero ao marxismo.

Deste modo, um dos aspectos que se apresenta como motivação às entrevistadas e ao entrevistado para a participação no movimento anarquista se localiza justamente no lugar que este atribui as causas de gênero. Tais entrevistados destacam que a importância e destaque que o pensamento anarquista atribuiu às questões de gênero foi um aspecto importante em suas escolhas por tal corrente política e não pelo marxismo.

O Entrevistado 4 (2016) chama a atenção para um tema caro deste trabalho, que é a noção das determinações da tecnologia em relação à sociedade, demonstrando por meio de sua reflexão, embasada em leituras de autores clássicos do anarquismo, que por mais que a sociedade capitalista e seu desenvolvimento tecnológico tenham criado bases materiais para a emancipação do trabalho feminino, os imperativos políticos ainda os impediam:

Para o anarquismo, e eu lembro muito uma discussão que eu gosto de fazer, existe primeiro um entusiasmo em um primeiro momento do anarquismo com a tecnologia que é cético. Tem um texto do Kropotkin, em que ele vai falar sobre o trabalho doméstico, e ele vai falar do advento das máquinas como uma possibilidade de emancipação da mulher do serviço doméstico, então ele estava

falando sobre máquinas de lavar, como uma possibilidade, de lavar roupa, como uma possibilidade de diminuir a necessidade do trabalho doméstico, o trabalho doméstico naquele contexto, e ainda hoje muito atrelado à questão da dominação da mulher, e da sujeição da mulher nessa sociedade, e ele colocando como uma possibilidade efetiva de ressignificar o cotidiano do trabalho, a tecnologia interferindo nisso. Só que isso dentro de uma perspectiva de reflexão bem profunda e entendendo que enquanto as bases econômicas e políticas da sociedade não mudarem, essa libertação, essa tecnologia não estará a esse serviço (...) (ENTREVISTADO 4, 2016).

Como vimos neste tópico, é um debate vivo em meio ao anarquismo a necessidade de libertação da mulher e a relação destas reflexões relacionadas ao gênero e com a crítica às expressões do “determinismo” tecnológico, que relegam a luta por mudanças culturais para o segundo plano.

4.4.5 TECNOLOGIA, ECOLOGIA E CRÍTICA AO DOMÍNIO DA NATUREZA

Outro tema recorrente nas reflexões anarquistas é a relação entre a tecnologia, o capitalismo e os problemas ecológicos que a sociedade moderna vem enfrentando. Na atualidade, muitas reflexões teóricas do anarquismo partem de Murray Bookchin (2016). O conceito chave deste autor é o de “ecologia social”, que compreende a ideia de que os problemas ambientais não podem ser compreendidos, tampouco resolvidos, sem o enfrentamento dos elementos de devastação gerados pelo sistema social capitalista. T tamanha preocupação com o meio ambiente já se encontrava presente no anarquismo clássico, por exemplo, as obras de Élisée Reclus, militante anarquista contemporâneo a Bakunin, que também esteve presente na Comuna de Paris de 1871. Reclus, além de militante, foi um geógrafo de grande envergadura, considerado por muitos militantes anarquistas um dos precursores da ecologia (FERREIRA, 2006) e inspirador de Bookchin e suas noções de “ecologia social” (ALMEIDA, 2015).

Corrêa (2016) dimensiona esta problemática dentro da crítica que o anarquismo estabelece ao capitalismo e sua forma de desenvolvimento. Ele constrói sua crítica inspirado em Bookchin, porém, ressalta que discorda da centralidade que Bookchin atribui à questão ambiental, colocando-a, inclusive, como mais relevante do que a problemática relacionada às classes sociais. Corrêa (2016) compreende que as classes dominantes são, em larga medida, responsáveis pelo agravamento dos problemas ambientais. Em um sentido muito parecido, a Entrevistada 1 (2016) sugere que a planificação auto-gestionária e a mudança para uma sociedade socialista libertária seriam os meios para sanar os problemas ambientais, já que os recursos naturais seriam geridos em proveito da sociedade.

A entrevistada 2 (2016) apresenta o problema ambiental em meio a um determinado modelo de ciência, a “ciência moderna”, que prima pelo domínio da natureza e não por formas sustentáveis e harmônicas de convívio com a mesma. O Entrevistado 5 (2016) refere-se a um modelo de “engenharia” proveniente de um determinado modelo de ciência, que busca “encaixar” a natureza em seus projetos, negligenciando as problemáticas ambientais e ecológicas que podem derivar de seu modelo de exploração,

(...) essa crítica nossa, da nossa tecnologia, e entender as outras tecnologias diversas acho que, não só de outros povos, que tem também diversas formas de técnicas, e também nem só técnicas ferramentas, ou ferramentas que são que tenham o intuito de atingir um objetivo muito claro, né, porque a gente tem também muito essa visão de engenharia da coisa, que é achar que o faz um projeto, e vai lá e pega da natureza o que tiver e se encaixa naquele projeto (...)
(ENTREVISTADO 5, 2016).

Entendemos que quando o Entrevistado 5 (2016) refere-se a “nossa”, ele está se referindo ao modelo ocidental de produção e reprodução tecnológica como sendo um modelo ecologicamente inviável, contudo, o entrevistado não está dizendo isso no sentido de “essencialmente” negativo. Os anarquistas apresentam uma visão ecológica inspirada por diferentes linhas de pensamento, seja por uma linha relativista, como a demonstrada pelo Entrevistado 5 (2016), ou como a que aparece na entrevista de Corrêa,

(...) estou sugerindo pensar a destruição do meio ambiente como fruto do capitalismo, cujo os atores principais são as classes dominantes, e estou sustentando que em qualquer sociedade socialista sem classes, autogestionária, ao mesmo tempo que a tecnologia deve ter condições de subsidiar a produção e a reprodução da vida, deve haver uma preocupação grande com a preservação do meio ambiente e uma tentativa de conciliar e de escolher aqueles meios que tenham impacto do ponto de vista ambiental menos significativo (CORRÊA, 2016).

Tais pontos de vista são extremamente relevantes para a compreensão sobre que tipo de “representação” de tecnologia povoa o “campo” anarquista, na medida em que boa parte do pensamento “determinista” em relação à tecnologia – em sua versão “pessimista” – deriva do pensamento ecologista e ambientalista. Este último pensamento, na sua versão de “anarquismo verde” ou “anarco primitivismo”, compreende a tecnologia como sendo necessariamente instrumentalizada para a dominação do homem pelo homem, bem como para a dominação da natureza, sendo os problemas que derivam da tecnologia intrínsecos à tecnologia. Corrêa (2016), por sua vez, faz questão de sublinhar na entrevista concedida que este é um ponto de vista sem relação com a teoria produzida pelo “campo” anarquista historicamente, que bebe de autores de matizes outras. Para Corrêa, esse ponto de vista “verde” não faz parte do arco teórico anarquista.

Como vimos, o anarquismo recusa o “determinismo” tecnológico. Mesmo compreendendo e buscando fornecer reflexões acerca da problemática ambiental, o “campo” anarquista, em sua expressão atual, busca situar os problemas relacionados à destruição ambiental em meio aos problemas sociais, recusando-se, em sua maioria, a compreender os problemas ambientais por meio do “determinismo” tecnológico.

4.4.6 TECNOLOGIA E COLONIZAÇÃO: RACISMO X ANTICOLONIALISMO, ANTI-IMPERIALISMO E RELATIVISMO

Este tema abarca uma preocupação que se demonstra presente no “campo” anarquista desde a sua formação histórica, nos inícios da constituição do socialismo moderno e suas correntes. Bakunin travou batalha teórica com Engels em prol dos índios mexicanos e sua autodeterminação, os quais, na visão de Engels, eram um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas (CORRÊA, 2015). Corrêa faz questão de recordar tal ponto de vista do anarquismo em sua entrevista, afirmando que o anarquismo não segue o “determinismo” das forças produtivas, isto é, o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas viabilizará a ascensão da classe operária estrito senso. Corrêa faz questão de enfatizar a importância das populações originárias e de suas lutas contra a colonização e também pela autodeterminação, enfim, tudo isso aparece, para o autor, como relevantes no pensamento anarquista.

Desta maneira, Corrêa aponta para a crítica que o anarquismo estabelece sobre a noção de assumir os meios de vida modernos – e, por consequência, a ciência e a tecnologia moderna – como “evoluídos”, logo, necessariamente superiores a modelos outros de existência econômica, social e política. Nesse sentido, Corrêa menciona o marxismo como uma corrente que alimenta certo afã “evolucionista”. Em um sentido distinto, mas que guarda certa relação com a temática que Corrêa (2016) levanta, a Entrevistada 2 (2016) comenta a importância do anarquismo não estabelecer hierarquias sociais acerca das modalidades de conhecimento, inclusive ela recorda que um rol enorme de práticas produtivas dos povos (por exemplo, a agricultura) teve sua elaboração fora do contexto científico. A Entrevistada 1 (2016) remete-se a tal tema, porém, naquilo que são os aspectos positivos do pensamento anarquista. Ela observa que em uma sociedade autogestionada os próprios povos poderão gerenciar e definir o uso de seus recursos, bem como poderá existir uma divisão territorial que respeite as distintas formações culturais, garantindo-lhes autonomia.

A entrevistada 1 (2016) ainda se refere ao cuidado que o próprio anarquismo deve ter com práticas etnocêntricas. Como exemplo, ela cita um amplo setor libertário, que tem afinidade com o vegetarianismo, e acaba por endossar a criminalização de religiões de matriz africana devido à presença de sacrifícios de animais em parte de seus rituais. Dentre os entrevistados, o de número 5 (2016), ao que tudo indica, é quem deposita mais relevância neste tema. Existe um movimento relevante que busca combinar o pensamento antropológico às premissas anarquistas. À esta manifestação do pensamento ácrata, encontramos a denominação de “anarquismo experimental” (FALLEIROS, 2011). Na antropologia, as relações de domínio cultural promovidas pela verve etnocêntrica, como a crítica promovida a este modelo pelo “particularismo histórico” presente já nas obras de Franz Boas, são aspectos fundamentais. Nesta proposta de reflexão anarquista, hibridizam-se as principais contribuições antropológicas ao pensamento anarquista, vejamos,

(...) porque também o meu anarquismo se baseia muito nisso, nas reflexões do Lévy-Strauss, a questão dos povos ameríndios também. Então, às vezes, por exemplo, no Brasil, a gente tem uma ideia de que gambiarra, porra, coisa malfeita, é o jeitinho brasileiro, a gente faz uma gambiarra, mas isso não é legal. Mas o quanto que a gente não está se pautando de uma visão europeia da coisa, do colonizador, que a gente vai ter que fazer as coisas é daquele jeito, que ele tem um projeto que já veio pronto, a gente não consegue a gente tá tentando, mas não consegue, pô mas isso que a gente faz, é o que gente conseguiu fazer, e o que, que é isso, isso é uma coisa, você tem que entender isso, lidar com essas questões (ENTREVISTADO 5, 2016).

Aqui, as propostas anarquistas combinadas com os conhecimentos da antropologia com as relações de dominação interculturais aparecem de forma relevante, em que o exercício da alteridade, do dialógico e da defesa das populações indígenas, bem como a inspiração em suas práticas, é a tônica. Essa forma de pensar o anarquismo sugere que os povos indígenas e parte de suas práticas são intercambiáveis ao anarquismo e à sua legítima busca por uma sociedade radicalmente igualitária (social, econômica e politicamente).

Apesar de parte dos entrevistados não ter referenciado o tema em suas respectivas entrevistas, tampouco essa mesma parte apontou para uma perspectiva “evolucionista”, isto é, a noção de que a ciência e a tecnologia modernas são “triumfalistas”. Nesse sentido, o pensamento anarquista apresenta, como uma de suas preocupações, o respeito às distintas culturas e modelos societários.

4.4.7 A CRÍTICA À VISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS MARXISTAS¹²

A já histórica divergência entre anarquismo e marxismo se fez presente em nossa pesquisa. Destacamos que a crítica à corrente socialista, pensada à luz das teorias de Karl Marx, faz-se presente em várias entrevistas, relacionando-se com diversas “representações” e temas. Os embates entre pensamento anarquista e marxismo são um elemento recorrente nas entrevistas. Deste modo, julgamos as críticas libertárias ao modelo marxista de pensamento como um elemento relevante nas “representações” anarquistas.

Os entrevistados 1, 2 e 6 (2016), nesse sentido, são enfáticos ao perceberem o marxismo como uma corrente negligente no que se refere às outras opressões existentes na sociedade, assumindo, não raro, as determinações econômicas como centrais ou mesmo como as responsáveis diretas pelas demais opressões. Desta maneira, segundo o marxismo mais convencional, a compreensão é a de que o esforço dos socialistas deveria ser quase que exclusivo na busca por mudar aspecto econômico da sociedade. Segundo os entrevistados, tal compreensão acaba por fazer do marxismo uma corrente que subestima a necessidade de articulação em torno de questões de gênero, raça e ecologia.

¹² Referente às afirmações presentes neste texto em relação ao marxismo, reconhecemos que o anarquismo e os anarquistas, relacionam-se em larga medida com o “marxismo ortodoxo”, aquele que toma os meios de produção e relações econômicas como centro analítico, e que compreende as transformações sociais como uma sucessão de transformações nas forças produtivas, entendendo o comunismo como face superior das forças produtivas. Como João Bernardo (2009) aponta estes elementos aparecem na obra de Karl Marx, porém contraditoriamente articulados com aquilo que Bernardo denomina “marxismo das relações sociais”, ou, “marxismo heterodoxo” que privilegia em suas análises a reflexão acerca das relações “alienadas” em meio ao capitalismo, e por isso compreende os processos de transformação social como a auto emancipação proletária. Cabe destacar que o “marxismo ortodoxo”, sempre teve maior força política, e isso se deve aos aspectos apresentados por Corrêa (2015), a ascensão dos Estados Socialistas, sobre a égide do “socialismo real” (talvez a manifestação mais influente do “marxismo ortodoxo”), permitiu que o pensamento marxista fosse mundializado com maior facilidade graças ao financiamento e força política global da URSS. Ao mesmo tempo, reconhecemos que tal processo foi contraditório, e a luz das contribuições de Perry Anderson (1989) é possível perceber que o marxismo acaba por buscar espaço na academia, em grande medida pela repressão Stalinista, ocorrida nos pós primeira guerra mundial. Se a primeira geração que é a geração do próprio Marx, de pensadores marxistas estava bastante conectada as lutas sociais da época, a segunda ainda mais engajada tendo Lenine como maior expoente de intelectual que reflete acerca dos acontecimentos e elementos referentes ao processo de construção da luta de massas em busca da revolução social, as gerações subsequentes a I Guerra Mundial, encontram Partidos Comunistas tomados pelo chauvinismo, e pelo controle intelectual Stalinista, o que os faz assumirem posturas seja de afastamento e independência intelectual, ou ainda de “acordos tácitos”, como os intelectuais que permanecem nos Partidos Comunistas, todavia porém sem exercer influência nas resoluções práticas, porém com liberdade para a produção intelectual mesmo que em conflito com o pensamento stalinizante. Ainda aqueles que enfrentaram tal autoritarismo sofreram expurgos sumários e isolamento, quando não destino mais atroz e brutal em campos de concentração, prisões e mesmo assassinato. Nessa nova etapa do pensamento intelectual marxista, demonstra Perry Anderson, este acaba por se isolar na academia, e pouco se relacionar com as massas, ao mesmo tempo que acabou encontrando temas novos e mesmo conciliando-se com esquemas teóricos e epistemológicos contrários, ou, divergentes do próprio marxismo. Ainda observa Anderson, que se nas primeiras gerações o marxismo era predominantemente produzido por intelectuais de origem oriental (Europa oriental e Ásia), a partir da terceira geração a maior força intelectual do marxismo é proveniente do mundo ocidental (ANDERSON, 1989).

Como observamos, tais críticas são bastante encarnadas na visão de marxismo que impera no “campo” anarquista. Nesse sentido, os anarquistas assumem aquilo que compreendem como marxismo para depois criticá-lo aos montes, em alguns casos infirmá-lo, principalmente nas lutas políticas de massa. É fato que o pensamento marxista é diverso; e também é fato – levando-se em conta nossos entrevistados e as críticas mais circulantes no meio anarquista – que as críticas libertárias não esquadrinham o todo do pensamento marxista, mas sim um determinado modelo de marxismo que se consolidou historicamente como hegemônico: o “marxismo ortodoxo” das “forças produtivas”. Segundo João Bernardo (2009), cabe destacar que o marxismo dito “heterodoxo” ocupa menor expressão histórica (e mesmo teórica) dentro do “campo” marxista.

A Entrevistada 1 (2016) aponta ainda uma crítica clássica por parte dos anarquistas em direção ao marxismo, a saber, a crítica ao modelo organizacional. Esta crítica ao modelo de partido se refere, em geral, ao partido compreendido como “partido leninista”, que conta com uma direção que se sobrepõe aos demais, isto é, um partido que conta com hierarquia interna. Apesar de ser uma admiradora da capacidade de partidos de orientação leninista convergirem para análises e intervenções políticas que julga mais “sólidas” (por vezes) que as anarquistas, ela rechaça a hierarquia, inclusive ela aponta as propostas horizontais do anarquismo, que, no caso dela, foram os elementos decisivos para sua filiação ao anarquismo. A entrevistada 1 ainda critica a postura flexível que têm os marxistas para com as eleições burguesas, afinal de contas, é notória a maior afinidade dos anarquistas com a recusa às eleições burguesas, sendo historicamente marginal a posição anarquista que defende a participação tática nas eleições, diferentemente do marxismo, que possui uma vasta história de participação em pleitos burgueses.

Corrêa busca fundamentar com maior precisão teórica de onde provem as grandes diferenças teóricas do pensamento anarquista em relação ao pensamento marxista, fundamentalmente no que se refere às questões por nós consideradas como relacionadas aos estudos CTS,

Por outro lado, eu queria fazer o apontamento de que os anarquistas também, de um ponto de vista histórico nunca consideraram essa visão que eu também acho um pouco determinista, teleológica, de que necessariamente o avanço das forças produtivas produziria um novo sujeito que seria o proletariado urbano industrial, e que seria esse o sujeito da nova, capaz de promover a transformação e o socialismo e etc. O que eu estou dizendo é que os anarquistas ao mesmo tempo que pensam a estratégia e não elegem o proletário urbano industrial como único sujeito capaz de fazer a transformação, isso significa que de um ponto tecnológico, não se deve estimular a qualquer custo o desenvolvimento das forças produtivas. O Engels por exemplo no contexto ali de 1848, quando os Estados Unidos vão tomar lá parte do México ele vai justificar, essa tomada dizendo que aquilo ali faria

um bem para aquela região, palavras dele, "de índios preguiçosos", e ia proporcionar a industrialização de uma região atrasada e portanto criar as condições para que se forjassem novos sujeitos e que teriam condições de impulsionar uma transformação rumo ao socialismo. O anarquismo como não parte dessa chave, não vai partir dessa justificativa de querer impulsionar o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas a qualquer custo. Entre os anarquistas isso deve ser feito na medida em que contribuir em uma sociedade presente, com o avanço de uma estratégia revolucionária e socialista, e em uma sociedade futura com a preservação, tanto com a garantia de uma sociedade socialista, autogestionária, igualitária, libertária, mas também com a preservação do meio ambiente, com as culturas autóctones. Com tudo isso que eu acho que não tem como ser suprimido, em uma sociedade de fato, que os anarquistas acreditem ser possível no futuro. Então, quer dizer ao mesmo tempo que há uma posição em favor da tecnologia, que acha que ela tem um potencial emancipador, que ela pode contribuir em uma sociedade futura, não se trata isso como algo que deveria ser feito a qualquer custo e implicando em uma série de outras atrocidades como exemplo do México que por exemplo eu citei (CORRÊA,2016).

Para grande parte do “campo” anarquista, o pensamento marxista nutre aspectos que podem ser considerados “evolucionistas”, ou mesmo teleológicos, que se assimilam na área CTS àquilo que Bazzo (2003) percebe como “determinismo tecnológico triunfalista”, isto é, uma visão positiva da tecnologia, sendo esta portadora de progresso e positividade para a sociedade. Como destacamos, as críticas anarquistas se voltam a elementos daquilo que compreendem como marxismo. Nesse sentido, suas críticas não contemplam a pluralidade do pensamento marxista, pelo contrário, suas críticas percebem o marxismo como sendo um bloco hegemônico.

CAPÍTULO V

ANARQUISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

5.1 ANARQUISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O pensamento anarquista, como abordado por Corrêa em seu “Bandeira Negra discutindo o anarquismo” (2015), acabou nos estudos acadêmicos, ou nas obras do próprio “campo”, por ser mal definido conceitualmente, sendo em larga medida aprendido como uma manifestação anti-estatista, que aparece como resistência ao poder do Estado ao longo da história (CORRÊA, 2015). Tal definição imprecisa e incoerente, como pontua Corrêa (2015), acaba por assimilar ao anarquismo uma gama de movimentos, intelectualidades e mesmo reflexões que pouco têm a ver com uma definição sociológica e histórica do anarquismo. Tal equívoco teórico, percebido por Corrêa (2015), acaba fazendo o anarquismo parecer uma manifestação histórica heterogênea, bastante multifacetada, em que boa parte das reflexões, experiências e propostas sequer parecem ter algo verdadeiramente coerente: a maior excecência disso é a ideia de anarcocapitalismo, cujo corpo doutrinário é composto de autores de linhagem neoliberal.

Assombrado com tudo isto, Corrêa (2015) busca desenvolver um conceito de anarquismo que contemple dimensões sócio-históricas – tal conceito é, inclusive, o aceito para este estudo. Corrêa toma o anarquismo como um movimento político-ideológico, formado na segunda metade do século XIX, em meio ao movimento operário, baseado sobretudo nas críticas à centralização do poder político no Estado e na propriedade privada, sendo ambos a base fundamental da exploração capitalista. Corrêa apresenta como propostas de transformação a socialização dos meios de produção e a descentralização política por meio do federalismo (CORRÊA, 2015).

Nosso estudo aponta para uma perspectiva que pode ser aproximada daquilo que Corrêa (2015) compreende como anarquismo, no sentido que nossas observações se aproximam das suas definições e se reconhecem em larga medida nelas. Deste modo, o que podemos compreender por meio de nosso estudo de “campo” é que o anarquismo, em especial o anarquismo brasileiro, tem uma concepção de ciência e tecnologia coesa, isto é, suas percepções de ciência apresentam coerência e proximidade. Assim, por meio deste trabalho de pesquisa, é possível afirmarmos que existe uma contribuição e reflexão anarquista em torno da ciência e da tecnologia.

Em larga medida, o anarquismo e suas reflexões são atravessadas pela crítica à sociedade de classes, considerando também que a ciência e a tecnologia não escapam a tais determinações sociais. Um dos grandes motes das reflexões anarquistas se refere à noção de que a ciência e a tecnologia encontram-se imersas nas relações de poder econômicas, sociais e políticas; contudo, ressaltamos que essas reflexões anarquistas em questão não colocam a ciência e a tecnologia em um esquema “determinista”, tampouco consideram que todas as tecnologias são positivas e promotoras do progresso. Imperativos outros, como as questões ecológica, de gênero, raça e etnia, são caros às reflexões anarquistas, e aparecem como pano de fundo também das reflexões sobre ciência e tecnologia. Tais questões se apresentam como preocupações, as quais a tecnologia não aparece como capaz de libertar os segmentos oprimidos, assim como não é vista como elemento opressor, sendo considerada como “relacional”.

A perspectiva crítica às noções “deterministas” é eminentemente a posição hegemônica no “campo”, sendo a ciência e a tecnologia inseridas nas reflexões globais do anarquismo acerca da sociedade. Nesse sentido, a ciência e a tecnologia devem ser pensadas no contexto de uma sociedade de dominação e exploração de classe, sociedade esta que o anarquismo quer transformar para uma sociedade de igualdade econômica, política e social via “ação direta” das classes exploradas, afinal, é dever de um movimento revolucionário transformar os meios de produção e instituições sociais e políticas, bem como a ciência e tecnologia, em bens comuns e autogeridos para o benefício de uma sociedade socialista. Assim pensam nossos entrevistados também.

O enfoque teórico, no sentido de teoria científica que acolhe para suas análises, revela uma diversidade, ou mesmo ecletismo, no “campo” anarquista, pois este não elege um modelo de análise único. Pelo contrário, ele se serve das mais diversas produções científicas para suas reflexões e análises em proveito do anarquismo. Deste modo, o princípio unificador do anarquismo e suas concepções de ciência e tecnologia remetem a sua crítica ao sistema capitalista e ao Estado e suas instituições sociais. Já a sua proposta de modificação remete-se para uma sociedade federalista e autogestionária, por meio da ação direta das classes exploradas. O que mais uma vez vai ao encontro das contribuições conceituais do anarquismo encontradas em Corrêa (2015). A única exceção a tal modelo se encontra no “anarquismo experimental”, que aponta para um anarquismo que bebe das fontes da antropologia e de exemplos de convivência não hierárquica de populações ameríndias.

A ciência e a tecnologia não fogem a este propósito anarquista; o que acontece com frequência, segundo as entrevistas, é a crítica às finalidades da ciência e da

tecnologia no contexto moderno, no qual servem à exploração e reproduzem a ideologia dominante. Porém, longe de serem rechaçadas, a ciência e a tecnologia devem ser apropriadas pelos anarquistas, bem como pelas classes subalternas, para que por meio da “ação direta” sirvam aos propósitos da emancipação. A Entrevistada 2, de forma bastante concisa, aponta para este aspecto,

É mano, boa pergunta, eu acho que, pensar se existiria Universidade é o começo, porque hoje a ciência e a tecnologia, o lugar delas é dentro da sociedade, pelo menos assim a produção. Mas a sua disseminação está em tudo, é eu acho que a ideia é que existisse uma valorização de todos os conhecimentos, então nem sei se a ciência ia existir tal como ela é hoje, assim, mas acho que a ciência seria uma das formas de conhecimento, da sociedade, além dos conhecimento dos povos, mas também ao mesmo tempo acho que todos os povos iam ter a possibilidade de criar e de um fazer científico (...) Então eu acho que o lugar seria esse, primeiro as nossas coisas iriam ser construídas pensando no bem, no bem comum, e elas estariam sendo construídas ou tendo a possibilidade de serem debatidas por toda sociedade, não seria um grupo de pessoas responsáveis por produzir ciência e enfiar goela abaixo das pessoas. Acho que vai até para o campo da ética mesmo do produzir da ciência e da tecnologia, é acho que, o espaço da Universidade, talvez até ele deveria existir, porque é nesse, apesar de entender que todos esses conhecimentos produzidos são tecnologia, seria massa ter lugares onde, lugares específicos, onde eles pudessem ser trocados né, e socializados (ENTREVISTADA 2, 2016).

Em larga medida, o anarquismo busca a mudança do modelo de produção científica e tecnológica. No trecho acima, aparecem com vigor novamente as posições já preconizadas por Bakunin, lá no fim do século XIX. O trecho aponta os aspectos críticos que Bakunin (2003), de algum modo, já ressaltava, a saber, os problemas da divisão social do trabalho – trabalho intelectual e manual –, que acabam por afastar a ciência e a tecnologia da sociedade, colocando-as a serviço das classes dominantes e seus propósitos. O Entrevistado 4 (2016) remete-se à tecnologia como elemento que compõe a história da humanidade, e inclusive é parte imanente desta, na medida em que é impossível separar a espécie humana de seus constructos tecnológicos. Nesse sentido, a tecnologia deve fazer parte dos propósitos da sociedade anarquista:

Pensando a tecnologia como a transformação da natureza, por assim dizer, dos meios, das coisas, ou das relações ou algo que muda de alguma forma as relações, eu acho que ela vai continuar tendo um papel central, como ela teve ao longo desse desenvolvimento não tão recente da humanidade, a tecnologia tem tanto a questão da física, dos aparelhos que a gente pode, pensando nisso, quais são os nossos problemas, o que a gente pode criar que ajude, e nos ajude, e não nos sujeite, a resolver alguma questão, ou ter um tipo de dinâmica ou de conforto social, que nos garanta, que nos seja positivo(...) (ENTREVISTADO 4, 2016)

De forma geral, o anarquismo reflete sobre os fins e usos da tecnologia e da ciência, defendendo colocá-las a serviço do todo social, em favor do interesse da maioria

das pessoas para seu conforto e bem-estar. O projeto anarquista visa à socialização da tecnologia e da ciência, com a ressalva de que devem ser excluídas as tecnologias que não tenham sua existência combinada ao equilíbrio ecológico. O anarquismo, longe de negar a ciência e a tecnologia, visa se apropriar destas para o desenvolvimento da igualdade em todas as esferas.

5.2 O ANARQUISMO E AS CORRENTES NO ESTUDO DE CAMPO

Novamente, servimo-nos do arcabouço conceitual de Corrêa (2015), que aponta para duas correntes anarquistas: a de “massas” e a “insurrecional”. Estas correntes são fundamentalmente distintas para Corrêa (2015), pois elas assumem estratégias diferentes, decorrentes de distintas reflexões. Tanto uma quanto a outra apontam para modelos de “ação direta” distintos. O anarquismo de “massas” investe na construção de organizações de classe para acúmulo de força social, com o objetivo de promover a ruptura por meio de uma revolução social. Na corrente “insurrecionalista”, o processo de ruptura perpassa pela ação de grupos de afinidade, que por meio de ações de força e conflito aberto com o Estado acabam por desencadear um processo de luta avançada, que deve levar à revolução social almejada pelos anarquistas. Como já tematizado neste trabalho, a corrente “insurrecional” aponta também, em alguma medida, para noções “deterministas” da tecnologia, que inclusive aparece como o nêmeses de tal corrente, assim sendo alvo de sua ação direta e “insurgência”.

Por meio de nosso trabalho de estudo e pesquisa, constatamos ser pouco provável que exista uma grande presença de partidários do “insurrecionalismo” no Brasil, apesar de que parte de seu arcabouço prático e algumas de suas “representações” possam habitar o senso comum. Nossa pesquisa aponta para um anarquismo brasileiro, em seu presente, hegemonizado pelas perspectivas ideológicas, teóricas e políticas do anarquismo de “massas”. Sendo assim, a ciência e a tecnologia se circunscrevem, majoritariamente, nas reflexões desenvolvidas por esta corrente. A despeito do “campo” ter apresentado certa pluralidade, não o faz a partir de estratégias distintas, elemento definidor das correntes para Corrêa (2015). Nesse sentido, conforme percebemos em nossas entrevistas e observações, o anarquismo de “massas” hegemoniza os meios anarquistas atualmente, salvaguardada a expressão do “anarquismo experimental”, que se encontra com menor representatividade no Brasil; apesar de o experimentalismo ter

uma leitura singular de anarquismo, suas práticas e estratégias não se configuram como parte do arcabouço “insurrecionalista”.

5.3 ANARQUISMO DE MASSAS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Como destacamos por meio de nosso estudo de “campo”, as representações de ciência e tecnologia do campo anarquista se circunscrevem dentro de noções “sociotécnicas”. Apesar das críticas decorrentes do papel que cumprem a ciência e a tecnologia, tal compreensão parte da ideia de que a força que estas jogam na exploração e dominação decorrem do contexto social, e não de uma intrínseca característica desta. Mesmo na leitura “experimental”, não há uma crítica “determinista” à tecnologia, mas sim um apontamento para um relativismo cultural, que busca encontrar inspiração em civilizações outras que não as civilizações modernas e ocidentais: ameríndias, por exemplo.

As reflexões que derivam do anarquismo de “massas” têm sua gênese ainda no interior da primeira AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), sendo uma obra sintetizadora de tal abordagem as críticas presentes no livro de Bakunin “A Instrução Integral” (2003). Bakunin observa que no capitalismo é proeminente no desenvolvimento da ciência e tecnologia a acumulação capitalista, bem como o uso do conhecimento para dominação por meio da divisão social do trabalho, principalmente entre trabalho intelectual e manual. Aparecem como proposta de transformação, segundo Bakunin, o fim da divisão social do trabalho e a tomada direta da ciência e tecnologia por parte das associações operárias. Como observamos nas entrevistas obtidas nesse trabalho, as “representações” de ciência e tecnologia dos anarquistas brasileiros se aproximam bastante deste ponto de vista.

5.4 ANARQUISMO, ESTRATÉGIA, VIOLÊNCIA E TECNOLOGIA

Com base em nossas observações, afirmamos que o modelo predominante de anarquismo no Brasil deriva do anarquismo de “massas”, o que gera uma problemática relevante para reflexão. É notório que as ações *Black Bloc*, tão fervorosamente debatidas em meios midiáticos, políticos e mesmo acadêmicos, quando observados de maneira rápida, enquadram-se dentro dos marcos do que é um modelo “insurrecionalista”, tanto no que se refere ao seu modelo de “ação direta”, como naquilo que são seus moldes

organizacionais. Tais características se confirmam por meio da nossa observação, seja ela formalizada neste trabalho, ou aquelas que partem de observações derivadas da experiência militante do autor. Partindo da literatura especializada sobre o tema, confirmamos também aquilo que Depuis-Déri (2014) e Solano (2014) dizem sobre os *Black Bloc*, a saber: os *Black Bloc* têm um modelo de organização por afinidade e espontaneidade no mundo e no Brasil. Diante deste elemento, é necessário trazeremos esclarecimentos ao seguinte problema: de que maneira existem as estratégias “insurrecionalistas”, na ausência de sujeitos partidários de tal modelo?

Para respondermos a tal problema, é necessário retomarmos alguns aspectos tanto teóricos, como da base empírica de nosso trabalho. Corrêa (2015) evidencia que, a despeito de apresentarem diferentes estratégias e modelos organizativos, não é o uso da violência revolucionária que separa os anarquistas de “massas” e “insurrecionalistas”, mas o papel que ela (violência) joga em sua estratégia. O uso da violência revolucionária – uma das modalidades de “ação direta”, por parte dos anarquistas – é tido como um ponto pacífico da teoria do anarquismo, aceito por ambas as correntes, porém, tendo divergência na maneira como figura dentro da “estratégia” anarquista. Mesmo Malatesta e Kropotkin, notórios membros da corrente de “massas”, aventaram a possibilidade do uso da “propaganda pelo fato” (CORRÊA, 2015) em certo período de sua vida.

Se emprestamos os termos de um de nossos sujeitos, o Entrevistado 6 (2016), que se refere ao *Black Bloc* como uma “tecnologia de batalha”, apontando que se tomou parte do rol de práticas dos movimentos sociais das mais diferentes estirpes ideológicas, podemos compreender melhor que papel cumpre a corrente “insurrecionalista” no desenvolvimento do anarquismo no Brasil. Podemos entender que o *Black Bloc* aparece como uma “tecnologia”, um modelo de ação ao alcance de todos, podendo ser apropriado aos mais diferentes fins do movimento, sem necessariamente assumir uma forma estritamente “insurrecionalista”.

Em um contexto de violência policial indiscriminada contra os movimentos sociais, o *Black Bloc* – que aparece via de regra impulsionado pela ação de anarquistas – consiste em uma ferramenta de autodefesa de manifestações, evidenciando a violência por parte do Estado. O *Black Bloc* acabou se tornando um instrumento pertinente dos movimentos, na medida em que a violência policial é tomada por estes como fato dado. Conclusão parecida nos apresenta, em seu “Mascarados” (2015), a antropóloga Esther Solano, que percebe que os *Black Blocs* aparecem como uma resposta à violência policial.

Na medida em que a violência policial contra os movimentos sociais no Brasil é algo contínuo em nossa história, fazendo parte de nosso presente também, o ressurgir do

anarquismo, e por consequências das suas noções de “ação direta” nos idos de 2013, remeterão a respostas dentro deste marco por parte dos movimentos, em que práticas de autodefesa e desenvolvimento de medidas diretas para escapar e resistir à violência policial irão se tornar cada vez mais comuns, sendo o *Black Bloc*, neste contexto, a prática de autodefesa que mais atenção chamou da sociedade em geral. Ao mesmo tempo, por meio da espetacularização e sensacionalismo promovido por parte destas ações de resistência anarquista, o Estado buscou justificar uma escalada crescente de repressão, controle e violência institucional contra à militância e contra o ativismo no geral, ora conseguindo engajar a opinião pública nesta escalada, ora tendo de ceder ao movimento por ver seu discurso deslegitimado pela mesma, como no caso de 2013, no qual a violência policial se apresentou como um dos componentes que levaram milhões às ruas, em solidariedade aos movimentos contra o aumento da tarifa (JUDENSNAIDER et. al, 2013).

Desta maneira, em larga medida, o que define a presença de estratégias próximas daquilo que se entende como anarquismo “insurrecionalista” se dá pela crescente repressão, controle e violência do Estado, que provoca uma resposta dos movimentos sociais que desenvolveram técnicas capazes de fazer suas manifestações políticas viáveis em meio a um contexto de violência estatal. As técnicas de enfrentamento a tal violência, repressão e controle estatais, por parte do movimento *Black Bloc*, identificado com o “insurrecionalismo”, parecem bastante pertinentes no contexto brasileiro. A formação tática (bloqueios, barricadas e enfrentamento direto às forças de repressão) que busca defender os manifestantes em geral das manifestações fez com que as manifestações – que seriam facilmente desbaratadas pela polícia – tivessem relativo sucesso em seus propósitos.

O modelo de ação que parte de grupos de afinidade, ou seja, de pessoas que se conhecem e têm intimidade, traz dificuldade à infiltração, assim como ao controle, o que é reforçado pela omissão da identidade pelo traje *Black Bloc*, que facilita o aumento de suas fileiras por meio de um recrutamento espontâneo, visto que para aderir a tal tática é necessário muitas vezes a adesão ao bloco de forma espontânea, por meio da identificação estética. Esta estratégia permite que o bloco tanto cresça vertiginosamente, pois pessoas que se identificam com a prática simplesmente aderem a mesma no curso da manifestação, assim como desapareça com a mesma velocidade. Não são as práticas desenvolvidas sobretudo por grupos de natureza “insurrecionalista”, ou mesmo “tecnologias de batalha”, que trazem dissenso entre as correntes anarquistas, mas sim as maneiras pelas quais se enquadram dentro da estratégia anarquista. Este ponto é

bastante perceptível em nossas entrevistas, na medida em que nenhum dos entrevistados, por mais que em sua maioria sejam membros da corrente de “massas”, rechaçou a tática *Black Bloc*; contudo, os entrevistados inseriram a tática *Black Bloc* em contextos específicos, como a defesa do movimento de massas e a realização desta com adesão, ou ao menos a legitimação de setores das “massas”.

A questão do anarquismo de “massas” é aportar tal rol de práticas quando estas se apresentarem referendadas ou encontrarem adesão, ao menos parcial, no movimento de massas. Já para o anarquismo “insurrecional”, este modelo de ação é a estratégia em si. No Brasil, encontramos tais divergências expostas no movimento em menor grau, e sem uma identificação clara dos sujeitos que encampam tal posição com o “insurrecionalismo”, como pode ser constatado por meio de nossa pesquisa empírica, quando o Entrevistado 7 (2016) relata a presença de “individualistas”, que sequer aceitavam debater no movimento a adesão a tal tática em determinados contextos, assumindo a mesma como forma de ação permanente do movimento, independente da conjuntura e situação política.

5.5 O INSURRECIONALISMO E SEU ESPÍRITO

Como observado em outras partes de nossa pesquisa, não encontramos uma oposição explícita entre anarquistas de “massas” e “insurrecionalistas” que possa caracterizar distintas correntes presentes no Brasil. Outro elemento que facilita a compreensão da presença de práticas “insurrecionalistas” deriva daquilo que Graeber (2009) identifica no movimento antiglobalização, ao perceber que somente o setor “plataformista” tinha uma grande preocupação em definir-se e mesmo demonstrar para os movimentos uma posição clara e coerente. Os demais anarquistas, como observa Graeber (2009), são alheios a tal preocupação, vendo-se simplesmente como anarquistas. O Entrevistado 7 (2016) refere-se à presença daqueles que denomina “individualistas”, cujas práticas são marcadas pela defesa da “ação direta” em sua forma de enfrentamento por meio da violência à ordem em qualquer contexto, o que pode permitir a suspeita de que existam ao menos pessoas que tenham identidade com as práticas “insurrecionalistas” e que, como destaca Graeber (2009), não têm uma grande preocupação em afirmar-se teoricamente e programaticamente.

Deste modo, os anarquistas de “massas” apresentam uma intervenção organizada no movimento, buscando construir para tal movimento uma posição clara, o que é perceptível em nossa pesquisa. Corrêa (2016), um dos adeptos daquilo que é o

“plataformismo”, apresenta posições concisas e claramente referenciadas, sendo que aqueles que são mais ou menos próximos deste arco de atuação como, a Entrevistada 2 (2016), também demonstram coerência com a tradição organicista, defendendo a necessidade de organizações políticas e sua intervenção unitária no movimento.

Como já apontamos, o uso da “ação direta”, em sua modalidade de autodefesa contra as ações do Estado e da burguesia, não é um dissenso entre os anarquistas de “massas”, todavia, para estes a ação direta deve ser executada com e por meio dos movimentos, isso quando os movimentos julgarem apropriado. Nesse sentido, a despeito de o anarquismo de “massas” ser hegemônico no Brasil, ele acaba por também reforçar ações que podem ser vistas como típicas do anarquismo “insurrecionalista”. Este acaba por estar presente mais pelo conjunto de práticas que desenvolveu do que propriamente como corrente.

É importante observarmos que estas individualidades se encontram presentes também em grupos de afinidade, que sequer se identificam ou mesmo fazem questão de identificar-se, o que pode ser confirmado por parte de nossas entrevistas. Tais individualidades encarnam a estratégia “insurrecionalista”, mesmo que inconscientemente, e travam disputa nos movimentos de massa, como pode ser destacado pelas entrevistas, em especial a prestada pelo Entrevistado 7 (2016), que identifica participantes do movimento que não demonstravam preocupação com a construção de pautas de curto prazo, como a redução da tarifa, e que compreendiam o enfrentamento a autoridades e destruição de patrimônio como estratégia a ser implementada pelos anarquistas no movimento, buscando assim radicalizar tais movimentos de massa, e assim forjar uma consciência revolucionária.

O próprio autor deste trabalho tem como recordação, nos idos de 2013, a divergência que se apresentava entre diferentes agrupamentos do movimento contra a tarifa em Curitiba, pois elementos com a mesma disposição relatada pelo Entrevistado 7 (2016) presentes no movimento em São Paulo existiam também no movimento de Curitiba. Estes “individualistas”, alheios à disposição do movimento e suas organizações, e mesmo aos participantes em geral, compreendiam a necessidade de enfrentar as autoridades e atacar o patrimônio de instituições privadas em qualquer contexto. Esta é uma perspectiva que se encontra em disputa nos movimentos até o presente momento.

Nesse sentido, o que podemos constatar é que por mais que o “insurrecionalismo” não se apresente de forma clara, tanto suas práticas, como as de certas individualidades que sequer se identificam formalmente com esta corrente, ele se encontra presente, sim, nos movimentos anarquistas. No resultado de nossa pesquisa, encontramos

sobremaneira um paradoxo, que deriva da complexidade dos processos históricos, pois mesmo que se encontre ausente do movimento um ponto de vista claramente “insurrecionalista”, este se encontra politicamente presente por conta de suas práticas e tradição organizativa.

5.6 A VIOLÊNCIA POLICIAL E TERRORISMO DE ESTADO¹³

Que realidade seria essa, que exige de ativistas, militantes e manifestantes em geral a preocupação com sua integridade física e jurídica, ao passo que a despeito de existirem anarquistas que percebem a “ação direta” como autodefesa frente ao Estado e iniciativa privada de forma distinta que a média da população, passa a assumir as táticas *Black Bloc* como legítimas? A realidade brasileira, na qual os movimentos sociais desde a Primeira República foram tratados como caso de polícia, uma situação que se intensificou pela ditadura militar, que institucionalizou nas polícias militares tal perspectiva discriminatória, e que segue esta constante até o presente (KUCINSKI Et. Al., 2013), coloca-nos como compreensível que os movimentos desenvolvam táticas e respostas a tal problemática, sendo o *Black Bloc*, nesse ponto de vista, um efeito da violência institucional, e não as causas. Vejamos que a obra “20 centavos” (JUDENSNAIDER et. al, 2013), que busca estabelecer um histórico, bem como uma análise dos acontecimentos do junho de 2013 em São Paulo, aponta para a presença do *Black Bloc* no sentido de defesa da manifestação, em sua primeira aparição, no dia 7 de junho, após a violência e prisão de manifestantes ainda no dia 6 de junho, sob a alegação do direito de ir e vir, e chancelada pela mídia. Esta percepção foi confirmada pelo Entrevistado 6 (2016) de nossa pesquisa. A mesma polícia que criminaliza e persegue manifestações sociais também não goza de popularidade entre o público em geral, independentemente de sua orientação política, na medida em que 70 % da população não confia na polícia, e 63% se encontram insatisfeitas com a mesma (KUCINSKI Et. Al., 2015). Isto é retrato de uma

¹³ Tomaremos como definição de “terrorismo de Estado”, a perspectiva do uso da violência fora dos marcos legais contra seus próprios cidadãos, como forma de supressão de conflitos agonísticos imersos em uma determinada sociedade. Tais práticas vêm à tona, justamente na impossibilidade de o Estado responder nos limites das “regras políticas” a contestação. Nesse sentido o “terrorismo de Estado” faz parte mesmo das próprias razões de Estado (BRANCO, 2014). As origens do “terrorismo de Estado” encontram-se na Revolução Francesa. Para suprimir a antiga ordem aristocrática, os revolucionários valem-se do “terror”. O “terrorismo” caracteriza-se pelo uso da força para eliminar, intimidar e amedrontar aqueles com os quais se tem diferenças políticas, étnicas, culturais, etc. O “terrorismo” convencional em regra se pratica contra Estados, nações e mesmo sociedades. O “terrorismo de Estado”, porém pratica-se contra inimigos externos, e mesmo internos (próprios cidadãos). Sua capacidade de “terror” é amplamente maior que o “terrorismo” em si, justamente por sua capacidade de “auto-legitimação”, na medida que o próprio Estado determina a “violência legítima” no sentido weberiano (BARATA, 2013).

instituição que se demonstra ineficiente, pois dos 56 mil homicídios ocorridos anualmente no Brasil, apenas 8% chegam a ser investigados. Isto é retrato também de uma polícia que se encontra em descompasso com sua função, pois é militarizada e vinculada ao exército, trajada para o enfrentamento a um inimigo interno que não existe, pois apenas 1% dos casos necessita enfrentamento armado (SOARES, 2015). Para piorar ainda mais, temos um número de mortos pela polícia de elite de São Paulo superior às mortes da guerra do Vietnã, somente em 2014, segundo reportagem de Caco Barcellos (Apud. KUCINSKI et. al, 2015). Somente em 2013, a polícia de São Paulo matou 2.212 pessoas, ou uma em cada 100 mil pessoas brasileiras, sendo que no mesmo período a polícia americana matou 461 pessoas, já as policias japonesas e inglesas, nenhuma (KUCINSKI et., al, 2013).

Uma polícia que somada a tudo isso tem métodos que implicam praticas racistas e antirrepublicanas, pois a prevalência do flagrante sobre a investigação privilegia os crimes de “rua” que atingem as populações negras e de baixa renda:

De meu ponto de vista, bastam poucos fatores para compreender por que temos a quarta população prisional do mundo, aquela que mais cresce e cuja composição demográfica não deixa margem a dúvidas quanto a seu caráter de classe e cor – registre-se que apenas 12% dos cerca de 580 mil presos cumprem pena por homicídio, 40% estão em prisão provisória e 65% são negros. (KUCINSKI Et. Al., 31, 2013).

Estes dados levam a crer que a polícia é ineficiente, impopular e potencialmente danosa à boa parte da população brasileira, não se apresentando como um grande mistério tamanha rejeição pública. Deste modo, fica límpido quais fatores fazem possível a presença de forças de contenção autônomas, compostas por populares que visam defender o direito de livre manifestação de todos aqueles que foram às ruas, em 2013, lutar por direitos, e principalmente lutar pelo direito de se manifestar em prol de direitos. É evidente que o fenômeno *Black Bloc* se relaciona com o fenômeno anarquista, na medida em que se inspira na “ação direta” como forma de resolução de problemas. Também podemos afirmar que boa parte de seus adeptos alimenta ao menos simpatia a tal pensamento. Podemos afirmar também que o modelo de segurança pública, de “guerra ao inimigo interno”, que criminaliza tanto movimentos sociais, como a população pobre e majoritariamente negra, é um combustível mais inflamável que qualquer anarquista. Ao que tudo indica, tal contexto acaba por legitimar, aos olhos de uma parcela da população, ações do tipo *Black Bloc*.

5.7 A IMPRENSA COMO COMBUSTÍVEL DO CAOS

A imprensa, salvaguardadas algumas exceções, traz uma abordagem que apreende os movimentos como caso de polícia. Isto é bem marcante no livro “20 centavos” (ORTELLADO et., al., 2013), que observa que os editoriais no início das manifestações de junho de 2013 eram bastante taxativos quanto à criminalização dos manifestantes, chegando mesmo um dos comentaristas políticos da Globo, Arnaldo Jabor, a conclamar a violência contra tais movimentos. Jabor voltou atrás somente a partir do momento em que as manifestações se massificaram, passando a demonstrar até mesmo simpatia ao movimento. Mesmo Datena, ilustre apresentador de programas policiais, e que demonstra exemplarmente a forma como o protesto social é retratado pela mídia, em uma pesquisa que realizara junto à sua audiência, que é *insuspeitavelmente* conservadora, defendeu as manifestações, inclusive o uso da violência por parte dos manifestantes (ORTELLADO Et. Al., 2013). A mídia busca, assim, criminalizar o movimento e, quando não o consegue, busca apropriar-se de tal movimento e imprimir-lhe características que julga conveniente.

É notório, como aponta Maior (2015), na coletânea “Bala Perdida”, que a mídia opera em conjunto com a criminalização dos movimentos sociais, como elemento legitimador. Não à toa, sofreram hostilidades nas manifestações os funcionários das grandes corporações de informação que realizavam as coberturas das manifestações. A prática de tais meios de comunicação é vista com desconfiança pelos manifestantes, e logo rechaçada, na medida em que é marcante o papel que joga a grande imprensa na criminalização de movimentos sociais e políticos, em especial aqueles de espectro progressista ou de esquerda (KUCINSKI et. al., 2015).

Ainda de acordo com a obra “20 centavos”, o *Black Bloc*, principal vetor das críticas, em um primeiro momento ganha um caráter de defesa de manifestações. No dia 06 de junho, após a manifestação do dia 05 ter tido como resultado 15 detenções e ao menos 8 feridos, um *Black Bloc* é formado para que pudesse defender a manifestação das ações policiais (JUDENSNAIDER et al., 2013). Tal relato do livro em questão coincide com os relatos do Entrevistado 6 (2016) de nosso trabalho, que revela o *Black Bloc* como uma “tecnologia de batalha” dos movimentos sociais, a fim de assegurar a integridade física dos participantes das manifestações.

Assim, é possível afirmarmos que o *Black Bloc* fez por criar um espaço para forças que têm na violência ao patrimônio e às autoridades políticas sua estratégia mais ou menos consciente, aquilo que o entrevistado 7 (2016) denomina “individualistas”, e que

entendemos poderem ser assimilados dentro daquilo que se denomina “insurrecionalismo”. Entretanto, lembramos que o *Black Bloc* também acabou oportunizando, indiretamente, a ação de forças de direita, que têm um mote protofascista baseado na violência a grupos políticos (geralmente de esquerda) e mesmo no ataque às instituições políticas, como revelam os Entrevistados 6 e 7 (2016). O *Black Bloc* ainda possibilitou um espaço propício a crimes comuns, como relata o Entrevistado 7 (2016), que apontou a presença de grupos de pessoas aparentemente de baixa renda, que se oportunizava dos conflitos nas manifestações para promover saques. Por fim, também abriu espaço para um setor que demonstra claramente a existência de um rechaço à polícia por parte de populações dos estamentos mais pauperizados das classes trabalhadoras, os habitantes das periferias urbanas, que segundo o Entrevistado 7 (2016), se valiam das ações do *Black Bloc* para promover vingança à polícia.

Todavia, todos estes aspectos oportunizados pela presença de *Black Blocs*, e que originalmente apareceram em resposta à violência policial, são próprios de nossa sociedade e não invenções daqueles que buscavam meios de resistir à polícia e sua ação *criminalizadora* dos movimentos sociais e políticos no Brasil, diferentemente do que leva a crer a imprensa, que se vale do estereótipo do anarquista violento e mesmo terrorista, sistematicamente reforçado nos meios de comunicação, como na exemplar matéria do semanário “Fantástico” da Rede Globo de Televisão, ainda no dia 03 de julho de 2016, na qual o anarquismo é apresentado como responsável pelo terrorismo moderno (FANTASTICO *apud* O GLOBO, 2016).

A imprensa constrói o estereótipo do anarquista violento e terrorista à revelia do anarquismo e sua história. Como destaca Corrêa (2015), o anarquismo, em sua faceta insurrecional, é de menor relevância para a tradição anarquista, sendo sempre uma corrente marginal mesmo entre os anarquistas; contudo, tal estereótipo é valioso aos detratores do anarquismo, que constroem uma visão no senso comum que associa o anarquismo ao caos e à violência. Graeber (2009) e Depois-Déri (2014) afirmam o mesmo sobre os movimentos contemporâneos do anarquismo, em especial aqueles com a presença do *Black Bloc*, como os movimentos antiglobalização, nos quais o *Black Bloc* ocupa um papel minoritário; porém, devido ao sensacionalismo da mídia e à facilidade de enquadramento do *Black Bloc* no estereótipo do anarquista terrorista, esta é a imagem que ganha maior destaque na grande mídia, logo, no senso comum também. Ludd (2002) destaca, por meio de um dos raros documentos produzidos pelos *Black Blocs*, que estes são pessoas comuns, que têm uma vida mais próxima daquilo que são os “monges”, ou seja, os perigosíssimos *Black Blocs* são compostos por trabalhadores, jovens estudantes

etc. que devotam a maior parte de seu ativismo e militância a outras causas que sequer envolvem o uso de “ação direta” violenta.

O que queremos destacar é que a despeito do *Black Bloc*, em certa medida, ter oportunizado a presença de elementos que tem na violência um fim, tal violência sequer pode ser vista como responsabilidade essencialmente do *Black Bloc*, pois boa parte do sensacionalismo e convite à espetacularização da violência *Black Bloc* – por parte da mídia, assim como da violência comum – são traços de uma sociedade desigual, machista, racista e de profundo desrespeito aos direitos humanos das populações subalternizadas. Ocupa um papel minoritário o anarquista que encontra na violência política aquilo que no senso comum é compreendido como terrorismo. O Estado e sua forma de lidar com o protesto social, isto é, como caso de polícia, são, ao que tudo indica, os principais combustíveis dos *Black Blocs*: a violência se naturaliza como forma de sanear os conflitos sociais, pois parece que nada resta às classes exploradas a não ser resistir naquilo que lhe é possível. Não à toa, este trabalho não se encontra sozinho nesta conclusão. A antropóloga Esther Solano, em seu estudo “Mascarados” (2014) chega a mesma conclusão que a violência por parte do Estado nas manifestações sociais e políticas acaba por ser o principal vetor da presença de “mascarados” (*Black Blocs*). A mídia não cumpre papel menor que o Estado nesta problemática ao apontar para os manifestantes e mesmo anarquistas violentos como razão da violência em nosso país: estereótipo recorrentemente resgatado pelas elites no Brasil já no fim do século XIX e início do século XX, quando se atribuíam igualava as greves e manifestações políticas da classe trabalhadora em prol de direitos aos imigrantes anarquistas à “desordem”. A mídia de hoje também se vale do anarquista, do manifestante “baderneiro”, em oposição ao “cidadão de bem” para responsabilizar tal estereótipo pelos conflitos sociais, renegando os fundamentais debates necessários em torno da violência policial e seu desrespeito aos direitos humanos, bem como a profunda desigualdade social estabelecida no Brasil, que torna nosso país um dos mais violentos do mundo.

5.8 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ANARQUISMO, QUE LUGAR OCUPAM AS DIVERGÊNCIAS ENTÃO?

Conforme expusemos em nossas explicações anteriores, o “campo” do anarquismo brasileiro não se encontra atravessado pelas divergências entre o pensamento “determinista” e “sociotécnico”, que, em nossa hipótese, era responsável pelo rol distinto de “ações diretas” acionado dentro do “campo”. O segmento de massas,

ligado à “sociotécnica”, apontava para os modelos tradicionais de “ação direta” do anarquismo em seu sentido educacional e propagandístico, visando a organização dos explorados pela sociedade capitalista em movimentos contestatórios, sendo a tecnologia inserida em seu projeto como um dos objetivos da socialização. Mesmo os *Black Bloc*, que na hipótese original deste trabalho apareciam relacionados às “representações” “deterministas” de tecnologia, indicando um modelo de “ação direta” que visa a contestação desta, não se confirmou. Similar aos resultados da pesquisa de Solano (2014), apresentada no livro “Mascarados”, o *Black Bloc* aparece como uma resposta das manifestações e movimentos sociais à truculência e violência própria das forças policiais do Estado brasileiro.

A polarização entre segmentos – que assim podemos dizer “deterministas” e “sociotécnicos” – parece que foi perdendo força no “campo” do anarquismo com a diminuição de espaço do “primitivismo”, já no início da segunda década dos anos 2000. Todavia, mesmo assim encontramos diferentes perspectivas e “representações” da tecnologia. Ao menos dois modelos de “representação” da tecnologia emergiram por meio do trabalho de campo: 1) A tecnologia como elemento componente da sociedade, nesse sentido, determinada pelas relações sociais. Em uma sociedade que é marcada pelas relações de classe, a tecnologia acaba por pender aos propósitos das classes dominantes, à exploração dos assalariados e ao controle político dos mesmos, todavia, tal tecnologia deve ser disputada para que, naquilo que for pertinente, sirva aos propósitos do socialismo; 2) Ainda aparece presente – em menor grau – uma visão que não se opõe à primeira, mas que enfoca outro aspecto, que é a perspectiva de compreender a tecnologia moderna como um modelo técnico, dentre outros tantos que acabam sendo dominado por este: enfoque desta posição se concentra na “relativização” do “conceito moderno” de tecnologia.

Estas posições acabam indicando práticas distintas, na medida em que a primeira posição descrita busca participar das lutas sociais, sendo uma das suas finalidades socializar a tecnologia moderna, enquanto que a segunda se dedica ao estudo e práticas que se inspirem em outros paradigmas, como nas formas de vida de povos tradicionais, vistas como mais harmônicas à natureza. No entanto, tal diferença não se configura na existência de correntes distintas do anarquismo, principalmente quando levamos em conta as contribuições de Corrêa (2015), em “Bandeira Negra Rediscutindo o Anarquismo”. O que existem são divergências “menores”, como aponta Corrêa (2015), porém, que não os conduzem a terem propostas radicalmente distintas, isto é, estratégias singulares que os caracterizem como correntes distintas. As divergências “menores” os levam a ter algumas

compreensões da realidade distintas e divergências práticas (estratégicas) menos significativas, todavia, todos se encontram no rol de práticas que visam acumular força paulatinamente para o projeto anarquista em meio às massas, por diversas frentes e métodos. Todas as manifestações de anarquismo que puderam ser observadas por nós vão nesse sentido.

No primeiro tipo de “representação” encontramos uma divergência no modelo de movimento social e na análise de realidade, todavia, buscam construir movimentos junto às massas e acumular força para um projeto libertário/autônomo. Aparece a perspectiva “autonomista”, que parte do entendimento que o anarquismo deve se atualizar para responder a forma que a sociedade tomou no presente, na qual as antigas entidades de classe dos assalariados, de acordo com a percepção de mundo dos “autonomistas”, encontram-se burocratizadas e alheias a projetos de transformação. O especificismo, outra manifestação do anarquismo de “massas”, continua a entender os movimentos sociais de tipo clássico como espaço de atuação privilegiado. Tais pontos de vista acabam por formar distintas “representações” de mundo, que definem diferentes perspectivas de “ação direta”. No segundo tipo de representação, privilegia-se a construção de espaços para desenvolvimento de práticas coerentes com a sustentabilidade ecológica, bem como a não hierarquização e divisão do trabalho, ou seja, caracterizam-se por sua dedicação à criação de espaços comunitários de práticas horizontais. É relevante observarmos que esses centros culturais são próximos abrigando em seus espaços anarquistas que partilham o primeiro tipo de “representação”, bem como seu trabalho também tem um mote de mobilização comunitária.

Podemos dizer que os setores ligados ao anarquismo clássico se mantêm preocupados com a mobilização dos setores “tradicionais” dos movimentos de classe, buscando estabelecer disputas em meios a tais movimentos. O “autonomismo”, por sua vez, atua em meio a movimentos pouco institucionalizados, buscando provocar processos de mobilização em torno de problemas que se referem aos mesmos. Os “anarquistas experimentais” se valem de espaços comunitários para ensejarem as mais diversas práticas dentro de lógicas horizontais. Nas três diferentes manifestações de anarquismo encontradas no “campo” (autonomismo, especificismo e experimentalismo) não foram constatadas relações entre “representações” de tecnologia e a “ação direta” em termos de uma oposição entre “representações” “deterministas” e “sociotécnicas”.

Quando observadas as práticas “especificistas”, logo percebemos que estas têm como fito principal a inserção do anarquismo organizado, isto é, a faceta anarquista que defende a inserção de partidos anarquistas em movimentos sociais, especialmente os

movimentos tradicionais como os sindicais, mas também os movimentos pela terra e demais movimentos urbanos. Tal inserção visa à construção de referência política entre estes militantes da “base” dos movimentos para, de certo modo, influenciar os movimentos sociais. Em suma, esta prática política se sustenta sobre a noção de que é possível organizar os movimentos sociais de assalariados e demais explorados do sistema capitalista, para que em um processo cumulativo de forças políticas possam dirigir a sociedade ao socialismo, enfim, uma visão ancorada em pressupostos clássicos do pensamento socialista.

No ponto de vista “autonomista”, as entidades laborais clássicas se encontram burocratizadas, e, portanto, absorvidas ou diluídas pela sociedade capitalista em sua nova etapa. Isso é coerente com o fato de encontrarmos referenciado no Entrevistado 7 (2016), Hakin Bay. Este autor é crítico à institucionalização dos processos políticos de transformação, propondo como alternativa aquilo que entender por “zona autônoma temporária”. Em outra entrevista (ENTREVISTADO 6, 2016), encontramos a referência a Murray Bookchin, que já na década de 1970, em seu “O Anarquismo Pós Escassez” (2008), percebia o maio de 1968 francês como movimento espontâneo, porque em geral as organizações “radicais” e “revolucionárias” acabaram por se hierarquizar, e assim foram imbuídas de aspectos disciplinadores contrários à revolução. Outro aspecto que Bookchin aponta é o deslocamento da luta por interesses materiais, na medida em que a sociedade “pós escassez”, própria das nações industrializadas, acabou gerando uma massa de pessoas de diversas classes e categorias, especialmente jovens, cuja revolta não deriva da precariedade material, mas da frustração em consequência das relações de “poder”, as “hierarquias”, a “alienação”. Ainda para Bookchin, as revoltas se desenvolvem espontaneamente, não sendo mais as organizações tradicionais dos assalariados responsáveis pela radicalização. Tais formulações vão ao encontro daquilo que apontam os sujeitos da pesquisa, que se identificam com o “autonomismo”, no caso os entrevistados 1, 6 e 7 (2016), para quem os movimentos e organizações “tradicionais” são alvos de crítica, sendo as assembleias horizontais – as “ações diretas” – “mobilizações de rua” e movimentos espontâneos o local privilegiado para este setor do anarquismo.

Destacamos que o “autonomismo”, como corrente política, não tem sua formação no bojo do anarquismo, mas sim naquilo que se denomina “neo-marxismo”, a grosso modo, um modelo crítico aos velhos modelos daquilo que se conhece hoje como “marxismo ortodoxo” (BERNARDO, 2009). Os principais teóricos do neo-marxismo são Hardt e Negri (2017), cuja obra “Império” apresenta uma certa síntese do que seria o “autonomismo”, partindo da leitura que o mundo capitalista moderno, por meio de

mudanças estruturais, desestabilizou as velhas instituições operárias, fragmentando a classe operária, que agora sente os efeitos do neoliberalismo enquanto “multidão”, que é vítima não mais de Estados nacionais, mas de instituições globais que regulam a economia e reorganizam as nações, e mesmo as condições de vida, por meio de mudanças sistêmicas a nível mundial (HARDT & NEGRI, 2017).

Apesar desta leitura de realidade da proposição política de Hardt e Negri (2017) não ser proveniente do campo anarquista, ao que tudo indica suas ideias e análises vão ao encontro daquilo que nossos sujeitos da pesquisa apontaram como diagnóstico. Também não nos parece casual que a Entrevistada 1 (2016) remeta sua crítica a um “anarquismo ortodoxo”, que é preso a “textos do século XIX”. Nesse sentido, por mais que não remetam diretamente às teses de Hardt e Negri (2017), é compreensível a adesão à alcunha “autonomista”.

Cabe observarmos que as divergências encontradas entre os sujeitos do “campo” não os tornam radicalmente opostos, por mais que disputem diferentes posições “simbólicas”. Mas na “prática a teoria é outra”, na medida em que todos estes segmentos se relacionam e buscam cooperar entre si. Vemos, na formação do Rizoma, pessoas com diferentes perspectivas (“autonomistas” e “especificistas”) se unindo naquele espaço para a construção de um ponto de vista libertário nos movimentos, e assim acabando por cooperar com as mobilizações lideradas pelo MPL, em São Paulo. Mesmo a Casa da Lagartixa Preta, que apresenta a militância com ponto de vista mais peculiar, relaciona-se com os demais coletivos; como exemplo desta convivência, A Casa da Lagartixa Preta serve de sede ao MPL e ABC. Ao que tudo indica, o “campo” anarquista se encontra com divisões claras, porém “menores”, pois como observa Graeber (2009), os libertários acabam em suas movimentações convergindo em suas práticas. Nesse sentido, não se configura no “campo” anarquista brasileiro anarquistas de correntes distintas, mas segmentos, como os “especificistas” e os “autonomistas”, que convergem para o anarquismo de “massas”.

Sendo assim, defendemos que o anarquismo, longe de se reduzir a uma crítica ao Estado, converge tanto em sua teoria, como em sua militância para uma série de pontos de vista relacionados à crítica da sociedade de classes e também para a forma de superação desta. Por seu caráter de classe e o papel que jogam na reprodução da sociedade vigente, estes elementos do anarquismo convergem também com as críticas que realizam à ciência e à tecnologia, refletindo nas práticas anarquistas relacionadas à ciência, animadas pela “ação direta”.

Os aspectos que se relacionam com as “ações diretas” de perfil “insurrecional” não se encontram claramente conectados com esta corrente, sendo, em certa medida, fruto da própria violência estatal, a qual os anarquistas buscam responder nos marcos da “ação direta”, isto é, por meio dos recursos que os próprios movimentos contestatórios têm em suas mãos. Deste modo, é possível afirmarmos que imperam no “campo” anarquista representações sociotécnicas, isto é, críticas aos aspectos que formam uma tecnologia que é instrumentalizada para a exploração do trabalho, para a alienação humana, para a destruição ambiental, assim como para a hierarquização da sociedade, especialmente da divisão entre trabalho intelectual e manual.

CONCLUSÃO

Sintetizamos ao menos quatro aspectos que trazem luz ao presente esforço de pesquisa. Semelhantemente ao esforço de Corrêa (2015), que define conceitualmente o anarquismo, bem como estabelece melhor suas bases sócio-históricas, é notável que tais definições são viáveis frente a estudos de caso como o aqui desenvolvido. Outra contribuição relevante apresenta-se no âmbito da relação entre movimentos sociais, Estado e mídia, sendo esta relação uma problemática de grande envergadura para a sociedade brasileira, na qual diagnósticos críticos são fundamentais. O anarquismo apresenta contribuições relevantes em suas reflexões e práticas para o campo da CTS, e tais contribuições ainda devem ser melhor sistematizadas e absorvidas por tal campo de estudo. Por fim, as “representações” de ciência e tecnologia demonstraram força explicativa, no que se refere às práticas dos anarquistas.

Por meio de nossa pesquisa, os aspectos que se referem às metodologias de Corrêa em “Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo” (2013) e “Bandeira Negra Rediscutindo o Anarquismo” (2015), demonstram-se relativamente eficientes para compreendermos seu funcionamento e definição. É notório, por meio de nossa pesquisa, que o anarquismo não se define apenas pelo anti-estatismo, tendo um corpo conceitual coerente e que não parte de premissas antirracionais e idealistas, muito pelo contrário. O anarquismo demonstrou-se, em regra, comprometido com o socialismo e com as classes exploradas, inclusive, tal princípio figura acima de seu anti-estatismo. Suas bases intelectuais se demonstram ancoradas no campo crítico e de base materialista, por mais que diversas, difusas e ecléticas. No geral e levando-se em conta os anarquistas de diversas correntes, o anarquismo apresenta-se comprometido com a luta das classes exploradas e demais segmentos oprimidos, compreende os malefícios trazidos pelo capitalismo à luz de análises provenientes do campo crítico, sendo de autores anarquistas ou não, e promove práticas por meio da ação direta em diversas frentes, como a cultural, a econômica e a intelectual, articulando tais práticas, ou mesmo privilegiando uma ou outra. À exceção, encontramos segmentos com maior conexão à luta de povos indígenas por autonomia, que buscam conciliar a teoria anarquista aos grupos de origem ameríndia e suas práticas.

Ainda trazemos à tona, mais uma vez, a problemática relacionada a movimentos sociais, violência estatal e direitos humanos. Como anteriormente confirmado por Solano (2014), os *Black Blocs* – e a suposta violência que desencadearam – têm uma relação

profunda com a violência institucional, ocupando um espaço marginal, ou mesmo servindo de justificativa ao Estado para fortalecer práticas de repressão, graças à construção do estereótipo do anarquista violento e terrorista. Tal problemática remonta a questões inconclusas no Brasil pós ditadura, onde o protesto social não foi incorporado como elemento componente dos sistemas democráticos e o braço armado do Estado opera de forma similar a momentos de exceção, gerando uma espiral de violência. A mídia, por sua vez, cumpre papel *criminalizador* dos movimentos, gerando certa legitimação deste estado de coisas. Esses problemas já diagnosticados devem continuar figurando na agenda, tanto de movimentos sociais, sociedade civil, como das reflexões acadêmicas. Trabalhos como este fazem por diagnosticar e apontar um problema que deve ser motivo de preocupação da sociedade: a violência estatal e seu desrespeito aos direitos humanos, o monopólio da mídia sob grandes corporações com interesses próprios e seu serviço a tal Estado, e por fim, que a violência que é institucionalizada em nosso país não combina com a democracia.

Pensar esta situação, significa repensar as policias militares, e seu papel para a perpetuação da violência contra as populações pobres em larga medida, e mais recentemente a ampliação da violência policial contra a militância política frente ao novo fenômeno de manifestações de massa no Brasil. Como trabalho que se circunscreve tanto na pesquisa do pensamento anarquista, como de certo modo na tradição anarquista, é necessário destacar que a violência estatal longe de ser uma situação *sui generis* é uma constante, e repudiar esta violência significa repensar modelos sociais e políticos, tal reflexão acerca do papel do Estado e da necessidade de superá-lo por outra organização da sociedade é premente nas reflexões anarquistas, e parece mais atual que nunca. O próprio Black Bloc tem, talvez, como maior qualidade, reacender a discussão em torno da violência estatal para defesa da propriedade privada. Afinal os corpos Black Blocs são “vandalizados”, em prol das propriedades de grandes corporações, no caso algumas vitrines e fachadas, demonstrando que a função da polícia longe de defender direitos e manter a segurança, é pura e simplesmente a defesa da propriedade. O Estado moderno a despeito de por meio de políticas sociais ter ampliado suas funções sociais, mantém como função essencial a defesa da propriedade. Nesse sentido as reflexões e práticas anarquistas demonstram bastante vigor e contribuições ao presente histórico.

Naquilo que se refere ao campo da ciência, tecnologia e sociedade, o anarquismo demonstrou-se afinado aos debates que denominamos como “sociotécnicos”, ou seja, compreendem a tecnologia articulada com as relações de poder em geral da sociedade, sendo, nesse sentido, dialeticamente influenciada e influenciando a mesma. Os

entrevistados apontaram para uma crítica ampla à ciência e à tecnologia por servirem ao *status quo*, devido ao contexto sócio histórico; porém, reconhecem que por meio da luta dos segmentos explorados e oprimidos desta sociedade, especialmente pela “ação direta”, a ciência e a tecnologia podem e devem servir a um projeto libertário e anarquista. Desde o século XIX, os anarquistas estabelecem tal disputa e apontam para o papel que devem cumprir a ciência e a tecnologia em meio à sociedade. Nesse sentido, a “ação direta” fomenta um distinto modo de fazer ciência e tecnologia, que engaja anarquistas e sujeitos subalternizados da sociedade de hoje na disputa intelectual, mas também na apropriação, promoção e desenvolvimento de tecnologias que possam servir ao projeto anarquista de sociedade. Tal forma de relacionar-se com a ciência e a tecnologia gera um modo próprio, por meio da “ação direta”, de refletir, e também de agir, logo, práticas concretas que desenvolvem um fazer científico e tecnológico próprio, que entendemos que devem suscitar novos estudos que arrolem as contribuições anarquistas por meio deste novo fazer.

As “representações” de tecnologia demonstraram-se pertinentes para a compreensão deste fazer anarquista e da “ação direta”. Os interesses, por mais que sejam similares, e as divergências “menores”, colocam os anarquistas em meio a mesma corrente de “massas”, na qual existem diferentes visões de mundo que encaminham os distintos sujeitos anarquistas para práticas, senão antagônicas, ao menos parcialmente singulares. Todos os sujeitos demonstraram compromisso com trabalhos militantes que visem acumular forças em meio à sociedade. Todavia, mediante as suas diferentes “representações”, encontramos elementos que privilegiam práticas de ordens distintas. Os anarquistas clássicos (“especificistas”) se mobilizam em meio à classe trabalhadora, enquanto que os “autonomistas”, a partir de seu ponto de vista, buscam as lutas que englobem os novos sujeitos de uma realidade que fragmentou a classe, e que, segundo eles, absorveu burocraticamente as velhas instituições de classe. Os “experimentais”, por sua vez, dão atenção especial às experiências de outras culturas, e buscam, por meio de práticas comunitárias diversas, construir relações libertárias.

Deste modo, podemos concluir que o “campo” do anarquismo apresenta um determinado modelo de ação e reflexão, que suscita práticas específicas. Podemos afirmar existir um “habitus” anarquista em relação à ciência e à tecnologia. Corrêa (2015) observa, em seu “Bandeira Negra Rediscutindo o Anarquismo”, que o anarquismo e seu “campo” são marginais ao “campo científico”, e por uma gama de fatores. Na medida em que vivemos em um mundo capitalista, as teorias e reflexões contrárias a tal sistema serão eminentemente marginalizadas. A própria marginalização do anarquismo junto ao

pensamento crítico, deveu-se, parcialmente, à ascensão do pensamento marxista ainda no início do século XX, jogando especial papel a União Soviética e todo apoio que deu a difusão do marxismo pelo mundo, inclusive por meio da ciência. Também pelo desinteresse dos anarquistas em intervir em meio aos espaços formais de produção da ciência, especialmente na academia, por privilegiarem a difusão de reflexões em meio a espaços de engajamento político.

Deste modo, é importante ressaltarmos que o anarquismo é marginal em relação ao “campo científico” por fatores que derivam da própria estrutura de tal “campo”, por força das relações objetivas deste, mas também por aspectos próprios do anarquismo e suas “representações” e opções políticas. O anarquismo, como “subcampo” do “campo científico”, ocupa um espaço marginal e contra hegemônico. Esta “posição” no “campo” científico, combinada às “representações” em geral, como as relacionadas à ciência, acaba por formar um “habitus”, isto é, uma disposição prática e peculiar no que se refere aos anarquistas e suas práticas científicas. Como já destacamos anteriormente, a noção de “ação direta” busca unir concepção e ação, visando acabar com as relações de comando em qualquer esfera econômica, política e social, atravessando tanto as “representações”, como as práticas anarquistas.

Esta busca por autonomia se expressa na criação de editoras próprias e espaços de cultura que possam ser locais de estudo e memória e também no desenvolvimento científico e tecnológico junto aos movimentos sociais. Marca o “habitus” anarquista não somente a busca por criticar a “ciência burguesa”, entendida como ciência que se encontra instrumentalizada pelos interesses de classe, mas também a busca por romper diretamente com esta através da prática da “ação direta”. São importantes neste contexto também as experiências educacionais e a busca por criação de tecnologias alternativas, cujas experiências ligadas às novas tecnologias da informação são as mais conhecidas, mas podem ser encontradas em número significativo na economia, na produção, dentre outras. Entendemos que mais pesquisas devem ser consagradas para o aprofundamento deste modo particular que o “campo” anarquista tem de se relacionar com a ciência, formadora de um “habitus” singular, que fornece propostas teóricas, metodológicas, epistemológicas e práticas de perfil ímpar, que ainda se encontram pouco exploradas

Como legado reflexivo, e eminentemente crítico, vemos a necessidade de sublinhar algumas contribuições que parecem proeminentes à militância anarquista. Ao que tudo indica os anarquistas têm especial papel nos movimentos que tomaram o globo a partir dos anos de 2011, e ficaram conhecidos como “primaveras dos povos”. Tais mobilizações demonstraram grande afinidade com a vertente que aqui em nossos estudos, se

denominou nos termos dos sujeitos do campo, como “autonomismo”, que se por um lado tem o mérito de reintroduzir no anarquismo os movimentos de massa, demonstrou bastante fragilidade para a construção de uma agenda de reformas de curto e longo prazo, e por consequência de se apresentar como uma via de transformação social. Deste modo, se o “autonomismo” demonstra ser bastante eficiente na exposição dos limites e esgotamento das democracias ocidentais, por outro carece de um projeto mais sólido. As organizações que fazem parte do marco “clássico” do anarquismo, que, por sua vez, buscam construir-se dentro de uma proposta programática de acumulação de força com o intuito de construção de entidades e organizações de massa visando uma ruptura futura, por sua vez tem demonstrado imensa dificuldade na construção destes organismos, seja por sua marginalização, seja pela dificuldade de construir organismos de massa com um viés libertário na estrutura de movimentos sociais e sindicais atuais. É necessário compreender porque, mesmo em um período de tamanha contestação das tradicionais formas da democracia, como dos partidos, o anarquismo não aparece como uma alternativa às massas, mas se mantém preso a setores da juventude, especialmente a universitária, ou ainda a setores intelectualizados do mundo do trabalho, como demonstra o perfil dos anarquistas encontrados por nossa pesquisa.

Outro elemento presente nos perfis de nossa pesquisa, se relaciona a crescente crítica que aparece em meios anarquistas, que se refere ao movimento anarquista, de certo modo ter aproximado suas práticas dos setores tradicionais, não apresentando uma alternativa em suas práticas, somente oferecendo uma alternativa discursiva, ”, a qual demonstraria a dificuldade de enraizar suas bases na sociedade brasileira. Destacamos que as práticas Black Blocs, em vários momentos, encarnam o papel de explicitar contradições sociais, por outro, acabam por ser veículo de infiltração e de vandalismo casual, o que atrai para o movimento até mesmo a crítica de aliados. Consideramos que grande parte das críticas que os Black Blocs recebem no interior dos movimentos contestatórios, refletem, em larga medida, o conflito entre práticas de ação direta e práticas representativas, onde os setores que defendem a democracia representativa raramente serão seduzidos pela ação direta, porém, também é percebido que o que é afirmado como “tático” por vezes se torna um princípio de setores do movimento, assim gerando efeitos perversos. Não nos cabe em um trabalho acadêmico responder a tais problemas, tal papel entendemos ser exclusivo dos movimentos, porém nos pareceu útil e pertinente apresentar estes elementos como uma de nossas contribuições, apontando para algumas reflexões, que parecem candentes para observadores atentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Hugo & MASON-DESSE, Liz. **Becoming-Brazil: The Savage Rise of the Class without Name**. South Atlantic Quarterly. Duke University Press. Set. 2014 Disponível em: <<http://saq.dukejournals.org/content/113/4/856.abstract>>. Consultado em 28 de agosto de 2015.

ALMEIDA, António. **A relevância do pensamento de Elisée Reclus em ética ambiental: Contributos para a defesa do vegetarianismo**, jan. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277302131_A_Relevancia_do_Pensamento_de_Elisee_Reclus_em_Etica_Ambiental_Contributos_para_a_Defesa_do_Vegetarianismo> Consultado em 10 de março de 2017.

BAKUNIN, Mikhail. **A Instrução Integral**. Imaginário, São Paulo: 2003.

BARATA, André. “Mas porque se aterrorizam os senhores? A emergência de um novo terrorismo de Estado in: BRANCO, Castelo Guilherme (org). Terrorismo de Estado. P. 181-201. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.

BAZZO, Walter A. **Os estudos CTS** in: Introdução aos Estudos CTS. OEI Publicações. 2003.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. Expressão Popular, São Paulo: 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 13 ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2009

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica campo científico**. Editora UNESP, São Paulo: 2004.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo, Crítica e Autocrítica**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

BOOKCHIN, Murray. Pós-escassez. Abr 2008. Disponível em: <<http://praticaradical.blogspot.com.br/2008/04/paris-1968-murray-bookchin-o-anarquismo.html>>. Consultado em: 20 de setembro de 2016.

BOKCHIN, Murray. **Tecnología y Anarquismo**. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B14Synwe1mHzYzFMb2pGZFFjdnM/edit>>. Consultado em 20 setembro de 2016.

BOOKCHIN, Murray. **Por uma ecologia social**. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/ecosocial/02porumaecosocial.htm>>. Consultado em 10 de março de 2017.

BONANNO, A. M. **Selección de textos**. Barcelona: Editora Ateneu Llibertari Bésos, 2007.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Violência de Estado**. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 9, mai-ago, pp. 2-12.

CABRAL, Carla Giovana. **Pelas telas, pela janela**: o conhecimento dialogicamente situado. Cad.Pagu, Campinas, n. 27, jul.-dez. 2006.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Revista Estudos Avançados. v.5. n.11. São Paulo: 1995

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. DIFEL. Portugal: 2002.

CFM. Pesquisa revela que 92% da população estão insatisfeitas com a saúde no Brasil. Ago. 2014. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24984:datafolha-revela-93-da-populacao-esta-insatisfeita-com-a-saude-no-brasil&catid=3>. Consultado em 14 junho de 2015.

CORRÊA, Felipe. **Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo (1868-2012)**. São Paulo: Editora Faísca, 2013.

CORRÊA, Felipe. **Balanço Crítico acerca da Ação Global dos Povos**. jul.ago.set. 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/9880198/Balan%C3%A7o_Cr%C3%Adtico_Acerca_da_A%C3%A7%C3%A3o_Global_dos_Povos_no_Brasil>. Consultado em 17 março de 2017

CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra Rediscutindo o Anarquismo**. Editora Prismas, Curitiba: 2015.

CUNINGHAME, Patrick. **Teoria e prática de la autonomia**: Entre el autonomismo y el neozaptismo. In: Seminario "20 años de la rebelión zapatista". México-DF. 2013. Anais do evento.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. Veneta. São Paulo: 2014.

ENNE, Ana Lucia. O sensacionalismo como processo cultural. **Revista Ecopós.n.2. vol. 10. Rio de Janeiro: UFRJ. 2007.**

FALLEIROS, Guilherme. **Anarquia Experimental.** Disponível em: <http://pt.protopia.at/wiki/Anarquia_experimental>. Consultado em 4 outubro de 2016.

FARJ, Federação Anarquista do Rio de Janeiro. **Anarquismo Social e Organização.** São Paulo:Fáisca. 2009

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Élisée Reclus:** vida e obra de um apaixonado da natureza. Verve, São Paulo, n. 10: 109-134, 2006.

G1. Resultados das manifestações de junho. Jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempomanifestacoes-2013/platb/> Consultado em 14 de junho de 2015.

GANDINI, Erik Surplus. Mim 51:20 mim. Atmo Presents: Suécia. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=YbpmWeymWWw>>> Consultado em 05 de outubro de 2016.

GENNARI, Emilio. **EZLN:** Passos de uma Rebeldia. Expressão Popular. São Paulo: 2005

GLOBO, O. **O Preço da volta para casa.** Ago. 2008. Disponível em: <<<http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/o-preco-da-volta-para-casa-pais-tem-37-milhoes-de-pessoas-que-nao-tem-dinheiro-parapagar-passage-regularmente-4990432>>>. Consultado em 4 outubro de 2016.

GLOBO, O & G1. **Em Paris, Fantástico refaz os passos do primeiro terrorista da Era Moderna.** Jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/07/em-paris-fantastico-refaz-os-passos-do-primeiro-terrorista-da-era-moderna.html>>. Consultado em 17 de março de 2017.

GRAEBER, David. **Direct Action:** An Ethnography. Ak Press. Oakland: 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC. 2008

GUIMARÃES, Adoline A. **Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade).** Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós- graduação em História.2009. Universidade Federal de Uberlândia

HARDT, Michael & Antonio Negri. **Império**. Disponível em: <www.infojur.ufsc.br>. Consultado em 10 de março de 2017.

HOLSTOM, James. "**Come to the street!**": urban protest, Brazil 2013. dez. 2013. Disponível em: <<https://culanth.org/fieldsights/458-come-to-the-street-urban-protest-brazil-2013>>. Consultado em 4 de outubro de 2016.

HOLANDA, Fabíola & MEIHY, José Carlos Sebe B. **História oral: como fazer, como pensar**. Contexto. São Paulo: 2014.

IPM & AÇÃO EDUCATIVA. IPM e Ação Educativa mostram evolução do alfabetismo funcional na última década. 2011. <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/50-educacao-de-jovens-e-adultos/10004473-ipm-e-acao-educativa-mostram-evolucao-do-alfabetismo-funcional-na-ultima-decada>>. Consultado em 14 de junho de 2015.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELADDO, Pablo. **20 centavos: A luta contra o aumento**. Veneta. São Paulo: 2013.

KUCINSKI, B. Et. Al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para superá-la**. Boitempo & Carta Maior. São Paulo: 2015.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões Contemporâneas de Rebelião: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, de Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

LIMA FILHO, D. L.; QUELUZ, Gilson L. **A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual**. Educação & Tecnologia, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 19-28:2005.

LUDD, Ned (org). **A Urgência das Ruas**. São Paulo: Editora Bader, 2002.

MINTZ, Frank. **O Anarquismo Social**. Imaginário. São Paulo: 2006.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Hedra. 2008.

MPL. Carta de Princípios. Jul. 2007. Disponível em: <<<https://tarifazerocuritiba.wordpress.com/about/>>>. Consultado em 4 de outubro de 2016.

MOORE, John. **Uma Introdução ao Primitivismo**. Mar. 2011. Disponível em: <<http://anarcoprimitivismo.blogspot.com.br>>. Consultado em 4 outubro de 2016.

NETTLAU, Max. **História do Anarquismo**. São Paulo: Hedra. 2008

OASL & FARJ. **Elementos para uma Reconstituição Histórica de Nossa Corrente**. Jan. 2012. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/elementos-para-uma-reconstituicao-historica-de-nossa-corrente-oaslfarj/>>. Consultado em 20 de setembro de 2016.

ORTELLADO, Pablo. Entrevista com Pablo Ortellado (pelo DAR). Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/entrevista-com-pablo-ortellado-pelo-dar/>>. Consultado em 20 de setembro de 2016. Entrevista realizada por DAR.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2. São Paulo: Edusp. 2009.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração. 2014.

TORPH, Charles & WELSH, Ian. **Más allá del Primitivismo: Hacia una Teoría y Praxis Anarquistas para la Ciencia em el Siglo XXI**. Set. 2008. Disponível em: <<http://www.alasbarricadas.org/noticias/node/8606>>. Consultado em 20 de setembro de 2016.

TROUDA, Dielo. **Plataforma organizacional dos comunistas libertários**. Disponível em: <http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm>. Consultado em 10 de março de 2017.

VIANA, Nildo (org). **Indústria Cultural e Capitalismo Mercantil**. Rio de Janeiro: Corifeu. 2007

WOODCOCK, George. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas**. Vol.1. Porto Alegre: L&PM .2007.

ZERZAN, Jhon. **Futuro primitivo**. Deriva. Porto Alegre: 2006.

ZERZAN, Jhon. **Entrevista com John Zerzan**. 1999. Disponível em: <<http://ecoanarquismo.blogspot.com.br/2014/03/futuro-primitivo.html>>. Consultado em 17 de março de 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Ed. UNB, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Martin Claret. São Paulo: 2007.

Anexo A

Entrevista Semi- Estruturada aplicada aos sujeitos da pesquisa

Opcionais (pois, são perguntas que podem identificar)

Idade?

Profissão?

Escolaridade?

Se considera de que cor?

Início das perguntas que são parte indispensável

1.Narrativa biográfica, trajetória de vida:

2. Descreva a sua experiência com o anarquismo:

Se considera anarquista?

Desde quando?

Como conheceu o anarquismo?

Quem ou o que o introduziu ao anarquismo?

Se considera parte de uma escola ou corrente do anarquismo?

O que entende que o anarquismo oferece a sociedade?

Existe algum livro(s), autor(s) que compreende serem fundamentais para a compreensão do anarquismo?

3. A partir das suas práticas e reflexões sobre o anarquismo quais as relações que você considera entre tecnologia e sociedade ?

4.Voltando ao tema do anarquismo, um exercício de imaginação, como imagina uma sociedade se organizando anarquicamente?

5. E nesta sociedade que papel você imagina para a ciência e tecnologia?

6. Qual seria o processo necessário para a concretização desta sociedade?